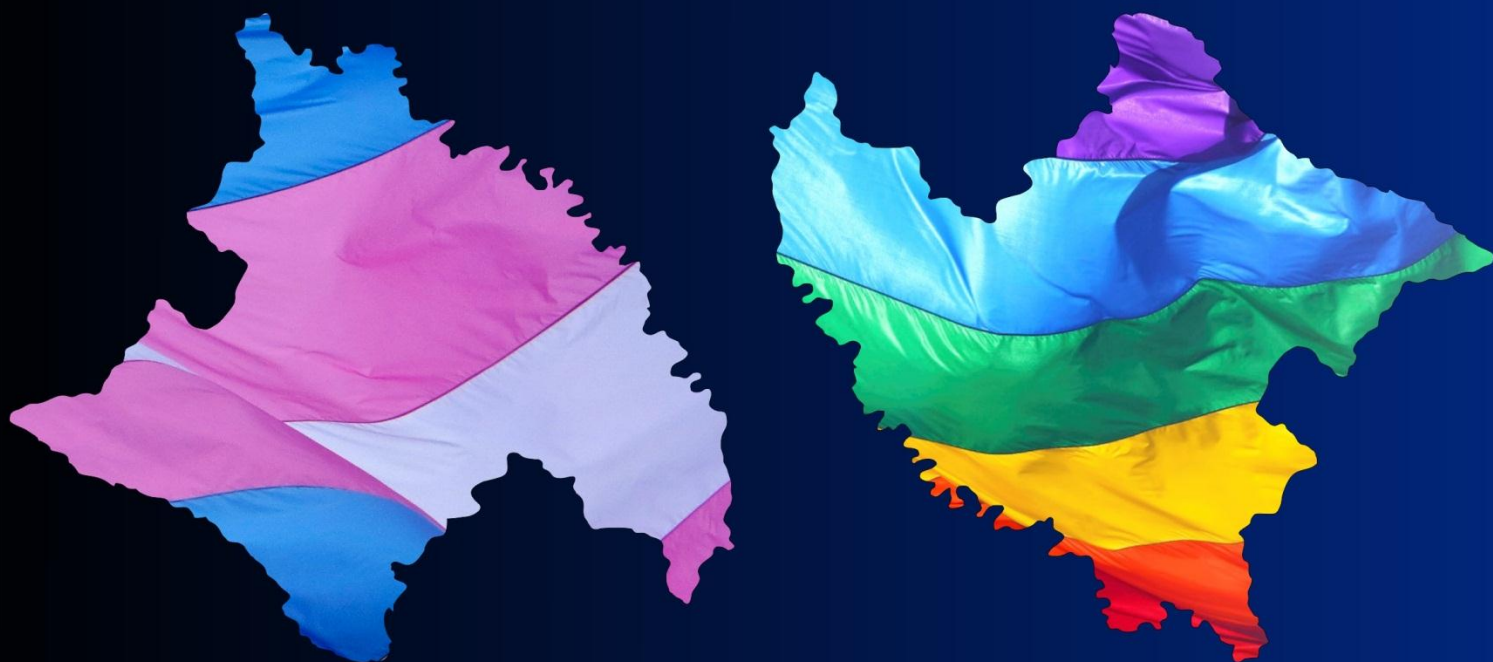




UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

BRUNO DE FREITAS

CIDADE, GÊNERO E SEXUALIDADE:
Territorialidades LGBT em Uberlândia, MG



UBERLÂNDIA, MG
2016

BRUNO DE FREITAS

CIDADE, GÊNERO E SEXUALIDADE:
Territorialidades LGBT em Uberlândia, MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO/IG-UFU), como exigência parcial para obtenção de Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Rural e Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

UBERLÂNDIA, MG
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F866c Freitas, Bruno de, 1988-
2016 Cidade, gênero e sexualidade: territorialidades LGBT em
Uberlândia, MG / Bruno de Freitas. - 2016.
193 f. : il.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Minorias sexuais - Teses. 3. Exclusão
social - Teses. 4. Identidade de gênero - Teses. I. Soares, Beatriz
Ribeiro, 1952-. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia



BRUNO DE FREITAS

CIDADE, GÊNERO E TETITORIALIDADES LGBT EM
UBERLÂNDIA, MG

Beatriz Ribeiro Soares

Professora Dr.^a. Beatriz Ribeiro Soares - UFU

Eleusa Gallo Rosenberg

Professora Dr.^a. Eleusa Gallo Rosenberg - UEMG

Anderson Pereira Portuguez

Professor Dr. Anderson Pereira Portuguez – UFU - Pontal

Data: 22 / 02 de 2016

Resultado: Aprovado com louvor



Este trabalho é dedicado carinhosamente ao meu admirado ex-professor/orientador e amigo Anderson Pereira Portuguesez, por ter me formado enquanto profissional, e, além disto, ter sido responsável pelo meu crescimento enquanto cidadão e pessoa. Sou grato por tudo que me proporcionou, me proporciona e pelo que ainda tem para me ensinar.



AGRADECIMENTOS

Às Deusas, Deuses e Espíritos existentes em todas as crenças da humanidade.

À Universidade Federal de Uberlândia, em especial ao Instituto de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Ao Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR).

À Prefeitura Municipal de Uberlândia, ao Núcleo de Diversidade Sexual, às ONGs e aos estabelecimentos LGBT estudados.

À PROPP e CNPq, pela oportunidade de realizar este estudo por meio da concessão da bolsa de pesquisa, que auxiliou na realização desta investigação.

À minha orientadora Professora Dra. Beatriz Ribeiro Soares, pelo apoio, dedicação, paciência e orientação, que sempre me ajudou nos momentos que precisei. Sou grato por ter me possibilitado desenvolver esta temática, quando me mostrou o quanto é uma pessoa moderna e sempre disposta a conhecer o novo. Muito obrigado por ter contribuído para que eu vivenciasse experiências únicas no Paraná, quando se prontificou e contribuiu para que eu fosse cursar disciplina em Ponta Grossa, PR, momento em que pude aprender muito, além de ter ficado encantado com todas as novas experiências culturais e amizades que fiz.

À Professora Dra. Beatriz Ribeiro Soares, aos Professores Dr. Vitor Ribeiro Filho, Dr. Marcelo Cervo Chelotti, Dr. Rosselvelt José Santos e Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior, que ministraram disciplinas que cursei durante a realização do Mestrado em Geografia, proporcionando momentos de grandes aprendizados, que tiveram reflexos em minha carreira acadêmica e/ou profissional.

Às/aos componentes das bancas de projeto e/ou qualificação, Professoras Dra. Beatriz Ribeiro Soares, Dra. Carmem Lúcia Costa, Dra. Marlene de Muno Colessanti; Professores Dr. Vitor Ribeiro Filho e Dr. Marcelo Cervo Chelotti. Durante estas etapas às/os Professoras/es contribuíram significadamente para o aperfeiçoamento deste trabalho, por meio de críticas, sugestões e diálogos.

À professora Dra. Eleusa Gallo Rosenburg e ao Professor Dr. Anderson Pereira Portuquez, vocais da banca examinadora desta dissertação, assim como aos Professores Dr. Hélio Carlos Miranda de Oliveira e Dr. Carlos Alberto Póvoa membros suplentes da equipe de avaliadoras/es.

Ao Grupo de Estudos Territoriais (GETE), em especial à Professora Joseli Maria Silva e ao Professor Marcio Silva Ornat e alunas/os do GETE, que além de serem excelentes anfitriãs/ãos, foram responsáveis por uma das mais ricas experiências que tive academicamente e pessoalmente. Reuniram pessoas de diversos locais do país, para discutir espaço, gênero e sexualidade com muita criticidade e trocas de conhecimentos, momentos que guardo com saudades até hoje e levarei comigo com muito carinho por toda a minha vida. Meu muito obrigado a todas/os.

Meu agradecimento à Mayã e a Lucélia, que me receberam carinhosamente em sua casa em Ponta Grossa, o que contribuiu para que eu pudesse cursar a disciplina, bem como desenvolver esta dissertação.

Às memórias de Meu Pai e de Minha Amada Tia *Mocinha*, aos quais tenho muita gratidão e saudades. Agradeço por me fazerem acreditar que sempre poderia ser e fazer o que sempre quis.

À Minha Mãe, que me auxiliou desde meus primeiros passos, até hoje. Além de sempre me desejar o melhor no que me propus a fazer, se tornando essencial em minha existência. Uma pessoa que sempre acreditou em meu potencial, enfim sentiu orgulho de mim em diversos aspectos, elogiando-me, reconhecendo meus defeitos e qualidades, contribuindo em meu crescimento.

Aos Meus Irmãos Cairo e Diogo, que contribuíram para o meu processo de formação enquanto pessoa e se mantiveram presentes em muitos momentos.

Ao lindo e maravilhoso Gato Narciso Nero, que durante o período de realização desta pesquisa sempre me exigiu muito cuidado, mas ao mesmo tempo me fez muito feliz, me descontraíndo e contribuindo para o alívio das tensões cotidianas.

À minha família em Uberlândia, que contribuiu de forma significativa para minha permanência na cidade, em especial à Tia Cida, Tia *Nenza* e ao Tio Nelson.

Às minhas amadas primas Lygia, Naiana e Alyne, pessoas que sempre pude contar, além de que sempre nos ajudamos, compartilhamos angústias, felicidades e sonhos. Este agradecimento se estende ao Caio (marido da Lygia), sua família e amigos que me acolheram de forma carinhosa a todo tempo.

Aos meninos que tive a oportunidade de morar junto: a princípio agradeço ao Rafael Lorrán e posteriormente ao Diego Moreira e Josimar de Souza, que além de me recepcionarem de forma acolhedora, receberam o Narciso Nero (meu gatinho). Muito obrigado pela convivência, paciência e trocas de experiências.

Às/aos novas/os amigas/os geográficas/os que fiz durante a minha morada em Uberlândia, cujo responsável pelo encontro foi o Josimar, são elas/es: Cristiane Melo, Laís dos Reis, Juliana Crosara e Diogo Costa. Agradeço pela companhia e pelos inúmeros momentos que tivemos juntas/os. Espero termos muitos outros, pois a companhia de vocês é maravilhosa.

A todas as pessoas que combatem qualquer tipo de preconceito e me inspiraram durante o desenvolvimento desta pesquisa. No entanto, infelizmente nem sempre pude estabelecer contato físico com inúmeras delas, mas ainda no âmbito virtual me ensinaram muitas coisas, por meio de suas militâncias, vivências e dificuldades enfrentadas no cotidiano, sem nunca desistir de lutar.

Por fim, agradeço de forma muito carinhosa e especial, aos integrantes do grupo LGBT e todas às pessoas que lutam para o combate do preconceito, seja ele qual for e/ou com quem ou o que for.



*“Que nada nos defina, que nada
nos sujeite. Que a liberdade seja
a nossa própria substância,
já que viver é ser livre”.*

*“O opressor não seria tão forte
se não tivesse cúmplices entre
os próprios oprimidos”*

Simone de Beauvoír



*CIDADE, GÊNERO E TERRITORIALIDADES
LGBT EM UBERLÂNDIA, MG*

RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de estudar o papel do urbano na constituição das territorialidades destinadas especialmente ao grupo composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) no setor central de Uberlândia-MG, sob a luz de questões relacionadas a gênero e sexualidade, consumo do lazer e/ou turismo desse segmento de mercado, bem como as influências dos ciberespaços. Além disso, visou-se entender como o poder público e as Organizações Não Governamentais (ONGs) trabalham a inclusão dessa minoria social. Do ponto de vista geográfico, esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como se dá a consolidação das múltiplas territorialidades LGBT, uma vez que essa temática é pouco discutida academicamente, sobretudo no âmbito da Geografia. Para desenvolver a proposta de estudo, fundamenta-se em uma perspectiva geográfica com olhar sobre as questões contemporâneas de gênero e sexualidade, já que pesquisas nessa área não são expressivas na produção científica-geográfica brasileira. No que concerne à metodologia, foram realizados estudos documentais e revisão bibliográfica, além do levantamento cartográfico, para que os fenômenos pudessem ser espacializados e interpretados. Em campo, foram feitas observações diretas e coleta de informações por meio de depoimentos livres. Além da pesquisa realizada diretamente nos locais de lazer destinados preferencialmente a indivíduos integrantes do grupo LGBT, visitaram-se órgãos públicos de Uberlândia e representantes de ONGs. Foi preciso verificar como se pensa a garantia de direitos a esse grupo por meio de estatutos e legislações específicas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das pessoas integrantes dessa minoria social. De acordo com os resultados, reconhece-se que é imprescindível iniciar a construção de uma Geografia que possibilite pensar um espaço complexo composto por múltiplos processos diferentes e simultâneos, com vistas a evidenciar a relatividade das escalas de abordagens espaciais. Ademais, foi possível constatar que Uberlândia possui heterogeneidade e complexidade que se manifestam territorialmente no espaço urbano, contribuindo para a geração de distintas territorialidades por aspectos vinculados ao preconceito, em razão de inúmeros fatores.

Palavras-chave: Cidade na Contemporaneidade. Consumo LGBT. Exclusão Social. Gênero e Sexualidade. ONGs.



*CITY, GENDER AND LGBT
TERRITORIALITIES IN UBERLÂNDIA, MG*

ABSTRACT

This work aimed to study the urban role in the establishment of territoriality especially designed to the group formed by Lesbians, Gays, Bisexuals and Transgender (LGBT), in the central sector of Uberlandia, Minas Gerais, in the light of issues related to gender and sexuality, leisure and/or tour consumption of this market segment as well as the influences of cyberspace. In addition, it aimed to understand how the government and Non-Governmental Organizations (NGOs) work to the inclusion of this social minority. From a geographical point of view, this research is justified by the necessity to understand how the consolidation of multiple LGBT territories occurs, as this topic is academically little discussed, particularly in the field of Geography. To develop the proposed study, it is based on a geographical perspective to look at the contemporary issues of gender and sexuality, as researches in this area are not expressive in the Brazilian scientific and geographic production. Regarding the methodology, documentary studies and literature review were conducted, as well as the cartographic survey, to the phenomena could be spatialized and interpreted. In field, direct observation and information collection were made through free testimonial. In addition to the research carried out directly in the leisure places preferentially destined to members that integrate LGBT group, Uberlandia public entities and representatives of NGOs were visited. It was necessary to verify how they think the guarantee of rights to that group through statutes and specific legislation, contributing to the socioeconomic development of the members of this social minority. According to the results, it is recognized that it is indispensable to start developing a Geography that makes possible the thinking of a complex space composed of several different and simultaneous processes, in order to highlight the relativity of scales of spatial approaches. Moreover, it was found that Uberlandia has heterogeneity and complexity that territorially manifest in urban areas, contributing to the generation of distinct territorialities by aspects linked to the prejudice, because of numerous factors.

Keywords: *City in Contemporaneity. LGBT Consumption. Social Exclusion. Gender and Sexuality. NGOs.*



CIUDAD, GÉNERO Y TERRITORIALIDADES LGBT EN UBERLANDIA, MINAS GERAIS

RESUMEN

Este trabajo tuvo como objetivo estudiar el papel del urbano en el establecimiento de la territorialidades destinada especialmente a el grupo compuesto por Lesbianas, Gay, Bisexual, Transexual y Transgénero (LGBT) en la zona central de Uberlandia, Minas Gerais, a la luz de los problemas de género y sexualidad, el consumo de ocio y/o turismo de este segmento de mercado, así como las influencias del ciberespacio. Además del mismo, tuvo también la intención de entender cómo el gobierno y las organizaciones no gubernamentales (ONG) trabajan para incluir esta minoría social. Desde un punto de vista geográfico, esta investigación se justifica por la necesidad de entender cómo ocurre la consolidación de múltiples territorialidades LGBT, ya que este tema es poco discutida académicamente, en particular en el campo de la Geografía. Para desarrollar el estudio propuesto, se basó en una perspectiva geográfica a mirar los problemas contemporáneos del género y sexualidad, ya que las investigaciones en esta área no son significativas en la producción científica y geográfica brasileña. En relación a la metodología, se realizaron estudios documentales y revisión de la literatura, más allá el levantamiento cartográfico, de modo que los fenómenos fueron distribuidos espacialmente y interpretados. En el campo, fue hecha la observación directa y la recopilación de información a través del testimonio libre. Además de la investigación hecha directamente en los lugares de ocio destinados preferencialmente a los individuos miembros del grupo LGBT, se visitaron las agencias públicas de Uberlandia y representantes de las ONGs. Fue necesario ver cómo se piensa la garantía de los derechos a ese grupo a través de los estatutos y de la legislación específica, contribuyendo al desarrollo socioeconómico de los miembros de esta minoría social. Según los resultados, se reconoce que es esencial se empezar a construir una Geografía que permita pensar en un espacio complejo compuesto por múltiples procesos diferentes y simultáneos, con el fin de resaltar la relatividad de las escalas de los enfoques espaciales. Por otra parte, se encontró que Uberlandia tiene heterogeneidad y complejidad que se manifiestan territorialmente en el espacio urbano, que contribuyen para la generación de distintas territorialidades por aspectos relacionados con el prejuicio, debido a numerosos factores.

Palabras-clave: Ciudad en la contemporaneidad. Consumo LGBT. Exclusión Social. Género y Sexualidad. ONGs.



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Bandeira do arco-íris.....	19
Figura 2	Bandeira do orgulho transgênero.....	19
Figura 3:	Uma das fotografias da mostra <i>Half-Drag – A Different Kind of Beauty</i> , do fotógrafo Leland Bobbé, retrata a mescla de gêneros em uma única pessoa.....	30
Figura 4:	Uberlândia, MG: Uma das boates LGBT presentes na área de estudo, 2015.....	66
Mapa 1:	Uberlândia, MG: Localização do município estudado.....	67
Mapa 2:	Uberlândia, MG: Localização do setor central da cidade estudada.....	69
Mapa 3:	Uberlândia, MG: Localização dos empreendimentos LGBT e/ou Gay-friendly no setor central da cidade estudada.....	81
Figura 5:	Uberlândia, MG: Saunas presentes no setor central da cidade estudada, 2016.....	97
Figura 6:	Curitiba, PR: Uma das saunas gays presentes na cidade, 2015.....	98
Figura 7:	Rio de Janeiro, RJ: Uma das saunas gays presentes na cidade, 2014.....	98
Figura 8:	Porto Alegre, RS: Uma das saunas gays presentes na cidade, 2014.....	98
Figura 9:	Curitiba, PR: Uma dentre as saunas gays presentes na cidade, 2014.....	98
Figura 10:	Grindr: Imagens da página oficial do aplicativo, 2015.....	108
Figura 11:	Scruff: Imagens da página oficial do aplicativo, 2015.....	109
Figura 12:	Hornet: Imagens da página oficial do aplicativo, 2015.....	110
Figura 13:	Brasília, DF: Uma bandeira do arco-íris foi estendida no gramado de onde ocorria a 1ª Conferência Nacional GLBT, 2008.....	115

Gráfico 1:	Brasil: Índices de crimes letais cometidos ao grupo LGBT, 2000-2014.....	123
Figura 14	Uberlândia, MG: Anúncio de emprego em uma das churrascarias da cidade, 2015.....	142
Quadro 1	Uberlândia, MG: Propostas aprovadas durante a I Conferência municipal de políticas públicas e direitos humanos de LGBT de Uberlândia, 2011.....	147
Figura 15	Uberlândia, MG: Participantes de diversas cidades na I Conferência Regional de Políticas Públicas e Direitos Humanos da Pessoa LGBT de Uberlândia e Região, 2015.....	150
Quadro 2	Uberlândia, MG: Propostas aprovadas no Eixo 01: Políticas Intersetoriais; Pacto Federativo; Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT, 2015.....	151
Quadro 3	Uberlândia, MG: Propostas aprovadas no Eixo 02: Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos, 2015.....	151
Quadro 4	Uberlândia, MG: Propostas aprovadas no Eixo 03: Segurança Pública e Sistema de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT, 2015.....	152
Quadro 5	Uberlândia, MG: Propostas aprovadas no Eixo 04: Marcos Jurídicos e Normativos para o Enfrentamento à Violência Contra a População LGBT, 2015.....	152
Figura 16	Uberlândia, MG: Concentração de pessoas nas proximidades do palco de shows da 13ª Parada do Orgulho LGBT, 2014.....	161
Figura 17	Uberlândia, MG: Concentração de pessoas na Praça Clarimundo Carneiro durante a realização da 13ª Parada do Orgulho LGBT, 2014.....	161
Figura 18	Uberlândia, MG: Pessoas caminhando durante a 13ª Parada do Orgulho LGBT, 2014.....	161
Figura 19:	Uberlândia, MG: Coleta de assinaturas durante a 13ª Parada do Orgulho LGBT, 2014.....	163



LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Uberlândia, MG: Gênero das/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT segundo sexo declarado, 2013.....	72
Tabela 2:	Uberlândia, MG: Orientação afetivo-sexual das/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT segundo gênero declarado, 2013.....	75
Tabela 3:	Uberlândia, MG: Local de residência das/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT, 2013.....	82
Tabela 4:	Brasil: Índices de Violência Homofóbica SDH/PR, 2011/2012.....	119
Tabela 5:	Brasil: Índices de crimes letais cometidos ao grupo LGBT, 1963-2014.	122



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA: Estado brasileiro da Bahia;

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

CEP-UFU: Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - Universidade Federal de Uberlândia;

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

DCE/UFU: Diretório Central dos Estudantes;

Estadic: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais;

FACIP-UFU: Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia;

GETE: Grupo de Estudos Territoriais;

GGB: Grupo Gay da Bahia;

GLBT: Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais;

GO: Estado brasileiro de Goiás;

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

LAPUR: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional;

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros;

MG: Estado brasileiro de Minas Gerais;

Munic: Pesquisa de Informações Básicas Municipais;

NATTU: Núcleo de Apoio a Transgêneros de Uberlândia;

NUDS: Núcleo de Diversidade Sexual;

OMT: Organização Mundial do Turismo;

ONGs: Organizações Não Governamentais;

PL: Projeto de Lei;

PR: Estado brasileiro do Paraná;

PMU: Prefeitura Municipal de Uberlândia;

PPGEO/IG-UFU: Programa de Pós-Graduação em Geografia / Instituto de Geografia - Universidade Federal de Uberlândia;

RJ: Estado brasileiro do Rio de Janeiro;

RS: Estado brasileiro do Rio Grande do Sul;

SDST: Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho;

SDH/PR: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

SHAMA: Associação Homossexual de Ajuda Mútua;

SP: Estado brasileiro de São Paulo;

Sra: Senhora;

TO: Estado brasileiro do Tocantins;

UEMG: Universidade do Estado de Minas Gerais;

UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa;

UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

UFG: Universidade Federal de Goiás;

UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

UFU: Universidade Federal de Uberlândia;

UNIC: United Nations Information Centres (Centro de Informação das Nações Unidas);

UNICENTRO Universidade Estadual do Centro-Oeste;

USP: Universidade de São Paulo.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 A CIDADE ENQUANTO LÓCUS DE PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS GERADAS POR GRUPOS E/OU INDIVÍDUOS SOCIALMENTE MARGINALIZADOS POR QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE....	30
2.1 O espaço urbano enquanto gerador de processos segregatícios.....	35
2.1.1 A cidade construída por meio do corpo social.....	41
2.2. Questões de gênero e sexualidades: Fatores de exclusão social e geração de preconceito.....	45
2.3 Questões de gênero e sexualidades: Fatores de constituição de territorialidades LGBT.....	54
3 AS CONTRADIÇÕES DAS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES LGBT. 66	66
3.1 Sexualidades das/os frequentadoras/es das áreas de lazer.....	71
3.2 Padrão socioeconômico enquanto gerador de “inclusão” e exclusão.....	77
3.3 “Inclusão” e contradições por meio do consumo do lazer LGBT.....	80
3.4 Novas dinâmicas: os estabelecimentos Gay-friendly e os ciberespaços.....	100
3.4.1 Influência Tecnológica e Sociabilidade LGBT.....	104
4 INFLUÊNCIAS DAS ONGS DIRECIONADAS AOS INTERESSES DO GRUPO LGBT NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM UBERLÂNDIA.....	115
4.1 Principais marcos legais direcionados ao combate à homolesebobitransfobia e aos índices de violência ao grupo LGBT no Brasil	116
4.2 O surgimento das ONGs: aspectos sociopolíticos.....	125
4.2.1 Surgimento da estruturação das ONGs em redes.....	128
4.3 O panorama das ONGs existentes em Uberlândia.....	132
4.4 Reflexos das ações das ONGs na atuação com o poder público e a sociedade civil na elaboração de normas jurídicas.....	145
4.5 Atuações práticas direcionadas à população LGBT por meio da existência das ONGs.....	159
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS.....	173
APÊNDICE A - Questionário aplicado com as ONGs do município de Uberlândia.....	183
APÊNDICE B - Termo de consentimento livre esclarecido.....	186
ANEXO A - Documentação encaminhada ao CEP/UFU.....	187
ANEXO B - Projeto de Lei de 28 de janeiro de 2013.....	188



1. *INTRODUÇÃO*

O presente trabalho teve o objetivo de estudar o papel do urbano na constituição das territorialidades destinadas especialmente ao grupo composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) no setor central de Uberlândia, MG, sob a luz de questões relacionadas a gênero e sexualidade consumo do lazer e/ou turismo deste segmento de mercado, a partir da ótica da falsa ideia de “inclusão”¹ que estes estabelecimentos proporcionam às/aos frequentadoras/es². Além disto, apresentaram-se as influências dos ciberespaços, constituídos a partir de redes sociais e/ou aplicativos geolocalizados³ para *smartphones*, como o *Grindr*, *Scruff* e *Hornet*.

¹ Neste trabalho utilizar-se-á alguns dos termos inclusão e seus derivantes entre aspas, justamente por entender que os processos de inclusão estudados na verdade se tratam de uma inserção precária, pois se refere apenas ao consumo por parte de um grupo socialmente excluído de um mercado de serviços especializados e não da conquista de direitos sociais.

² No presente trabalho, a indicação de sujeitos se dará pelo gênero feminino em primeiro plano, com o objetivo de se desconstruir a valorização do masculino em detrimento do feminino, existente na própria gramática portuguesa, conforme destacou Weeks (2007).

³ O aplicativo usa a geolocalização do smartphone para mostrar indivíduos com interesses em comum, em uma determinada área, podendo ela ser local ou global.

Neste sentido, os objetivos específicos do presente estudo foram: analisar as influências dos empreendimentos LGBT na geração das territorialidades comerciais e suas repercussões socioespaciais; entender como o poder público municipal e Organizações Não Governamentais (ONGs) trabalham a questão da inclusão desta minoria social⁴ (LGBT) nas Políticas Públicas, ações afirmativas e/ou em atividades realizadas diretamente com estes indivíduos.

Se faz necessário explicar a capa desta dissertação, a mesma é composta pelo limite político administrativo do município de Uberlândia, preenchido por duas dentre inúmeras bandeiras existentes que representam a luta do grupo LGBT: bandeira do arco-íris (figura 1) e a bandeira do orgulho transgênero (figura 2), com o objetivo de enfatizar a necessidade de que o município estudado garanta direitos aos integrantes deste grupo.



Figura 1: Bandeira do arco-íris.
Fonte: Revista Fórum, 2015.



Figura 2: Bandeira do orgulho transgênero.
Fonte: Metro, 2015.

⁴De acordo com o Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013, *online*) “as minorias sociais são as coletividades que sofrem processos de estigmatização e discriminação, resultando em diversas formas de desigualdade ou exclusão sociais, mesmo quando constituem a maioria numérica de determinada população. Exemplos incluem negros, indígenas, imigrantes, mulheres, homossexuais, trabalhadores do sexo, idosos, moradores de vilas (ou favelas), portadores de deficiências, obesos, pessoas com certas doenças, moradores de rua e ex-presidiários” (UFRGS, 2013, *online*).

No entanto, uma das representações de um dos limites do município que está presente na capa está invertida, entretanto, foi organizada desta forma propositalmente, justamente para desconstruir a norma hegemônica (inclusive a cartográfica), pois não há erro em representar um mapa em variadas posições (desde que possua indicação de Norte)⁵, ainda assim, praticamente todos eles são representados cartograficamente com esta indicação na parte superior, e assim, sempre reproduzindo os padrões hegemônicos.

Enquanto sujeito, enfatizo que o desejo de estudar tal temática sob uma perspectiva geográfica se deveu ao fato de que sempre gostei de festas, e como nasci em uma pequena cidade: Santa Vitória, MG (que possui em torno de 19.000 habitantes), a vida noturna de uma grande cidade (como considerava Uberlândia) era/é muito atraente, por toda a diversidade de estilos de pessoas, bares, restaurantes existentes. Aliás, me deslocava com frequência para Uberlândia, apenas com o intuito de ter acesso a lazer e poder vivenciar o que a minha cidade não possibilitava, a começar pela paisagem urbana, composta por inúmeros prédios, viadutos, ônibus biarticulados, o trânsito nos horários de pico etc.

Esta cidade se tornava mais atraente, no que se referia à vida noturna LGBT, pois quando estava nos estabelecimentos, eu me sentia mais livre ainda pra poder me manifestar da forma que eu quisesse. A princípio, confesso que mesmo sendo integrante do grupo LGBT (naquele período e até a atualidade, enquanto *gay*), achava tudo muito estranho, até mesmo manifestações de carinho entre pessoas do mesmo sexo e/ou gênero, pois não tinha o hábito de ver estas cenas em meu cotidiano, mas apenas nos estabelecimentos que frequentava.

⁵ O limite político administrativo possui caráter ilustrativo e não cartográfico.

No entanto, com a possibilidade do desenvolvimento de tal estudo, pude rever muitas questões referentes ao mundo LGBT, pois até então, tinha uma ótica de que o gay sempre tivesse acesso a um nível de educação, renda e consumo mais elevado do que a população em geral, a partir deste momento comecei e estou desconstruindo esta ideia, e pude ver este grupo sob outras óticas (gênero e sexualidade, socioeconômica, corpo, geração, raça, religião etc.), ademais, o desenvolvimento deste estudo ainda não possibilitou (nem vai possibilitar) um entendimento conciso da realidade LGBT, pois se trata de um processo que é formado por pessoas que são dotadas de complexidades, além de serem mutáveis e não estanques.

Houve a necessidade de dar respostas a alguns questionamentos, a exemplo: Há a possibilidade de abordar geograficamente questões vinculadas a gênero e sexualidade na produção do/no espaço? Quais são as práticas do grupo LGBT na sociedade? Existem obstáculos ao trazer temas polêmicos para um campo de visibilidade na produção geográfica? A inclusão é obtida pelo viés do consumo? O poder público atua de alguma forma na minimização do preconceito? Há a necessidade de avançar na perspectiva de inserção destes indivíduos?

Do ponto de vista científico, este trabalho se justificou pela necessidade de se dedicar maior atenção das Ciências Humanas como um todo, aos temas relacionados às minorias sociais, que ocupam e/ou territorializam espaços urbanos específicos. Neste sentido, é necessário compreender os processos oriundos do preconceito sobre estes grupos socialmente marginalizados, bem como suas repercussões socioespaciais e socioeconômicas.

Do ponto de vista geográfico, a presente pesquisa se justificou em função da necessidade de entender como se dá a consolidação das múltiplas territorialidades eminentemente LGBT existentes. Além disto, deve-se considerar que esta temática não é tão discutida academicamente, sobretudo no âmbito da

Geografia, no entanto estes estudos vêm adquirindo certa visibilidade, ainda de que forma embrionária. Ademais, é necessário se pensar uma forma de garantir direitos a este grupo, por meio de estatutos e legislações específicas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das pessoas integrantes deste grupo.

Além disto, o presente estudo se enquadra na linha de pesquisa: “Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Rural e Urbano” do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Isto porque, esta linha de pesquisa possui eixos que se enquadram na temática eleita para estudos. São eles: “Políticas Públicas e Gestão do Território; Planejamento Urbano e Regional; Cidade e Urbano: Relações Socioespaciais” (UFU, 2013). No entanto, justifica-se que a linha de pesquisa contribuiu diretamente no desenvolvimento deste estudo.

No que concerne à metodologia, realizou-se levantamentos documentais e revisão bibliográfica, para embasar teoricamente as discussões feitas e dar os direcionamentos necessários para as atividades diretamente em campo. Foi feito ainda, um levantamento cartográfico para que os fenômenos estudados na área pudessem ser espacializados e interpretados. Além disso, elaborou-se mapeamento de localização do município, localização dos bairros do setor central que possuem serviços direcionados ao grupo LGBT e, por fim, um mapa com a localização destes estabelecimentos.

Optou-se por estudar todo o universo de empreendimentos existentes. No entanto, a coleta de dados e informações foi realizada nos empreendimentos de lazer do setor central da cidade de Uberlândia, diretamente pelas/os pesquisadoras/es por meio de observações diretas e abordagens a alguns indivíduos, durante o período de desenvolvimento da pesquisa.

Em campo, realizaram-se ainda observações participantes (metodologia que estabelece a interação pesquisadora/r-pesquisada/o) e coleta de informações, por meio de depoimentos livres, quando foram abordados sujeitos aleatoriamente, com o intuito de obter informações de base qualitativa para o presente estudo. Deve-se ressaltar que as/os entrevistadas/os foram identificadas/os por codinomes, para assegurar o sigilo das/os entrevistadas/os. Além disto, o projeto desta dissertação foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos-UFU (Anexo A).

Além da pesquisa realizada diretamente nas áreas de lazer eminentemente LGBT, foram visitadas Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Uberlândia (Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e de Trabalho, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo), representantes de ONGs, bem como as suas sedes, quando, foi possível conhecer as ações realizadas, em prol da minimização de preconceito no município estudado. Realizaram-se entrevistas com responsáveis destas instituições (Apêndice A) que tratou de temas relacionados às principais ações que estas organizações adotam para a minimização do preconceito na cidade estudada.

Para desenvolver este estudo, assentou-se na necessidade de estudar em uma perspectiva geográfica, com um olhar sob as questões de gênero e sexualidade, já que estudos nesta área carecem de aprofundamentos. Campos, Silva, Ornat (2011) alertaram que estudos referentes às categorias sociais como classe, gênero, raça e sexualidades na geografia brasileira não são expressivos.

Neste sentido, deve-se ressaltar que há uma tradição geográfica em privilegiar estudos pautados na utilização de dados quantitativos e arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica e também a realização de estudos que se utilizam de uma abordagem economicista.

Contribuindo para o entendimento da questão levantada, Silva (2005) afirmou que a Geografia é um tipo de conhecimento científico da era moderna/colonial, fruto dos interesses ocidentais, de pessoas brancas do sexo masculino e cristãs.

Ainda que a linha hegemônica geográfica seja marcada pela perspectiva científica de uma cultura branca, masculina, ocidental e cristã, ela não é universal e novas perspectivas podem ser construídas, isto porque, na sociedade existem minorias (não em quantidade, mas sim pela falta de acesso a direitos básicos, e também pela falta de visibilidade social, como o que ocorre com grande parte das pessoas que fogem à norma hegemônica “ditada” pela sociedade). Sob esta ótica, a necessidade de repensar a Geografia eurocêntrica se justifica, pois além da mesma invisibilizar sujeitos e/ou grupos, ela não conseguiu explicar a realidade das pessoas que não se enquadram em um padrão hegemônico.

No entanto, há a possibilidade de abordar geograficamente questões vinculadas a gênero e sexualidade na produção socioespacial, levando em consideração um olhar atento ao cotidiano e aos grupos sociais marginalizados da sociedade. Esta dificuldade de trazer temas polêmicos para um campo de visibilidade na produção geográfica tem inúmeros fatores, que vão desde a polêmica e preconceito que tais temas provocam, inclusive na Universidade.

Neste sentido, entende-se que o próprio processo da constituição da Geografia enquanto ciência possibilitou a acentuação da invisibilidade de determinados grupos em detrimento de outros. Entretanto, deve-se ressaltar que é necessário visibilizar e reconhecer os grupos marginais enquanto agentes na constituição do/no espaço. Por isso, há a necessidade da realização de estudos geográficos direcionados a grupos minoritários, bem como a sua inclusão. É com base na possibilidade de construir a versão dos grupos silenciados no discurso geográfico que se devem criar novos caminhos teóricos e metodológicos que contemplem as versões plurais da realidade existente na sociedade.

Além disto, é possível afirmar que há certa dificuldade de demarcação de fronteiras do objeto em questão em diversas áreas do saber. Isto porque, questões de gênero e sexualidade se definem num contexto de relações sociais e espaciais permanentemente reelaboradas, não se constituindo uma variável estanque. De acordo com Silva (2005) as fronteiras identitárias entre os gêneros, tornam-se cada vez mais tênues, menos nítidas na sociedade ocidental atual, dificultando uma expressão espacial material desse processo, por se constituir em práticas fluídas. Isto porque, as pessoas se inserem neste processo, de inúmeras formas, e estão aceitando e/ou tencionando as normas impostas.

Contraditoriamente à realidade brasileira, Silva (2005) afirmou que há uma expressividade maior nas discussões das relações de gênero, sexualidade e espaço na Geografia norte-americana e europeia⁶, as quais têm contribuído significativamente para legitimar o tema enquanto problema científico. No que concerne à relevância destes estudos, os mesmos assumem um compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia, e como estes transformam em assimétricos o desenvolvimento socioespacial nas relações de gênero.

No entanto, é possível observar que no Brasil a produção científico-geográfica ainda é baixa no que se refere a determinados agentes produtoras/es do espaço como as/os negras/os, mulheres, crianças, homossexuais, ciganas/os etc. Entretanto, deve-se ressaltar que existem profissionais que tratam de algumas destas questões apontadas: Rosa Ester Rossini (USP), Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat (UEPG), Carmem Lúcia Costa (UFG), Miguel Angelo Ribeiro (UERJ), Benhur Pinós da Costa (UFMS), Alecsandro José P. Ratts (UFG), Alides Baptista Chimin Junior (UNICENTRO) e outras/os.

⁶ No entanto, em razão da maioria da produção relativa à Geografia, gênero e sexualidade estar em línguas estrangeiras, há uma dificuldade em poder compreender toda a produção científica estrangeira, se constituindo em mais um entrave para o avanço desta temática na Geografia brasileira, em se considerando a baixa parcela da população brasileira que é bilíngue.

Sobre aspectos concernentes à produção científica no que tange às pesquisas geográficas com temáticas, tais como gênero, sexualidades, Cesar e Pinto (2015) fizeram um estudo, no qual fizeram um levantamento dos artigos científicos em 90 periódicos científicos considerados da área da geografia, segundo o comitê de área da CAPES. Nesta pesquisa consideraram todos os extratos de avaliação (desde A1 até B5) de acordo com o Sistema Qualis da Capes no triênio 2013-2015, englobando o período de 1974 a 2013.

Aliás, o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa vem levantando dados e no ano de 2013 armazenava 13.990 artigos, os mesmos foram coletados em periódicos científicos brasileiros inseridos nas características citadas. Do total de artigos compilados neste banco de dados, foi constatado que apenas 167 destes tratavam de gênero (1,2 %) e somente 49 artigos abordaram a temática de sexualidades (0,3%) (CESAR; PINTO, 2015).

No entanto, é interessante destacar que conforme, mesmo que se trate de temáticas vinculadas às questões de gênero, essas pesquisas são realizadas, em sua maioria, na perspectiva do caráter binário do entendimento de gênero, (por exemplo, o estudo do trabalho das mulheres em assentamentos rurais e/ou indústrias), levando em consideração o sexo biológico e não a complexidade do conceito de gênero⁷, conforme vai ser discutido posteriormente.

⁷ Esta reflexão foi tecida a partir de discussões realizadas juntamente com a Professora Joseli Maria Silva em Junho de 2015, durante disciplina ministrada pela mesma e o Professor Marcio Ornat, em Ponta Grossa, PR.

Levando em consideração os estudos realizados por Cesar e Pinto (2015), é possível afirmar que a produção geográfica brasileira está centralizada em campos hegemônicos do conhecimento, reproduzindo padrões. Todavia, vem surgindo trabalhos que têm demonstrado o interesse de abordar temáticas dissidentes da Geografia, como o estudo de temáticas relacionadas às mulheres, prostituição, religiosidade afro-brasileira, gênero e sexualidades, modos de vida, culturas regionais, apontando outras possibilidades de estudos geográficos.

A partir do panorama apresentado, entendeu-se que seja necessário construir uma visão de Geografia que possibilite o pensar de um espaço complexo, composto por múltiplos processos complexos e simultâneos, colocando em evidência a relatividade das escalas de abordagens espaciais, e questionando as noções de progresso, desenvolvimento e evolução, argumentando os limites da produção do conhecimento geográfico a partir dos conceitos contemporâneos e/ou pós-modernos, com o objetivo de explicar a realidade atual.

Tal desafio se justifica, pelo fato da ciência como um todo, inclusive a geográfica foi e/ou seja sustentada em uma visão científica que privilegiou as/os agentes e as paisagens hegemônicas, fundadas no racismo, machismo, sexismo, heteronormatividade⁸, intolerância religiosa etc. Foi a partir das críticas estabelecidas, que se pretende abrir novas possibilidades de discussão na Geografia brasileira de temas pouco discutidos, a exemplo do tema abordado neste estudo: gênero e sexualidade na análise espacial.

⁸ Nesta perspectiva considera-se o conceito de heteronormatividade, que para Butler (1993) *apud* Thürler (2011) é a legitimação do modelo heterossexual como norma regulatória das relações sexuais e de gênero na sociedade ocidental contemporânea, sendo valorizado em detrimento das práticas homossexuais, que é capaz de gerar o preconceito a indivíduos por questões comportamentais.

Foi a partir de evidências encontradas em campo, que foram problematizadas as múltiplas questões espaciais presentes no fenômeno da territorialização das áreas de lazer LGBT e sua complexidade socioespacial⁹. Neste sentido, foi possível notar que o setor central da cidade de Uberlândia, detém espaços de lazer direcionados a estas minorias sociais, que geram processos espaciais que serão tratados ao longo deste trabalho.

Além das territorialidades apresentadas, que são estabelecidas de forma concretas no espaço, considera-se que na atualidade existem os ciberespaços, que são capazes de promover novas formas de convivência e de sociabilidade LGBT, acenando para possibilidades de encontros casuais, relacionamentos afetivos etc. No entanto, o estudo realizado, propôs-se realizar a análise das variadas formas de organização LGBT existentes na cidade de Uberlândia.

O estudo da Geografia das redes sociais apresenta-se extremamente pertinente, uma vez que sustenta de uma forma robusta a inter-relação entre uma matriz física e uma matriz virtual dos territórios. Neste sentido, pensar na resposta a estas questões é também um exercício extremamente interessante, pois existem implicações, sociais e econômicas na vida das pessoas, por questões vinculadas à tecnologia (FERREIRA, *ET AL*, 2010).

A organização desta dissertação se deu da seguinte forma, após esta introdução, o capítulo 2 intitulado: “A cidade enquanto lócus de práticas socioespaciais geradas por grupos e/ou indivíduos socialmente marginalizados por questões de gênero e sexualidade” traz uma discussão teórica sobre aspectos concernentes às cidades contemporâneas enquanto *lócus* de uma

⁹ Reconhece-se que além das áreas comerciais destinadas ao grupo LGBT, existem espaços públicos, como praças, parques, ruas e avenidas, banheiros públicos da cidade, que servem como locais de socialização homoerótica e/ou homoafetiva por parte do grupo LGBT. Existem também locais de prostituição, que, em geral, estão em áreas dispersas pela cidade, cuja gênese está de certa forma, desvinculada da lógica comercial dos estabelecimentos comerciais estudados. No entanto, estas relações socioespaciais não constituem objeto desta pesquisa, por entender ser necessário estabelecer um objeto de estudo definido para que a análise não ficasse difusa.

heterogeneidade, que se manifestam territorialmente no espaço urbano, e em razão desta complexidade, tece-se uma discussão sobre a constituição da sexualidade humana, por meio de conceitos como sexo, identidade de gênero e orientação afetivo-sexual, para entender como estas questões contribuem para a geração de distintas territorialidades por questões vinculadas ao preconceito.

O terceiro capítulo “As contradições das múltiplas territorialidades LGBT” tece uma discussão de alguns conceitos que permeiam a constituição da sexualidade humana, relacionando-os aos dados obtidos em campo. Neste capítulo também são discutidos dados acerca da constituição de territórios no espaço urbano, influenciado por meio do consumo do lazer e/ou turismo LGBT, além disto, realizou-se uma análise das contradições e preconceitos, que este processo de “inclusão” acarreta. Além disto, será tratado das questões inerentes às influências das tecnologias na constituição das relações entre estes indivíduos.

O quarto capítulo intitulado: “Influências das ONGs direcionadas aos interesses do grupo LGBT na elaboração de públicas em Uberlândia” tratará de como se dá a estruturação das Organizações Não Governamentais direcionadas aos interesses do grupo LGBT. Além disto, objetivou-se investigar se estas organizações estabelecem relações e/ou possuem influências com o Poder Público Municipal, no que diz respeito à elaboração de políticas públicas e ações práticas que reflitam na melhoria da vida destes indivíduos. Por fim, o último capítulo, intitulado “Considerações Finais” apresenta os resultados da pesquisa e questionamentos que ainda carecem de discussão e aprofundamento.



2. A Cidade Enquanto Locus de Práticas Socioespaciais Geradas Por Grupos e/ou Indivíduos Socialmente Marginalizados Por Questões de Gênero e Sexualidade



Figura 3: Uma das fotografias da mostra *Half-Drag – A Different Kind of Beauty*, do fotógrafo Leland Bobbé, retrata a mescla de gêneros em uma única pessoa¹⁰.

O fenômeno do urbano pós Revolução Industrial e/ou o conceito de cidade não são recentes, mas na modernidade as mesmas guardam determinadas características que as diferenciam das antigas e das medievais¹¹. Neste sentido, a cidade capitalista, inaugurada com a modernidade, traz a tona uma nova contradição explicitada pela intensa fragmentação e especulação do espaço e seus componentes, deve-se considerar que a capacidade técnica e científica evoluiu, contribuindo para a produção do espaço em diversas escalas, desde em nível local e até mesmo ao nível global.

¹⁰ Disponível em: <<http://lelandbobbe.com/blog/category/half-drag/>>. Acesso em 12 Jan. 2016.

¹¹ Há autoras/es que tratam da questão do surgimento e evolução das cidades ao longo da história, tais como: Sposito, 2005; Carlos, 2001; Benevolo, 2003; Santos, 2005; dentre outras/os.

Para Lefebvre (1991), a cidade é uma obra da civilização que assumiu características distintas em diferentes períodos da história (antiguidade, idade média, modernidade), por isto, há a necessidade de entender que a dinâmica das cidades não é estanque, pois as mesmas se constituem em centros dinâmicos da vida em sociedade, sendo espaço que se prolifera a divisão social do trabalho e onde se reproduzem as relações sociais de produção, espalhada nas mais variadas atividades, gerando contradições sob variadas perspectivas.

De acordo com Alves (2014) a cidade, em seu surgimento, polarizou o território ao seu redor, se constituindo em um elemento protagonista no desenvolvimento das condições de existência material e social. No entanto, considera-se a cidade e/ou urbano enquanto bases dos fenômenos que se propõe estudar. Neste sentido, o urbano se constitui em um lugar para o acontecimento de variadas práticas, a troca de informações, para a realização de atividades socioeconômicas, atividades de lazer, campo de embates e lutas de grupos socialmente marginalizados, além de possuir inúmeras outras funções.

Lefebvre (2008) afirmou que a sociedade passou por um processo/fenômeno, por ele denominado de “Revolução Urbana”, considerando o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea vivenciou, que resultou em um período em que houve um crescimento da industrialização, o avanço da técnica, resultando na urbanização da sociedade. No entanto, na atualidade, o fenômeno urbano constitui um fenômeno, cuja complexidade, ultrapassa os meios do conhecimento e os instrumentos da ação prática. Corroborando nesta discussão, Soares e Melo (2010) afirmaram que:

Nas últimas décadas assistiu-se a um conjunto de transformações tecnológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais que estão influenciando e modificando a sociedade em geral e, conseqüentemente, as cidades. A sociedade contemporânea está em transformação e, desse modo, as maneiras de pensar e agir, as técnicas, as estruturas sociais, as organizações políticas evoluem de forma constante, rápida e permanente. Mudanças que promovem a transformação das relações de tempo e espaço e fazem com que sejam necessárias alterações na concepção, produção e gestão das cidades (SOARES, MELO, p. 229).

Castells (2000) considera três aspectos fundamentais que sintetizam a dinâmica das cidades de acordo com suas especificidades: *dimensão*, *densidade* e *heterogeneidade social*. Apresentar-se-á a síntese destas variáveis, com o objetivo de contribuir no entendimento deste estudo, em se considerando, que a cidade é a base dos processos estudados. No que diz respeito à *dimensão* de uma cidade, pode-se afirmar que quanto maior ela é, maior é sua complexidade e sua diferenciação social, acentuando a segmentação das relações socioespaciais.

No que diz respeito à *densidade*, o mesmo autor reforça a diferenciação interna, pois, paradoxalmente, quanto mais próximos estamos fisicamente, mais distante são os contatos sociais, a partir do momento em que se torna necessário comprometer os relacionamentos sociais em detrimento da dinâmica das cidades. Há, portanto, uma justa posição sem mistura de meios sociais diferentes, gerando a indiferença a tudo que não esteja diretamente ligado aos objetivos próprios de cada pessoa desta sociedade urbana (CASTELLS, 2000).

Por sua vez, a *heterogeneidade social* do meio urbano permite a fluidez do sistema de classes, a taxa elevada de mobilidade social explica por que a afiliação a grupos não é estável, mas ligada à posição transitória de cada indivíduo: há, portanto predomínio da *associação* (fundamental na afinidade racional dos interesses de cada um) sobre a comunidade, definida pela filiação a uma classe ou *status*. Esta heterogeneidade social coincide também com a diversificação da economia de mercado e uma vida política fundamentada nos movimentos de massa (CASTELLS, 2000).

Um exemplo desta mobilidade social pode ser explicado por meio das formas de organização da sociedade contemporânea. Além disto, é interessante entender que na contemporaneidade, as cidades vêm apresentando novas configurações. No entanto, um fenômeno recente que ocorre por meio de variadas ações dos indivíduos, que contribui para novas configurações urbanas,

por meio da mobilidade fluída das pessoas no/pelo espaço foi sintetizado pelo conceito de territorialante, cunhado por Muñoz (2008):

[...] populações metropolitanas que, graças às mudanças de escala dos transportes e das telecomunicações, podem desenvolver diferentes atividades em pontos distintos do território de forma cotidiana. O territorialante não é apenas o habitante ou residente de um lugar; também é usuário de outros lugares [...]. O territorialante estabelece sua relação com o espaço metropolitano a partir de um critério de mobilidade – os lugares onde desenvolve atividades –, mais do que a partir de um critério de densidade – o lugar que estatisticamente o fixa ao espaço onde se localiza sua residência principal. O territorialante é habitante de geografias diversas em cidades com geometria variável. [...] é territorialante entre lugares mais do que habitante de um lugar. [...] é o protótipo do habitante da cidade pós-industrial (MUÑOZ, 2008, p. 28).

Neste sentido, pode-se entender que o fenômeno territorialante consiste em uma prática recente das sociedades e/ou cidades modernas, pois consiste em um movimento dos que se deslocam diariamente de subúrbios, de municípios de regiões metropolitanas ou até de cidades-satélites não conurbadas para a cidade onde seu trabalho é realizado (ALVES, 2014). Este fenômeno também pode ser entendido enquanto um indivíduo que nem trabalha em um dado território, mas o visita regularmente para realizar atividades relacionadas ao turismo, ao ócio ou ao consumo, como quem vai a Uberlândia em busca de atividades de lazer.

Castells (2000) explica que para o entendimento do processo de organização social, não se deve considerar apenas o fenômeno urbano, mas deve analisar este fenômeno enquanto processo de organização e de desenvolvimento, por meio da relação entre as forças produtivas, classes sociais e manifestações culturais. Para Castells, o espaço consiste em:

O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais - entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica. Trata-se então de estabelecer, da mesma maneira que para qualquer outro objeto real, as leis estruturais e conjunturais que comandam sua existência e transformação, bem como a especificidades de sua articulação com outros elementos de uma realidade histórica (CASTELLS, 2000, p. 181-182).

Ao tratar da sociedade urbana, não deve entendê-la enquanto uma constatação de uma forma espacial, pois esta possui um sistema de valores, normas e relações sociais, pautadas em um processo histórico, pautado em uma lógica de organização e transformação. Em geral esta sociedade urbana é caracterizada principalmente pela segmentação de papéis, sendo marcada pela multiplicidade existente na composição das sociedades.

Castells (2000) considera a cidade como campo de projeção da sociedade no espaço. No entanto, alertou que é necessário ultrapassar o empirismo da descrição geográfica, pois e não se pode ter a ideia de entender o espaço enquanto uma página em branco, na qual se escreve a ação dos grupos e/ou instituições, pautados apenas na perspectiva histórica. No entanto, é necessário transcender a visão da constituição das cidades, às pensando de forma dinâmica, complexa, plural e contemporânea.

De acordo com Alves (2014), a própria ação investigativa é uma forma de conhecimento da cidade, seja enquanto movimento do corpo na cidade, seja a investigação do geógrafo ou o próprio ato projetivo do arquiteto, do engenheiro e do construtor informal. No entanto, a sociedade se manifesta territorialmente em cidades, mas não apenas. Ademais, o autor afirma que a cidade se constitui enquanto lugar privilegiado da inovação, do domínio e da cultura, localidades das quais se originam influências que extravasam seus limites.

Neste sentido, ao tentar entender a cidade na contemporaneidade, é necessário considerar sua evolução técnica e tendência da constituição em redes:

Em razão da comunicação instantânea e o incremento nos sistemas de transporte, um pequeno vilarejo remoto pode, em um intervalo de tempo bastante curto, estar incluído em diversas redes globais, mesmo que nunca tenha passado por um processo de industrialização, nem possua universidades avançadas ou grandes corporações instaladas: um paraíso natural remoto pode subitamente ser inserido em certas redes globais relacionadas ao turismo, após ter sido 'descoberto' por algum investidor. A diferença é, cada vez mais, se o indivíduo ou certa região estão ou não inseridos nas redes (ALVES, 2014).

Além disto, é necessário entender que as cidades, bem como as sociedades na contemporaneidade expressam uma heterogeneidade, que se manifestam territorialmente no espaço urbano. No entanto, deve-se entender que estes territórios são dotados de complexidade, pois se manifestam de formas diferenciadas no espaço, de acordo com os usos de seus sujeitos, em determinados horários e/ou períodos, acarretando em inúmeras transformações, como o deslocamento de pessoas entre cidades, pelos mais variados fins, podendo ser a trabalho, questões comerciais e/ou compras, estudos ou turismo.

No entanto, deve-se considerar que a cidade constitui enquanto base para as variadas formas de expressão, bem como o desenvolvimento de variadas atividades socioeconômicas, socioambientais, artísticas e culturais. Aliás, convém esclarecer que se trata de uma construção coletiva, não se restringindo apenas aos agentes hegemônicos, mas é realizada por uma dada sociedade em um determinado momento e por interesses distintos. Aliás, a cidade que se estuda neste trabalho é a cidade contemporânea, por ser uma organização complexa e inconclusa. O tópico que segue apresenta como a organização do espaço urbano pode contribuir para a geração de processos segregatícios.

2.1 O Espaço Urbano Enquanto Gerador de Processos Segregatícios

Além de entender a constituição do espaço urbano na contemporaneidade, é necessário compreender que este fenômeno vem produzindo inúmeros processos segregatícios, bem como desigualdades socioespaciais, onde as ações de inclusão e exclusão perpassam as formas em que a sociedade e/ou cidades se organizam em redes e por meio das telecomunicações e são realizadas, de igual modo, nas relações territoriais e socioeconômicas, excluindo desde pequenos grupos em escala local, até determinadas nações em escalas continentais.

Neste sentido, é possível afirmar que a cidade na contemporaneidade se caracteriza pela forma que se relaciona com a globalização econômica, mais do que por sua forma espacial. Partindo do princípio de que a sociedade se constitui em rede, mas exclui determinados grupos sociais, bem como acesso a determinados lugares, torna-se as relações complexas e mutáveis de acordo com determinados períodos. Isto porque, na atualidade, não apenas as cidades são dinâmicas, mas também a própria sociedade (em diversas escalas), que movimenta espacialmente de acordo com desejos mais variados.

Neste sentido, Haesbaert (2002) considerou que as redes são dinâmicas, móveis e fluídas, mas a rede pode ser vista, tanto como um elemento fundamental constituinte do território, podendo até ser confundida com ele. A estrutura social em rede pode atuar como um elemento fortalecedor do território. O mesmo autor afirmou que o mundo é marcado por processos de globalização, onde quem comanda são as redes construídas pelas grandes corporações financeiras, mas ainda assim as mesmas não tem domínio pleno sobre a organização do espaço planetário, pois existem reações contrárias à globalização, que acarretam no fortalecimento das identidades socioculturais.

Neste sentido, pode-se afirmar que em grande maioria as cidades do século XXI estão inseridas na contemporaneidade, pois se estabelecem por meio de redes e acabam, de certa forma, absorvendo determinados hábitos culturais e/ou tecnológicos de outras cidades e/ou regiões, em escala regional e/ou global. Outro fator que contribui para esta forma de organização das cidades se deve ao fato de que na contemporaneidade, as mesmas estão inseridas, em maior ou menor intensidade, no processo de globalização.

No entanto, é necessário entender que a globalização não se dá de forma homogênea no tempo e espaço, e sobre isso Soares (1995) escreveu que o processo de globalização, resultado do aumento da comunicação entre os homens, em formas cada vez mais instantâneas e generalizadas, levou à internacionalização do sistema produtivo e dos serviços. Além disto, constatou que as transformações no sistema capitalista, vem se readaptando, reorganizando, produzindo tanto a interdependência mundial como as contradições nacionais e/ou globais, apontando, para a criação de uma sociedade pós-industrial, cujo estágio de desenvolvimento é explicado pela intensa diversificação dos serviços, particularmente aqueles ligados à informação.

Ao mesmo tempo, intensificam-se mudanças culturais, que criam/recriam essa mesma sociedade, segundo novos princípios. Todavia, esses aspectos apresentam-se muito mais como manifestações das mudanças que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea do que sua explicação. A definição da natureza das transformações recentes deve ser explicada a partir do desenvolvimento do conhecimento científico e sua aplicabilidade na organização da vida econômica, social, política e cultural (SOARES, 1995).

Neste sentido, Coriolano (2006) afirmou que os impactos oriundos deste processo, ocorreram em geral, pelas imagens econômicas, culturais e políticas da globalização serem simplificadas, não representando o caráter desigual dos processos globais. A maioria das pessoas não faz parte deste processo, sendo a globalização ineficaz, pois os avanços do desenvolvimento ocorrem concomitantemente a um retrocesso socioeconômico e político, o que ocasiona riqueza e inserção pra uns, acarreta pobreza e exclusão aos outros.

Deve-se considerar que um dos mecanismos da globalização e do capitalismo é de utilizar o consumo como meio de inclusão dos grupos silenciados. Neste sentido, Baudrillard (2008) tratou do consumo sob uma perspectiva crítica, afirmou que esta lógica ultrapassa a própria necessidade de obter objetos, se constituindo em uma prática idealista, neste sentido, o consumo não se alicerça sobre o princípio da realidade, a sua lógica é inteiramente abstrata. Além disto, enfatizou a sua ligação com os meios de comunicação de massa, que fragmentam o real. Então os objetos, deixam de ter utilidade como instrumentos e passam a ser usados como signos, cuja função primeira seria a de significar, servindo como mecanismo de discriminação social e prestígio.

No entanto, os meios de comunicação desempenham um papel primordial na manutenção do cotidiano vivo, transformando a informação política, cultural e histórica em fatos espetaculares. Neste sentido, tudo o que se consome (a imagem, o signo, a mensagem), é o que ilude, mais do que compromete, a alusão violenta ao real. Nas palavras do autor:

O anúncio publicitário, a firma produtora e a marca, que desempenha aqui papel essencial, impõem a visão coerente, coletiva, de uma espécie de totalidade quase indissociável, de cadeia que deixa aparecer como série organizada de objetos simples e se manifesta como encadeamento de significantes, na medida em que se significam um ao outro como superobjeto mais complexo e arrastando o consumidor para uma série de motivações mais complexas. Descobre-se que os objetos jamais se oferecem ao consumo em desordem absoluta (BAUDRILLARD, p. 26).

Além disto, pode-se afirmar que não consumimos um objeto, mas uma idealização que vem junto com ele. No entanto, o consumo não é algo individual, mas uma instituição social, que de certa forma dita as regras do consumo, isto porque, os indivíduos são coagidos inconscientemente pelo sistema de valores e pela estrutura social a consumir. Como a lógica da sociedade de consumo ancora-se na busca de *status*, o objeto passa a valer como signo, então o que se encontra fora desta lógica, está obsoleto, desvalorizado socialmente.

Soares (1995) abordou que a sociedade contemporânea está inserida em uma sociedade técnica, tendo em vista o caráter determinante da técnica, que transformou as relações econômicas e sociais, e que vem, inclusive, conferindo à cultura um novo sentido, à medida que se observa uma modificação no câmbio de mentalidade das pessoas. Neste sentido, a exploração dos recursos socioeconômicos é uma das bases de sustentação da lógica do capitalismo vigente. Com a evolução das práticas capitalistas de produção e a dita globalização, as atividades humanas tais como: a arte, a cultura, o lazer e/ou turismo e, voltam-se para o mercado, para o lucro e, cada vez mais se perde suas verdadeiras expressões subjetivas.

Além das questões apresentadas, o capitalismo também explora as minorias, a exemplo de deficientes, homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais, negra/os, idosa/os, que possuem poder consumo para a aquisição de determinados produtos e/ou serviços que os façam, de certa forma, se incluir por meio do acesso à renda, acarretando em inúmeras interferências, a exemplo da alteração da identidade das pessoas e/ou dos espaços, para que os mesmos atendam os anseios de suas/seus usuárias/os.

Para Lefèbvre (1991), o urbano assume certo caráter de totalidade, ao mesmo tempo em que nunca está inteiramente presente. A partir dessa tensão entre ausência-presença, totalidade-individualidade a cidade vai sendo construída e compreendida pelos sujeitos, ao mesmo tempo em que os constrói, de maneiras desiguais, e sem que seja possível compreendê-la de maneira total. Não pode considerar o urbano como um dado da verdade, pois em sua dimensão concreta, a cidade é um amalgama de sentidos que constitui o tecido social. Neste sentido, o direito à cidade é uma das formas de resistência à fragmentação do espaço das cidades, que emerge com a rejeição do afastamento promovido na realidade urbana, em diferentes dimensões (econômicas, sociais, culturais, simbólicas).

De acordo com Alves (2014) a cidade na contemporaneidade tende a abandonar a execução dos planos tecnicistas e de caráter puramente funcional da tradição pré-1970, para realizar uma espécie de empreendedorismo urbano a três mãos: poderes estatais (local, metropolitano ou mesmo supranacional), a sociedade civil organizada (ONGs, sindicatos, câmara de comércio, etc.), juntamente com a iniciativa privada. Estas três esferas se organizam, definem direitos e deveres de cada parte a fim de fomentar e gerir o território urbano, em âmbito local e/ou regional. De certa forma, esta forma de organização, contribui (em partes) para que grupos socialmente excluídos se organizem para apresentarem suas necessidades, objetivando à aquisição de direitos.

Por outro lado, é possível considerar que a urbanização contemporânea tem produzido centros urbanos bastante interdependentes entre si. É a partir desta compreensão que boa parte dos fenômenos urbanos recentes deve ser percebida e analisada por meio de sua complexidade. É possível observar que existem inúmeras associações que trabalham em conjunto, entre estas três esferas, com o objetivo de criar ações, que objetivam a melhoria da qualidade de vida de grupos socialmente marginalizados, além da tentativa de aquisição de direitos, contribuindo para o bem estar de grupos socialmente marginalizados por inúmeras questões, inclusive sob a perspectiva de gênero e sexualidade humana, que constitui um dos fenômenos analisados nesta pesquisa.

No entanto, deve-se dar uma atenção ao entendimento dos agentes sociais que constituem estas cidades, neste sentido, o tópico que segue traz uma análise sobre questões inerentes à constituição da sexualidade humana dos indivíduos, sendo os que fogem da norma fazem parte de grupos socialmente marginalizados, que por sua vez, produz territórios e/ou territorialidades no espaço urbano, por questões vinculadas ao preconceito por questões vinculadas às variadas formas de ser e/ou comportar.

2.1.1 A Cidade Construída Por Meio do Corpo Social

Na contemporaneidade, as diferenças e a pluralidade são focos do olhar do capitalismo, às tornando em objetos exclusão com o propósito de mercantilizá-las. Neste sentido, deve-se entender a complexidade das cidades, tão quanto à dos indivíduos que compõem e se inserem nas mesmas, por meio de suas múltiplas expressões contemporâneas. Ademais, na atualidade as cidades, também são constituídas por diversas formas de manifestações (industriais, comerciais, educacionais, de lazer e/ou turismo, de campo de lutas de grupos marginais) e todas estas variáveis se encontram sobrepostas, de acordo com as seleções realizadas pelos sujeitos responsáveis da formação socioespacial.

De acordo com Castells (2000), o espaço urbano é composto por fenômenos que transcendem às econômicas, e neste sentido, o autor ressalta que o mesmo também é composto por variáveis comerciais, industriais, mas também é representado a partir de seus indivíduos e seus grupos urbanos. Além disso, há a existência de um sistema de comportamentos específicos com respeito às particularidades dos indivíduos, que se caracterizam por um conjunto de ações, que definem a expressão cultural das sociedades urbanas, de acordo com as normas culturais interiorizadas por diferentes grupos sociais, refletindo na constituição de distintas espacialidades urbanas.

Por conseguinte, afirma-se que o espaço urbano está carregado de sentidos e suas formas se articulam em uma estrutura simbólica, estruturando-se em uma organização própria de acordo com os interesses de suas/seus construtoras/es, em um processo de uma relação do imaginário desses sujeitos, se concretizando no âmbito do real (espaço físico). Por certo, o componente ideológico, está presente nos elementos da estrutura urbana, produzindo características sociais distintas, bem como espacialidades.

Além disso, considera-se que a cidade não é apenas um conjunto funcional capaz de gerir sua própria expansão, ela é também uma estrutura simbólica, um conjunto de signos, que permite a passagem entre sociedade e espaço, que estabelece uma relação entre natureza e cultura, possuindo uma linguagem própria de acordo com as aspirações de seus construtores. As cidades se constituem a partir de centros simbólicos, possuindo uma carga simbólica de acordo com suas/seus pretensas/os usuárias/os, em função do significado de tais pontos, por meio da produção de novos tipos de relações entre os indivíduos, que em sua grande maioria, se agrupam a partir de afinidades em comum.

Por reconhecer esta complexidade, é necessário redefinir as formas, funções e estruturas das cidades (econômicas, políticas, culturais e outras), bem como as necessidades individuais, com suas motivações marcadas pela sociedade dita de consumo. No entanto, as necessidades sociais tem um fundamento antropológico, opostas e complementares. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis, mas também há uma necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas, de reconstruir (LEFEVBRE, 1991).

Lefebvre (1991) afirmou que através dessas necessidades a sociedade se diferencia e cria demandas específicas, a partir de desejos, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares. O mesmo autor questiona se “As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro?” (LEFEVBRE, 1991, p. 104).

Além disto, é necessário entender que as cidades misturam diversas variáveis, textos e dimensões. Ademais, pode-se dizer que há uma leitura no nível geográfico: leitura econômica, industrial, social, cultural. Deve-se considerar que este espaço é sobreposto por pessoas com sexos, gêneros, etnias, religiões, idades diferentes etc., que habitam e se deslocam neste espaço por inúmeros motivos. Assim, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos, que por sua vez geram as lutas por grupos em busca de direitos, contribuindo assim para um caminho da revolução urbana.

De acordo com Lefebvre (2006) o espaço é composto por sujeitos, e os mesmos possuem corpos que se manifestam de variadas formas, contribuindo na produção do espaço. O referido autor trata deste fenômeno a partir do entendimento que as pessoas possuem “corpo social”, considerando-o enquanto:

Quando, precedentemente, o corpo apareceu no trajeto da análise, ele não foi dado nem como sujeito nem como objeto filosóficos, nem como meio interno opondo-se a um meio externo, nem como espaço neutro, nem como mecanismo ocupando esse espaço por partes ou fragmentos, mas como “corpo espacial”. O corpo espacial, produto e produção de um espaço, dele recebe mediatamente as determinações: simetrias, interações e reciprocidades de ações, eixos e planos, centros e periferias, oposições concretas, ou seja, espaço-temporais (LEFEBVRE, 2006, p. 269).

No entanto, a materialidade desse corpo não se atribui a uma natureza indiferente ao espaço, pois age e influencia no mesmo para ocupá-lo. Essa materialidade corporal advém do espaço

Neste sentido, os aparelhos emissores e receptores de energias finas localizam-se nos órgãos sensoriais, os canais eferentes (os nervos), o cérebro. Os órgãos maciços são os músculos, o sexo enfim, polo da energia que se acumula explosivamente. Essa composição do corpo orgânico liga-se, ela própria, diretamente à constituição (organização) espacial. Como não haveria relação conflitual entre as tendências inerentes a esse conjunto, bem como a tendência a explorar o espaço e a tendência a ocupá-lo (LEFEBVRE, 2006, p. 269-270).

Para Lefebvre (2006) os conflitos inerentes à realidade espaço-temporal do corpo não é nem substância, entidade, mecanismo, fluxo ou sistema fechado,

mas resultam por meio dos conflitos entre o conhecimento e a ação, entre o cérebro e o sexo, entre os desejos e as necessidades dos indivíduos. O organismo vivo só tem sentido e existência considerado com seus prolongamentos: o espaço que ele alcança e produz, assim todo organismo vivo se reflete, se refrata, nas modificações que ele cria em seu meio.

Interessante destacar que esse corpo que se oferece à descoberta, pode ser redescoberto, ocultado e redescoberto. Esse corpo dotado de suas taras, suas forças, suas vitórias escapa à clara distinção, de fato ideológica e vulgar, entre o estado normal e o anormal, entre a saúde e o patológico. No centro do corpo existe esse núcleo pouco redutível, apesar dos esforços ele é atuante, e enquanto corpo espacial se torna social, não se introduzindo num ambiente preexistente; ele produz e reproduz; ele percebe o que ele desconstrói/constroi/reconstroi (LEFEBVRE, 2006).

As condições e princípios da lateralização do espaço encontram-se no corpo; ele precisa efetuar-la, de modo que a direita e a esquerda, o alto e o baixo se indiquem e se marquem permitindo a escolha. Neste sentido, o cérebro, tomado com seu corpo, no seu corpo, não é somente uma máquina de registrar, um aparelho de decodificar. Não mais que uma máquina de desejar. O corpo total constitui, ele produz o espaço no qual haverá mensagens, códigos, além de serem dotados de tomada de decisões (LEFEBVRE, 2006).

Conforme foi apresentado, que este corpo é capaz de se tornar um agente socioespacial, no entanto é dotado de complexidade e variados desejos, que contribuem para a geração de práticas socioespaciais, e neste sentido, apresentara uma discussão sobre questões vinculadas à complexidade deste corpo do ponto de vista das questões de gênero e sexualidade, e como estas variáveis são capazes de fazer com que se gerem práticas territoriais urbanas específicas, eminentemente formadas por questões vinculadas ao preconceito.

2.2 Questões de Gênero e Sexualidades: Fatores de Exclusão Social e Geração de Preconceito

O presente subcapítulo tem como objetivo tecer uma discussão teórica sobre aspectos concernentes sobre a constituição da sexualidade humana, bem como a geração de distintas territorialidades urbanas por questões vinculadas ao preconceito. Para isto, é necessário compreender os conceitos de sexo, identidade de gênero e orientação afetivo-sexual. Por meio deste entendimento, foi possível dar início à compreensão da formação das múltiplas práticas relacionadas à sexualidade humana, bem como os processos espaciais acarretados pelo preconceito gerado contra indivíduos que “fogem” da heteronormatividade imposta pela sociedade.

É necessário reconhecer que mesmo se tratando de um trabalho geográfico, julgou-se necessário fazer o caminho inverso, ao tratar inicialmente de conceitos de outras áreas do conhecimento, para subsidiar o entendimento da geração dos territórios e territorialidades urbanas, com o objetivo de auxiliar a discussão referente às práticas espaciais tratadas neste trabalho. Isto porque, entende-se que são os indivíduos, que são discriminados socialmente por questões de gênero e sexualidade que são atores de práticas socioespaciais que produzem distintos territórios e/ou territorialidades por questões segregatícias.

Deve-se considerar que há um desafio para o entendimento da concepção de gênero na própria gramática portuguesa, que traz consigo classificações naturalizando que termos masculinos podem ser aplicados para se referirem a substantivos femininos. Nesta perspectiva, Butler (2007) afirma que a distinção sexo/gênero se junta a um construcionismo linguístico radical, que não leva em consideração, em sua plenitude, as especificidades existentes entre os indivíduos, naturalizando a valorização do masculino em detrimento do feminino.

No entanto, entende-se que exista a necessidade de fazer distinções entre os conceitos a serem abordados, e ao mesmo tempo estabelecer diálogos entre eles, isto porque, estes conceitos inúmeras vezes são entendidos de forma equivocada e/ou marginalizada pelo senso comum. Isto porque, o conceito de gênero como é interpretado socialmente naturaliza características do masculino e do feminino de forma simplista, e diretamente entendido no viés biológico, relacionado aos sexos dos indivíduos. Por isso a necessidade destes conceitos serem entendidos de forma complexa e plural.

Corroborando nesta discussão, é possível afirmar que o sexo é uma parte íntima do corpo, que por si só não é capaz de definir papéis socioculturais e/ou psicológicos, apenas designa o sexo de nascimento de sujeitos (macho, fêmea ou intersexo/hermafrodita¹²). Neste sentido, o conceito de gênero na perspectiva trabalhada, não se refere ao sexo (aparelho genital) do sujeito, mas sim a atributos que são constituídos socialmente, historicamente e/ou culturalmente.

No entanto, a condição biológica de nascimento não implica que um indivíduo que nasça macho (com o sexo masculino), vá sentir-se masculino, ou que um sujeito nascer fêmea (com sexo feminino) vá se sentir pertencente ao gênero feminino. Neste sentido, afirmar que o sexo institui a identidade de gênero do sujeito como, fazendo com que se identifique psicologicamente enquanto do gênero masculino, ou feminino é questionável do ponto de vista psicológico.

¹² Entende-se que os intersexos ou hermafroditas são indivíduos que nascem com variações congênitas na genitália, o que ocasiona discrepância se comparada a um aparelho genital bem formado (de macho ou de fêmea), a exemplo da ausência de testículos, orifício abaixo da região do pênis; clitóris anormal, útero atrofiado. Além disto, há casos de hermafroditas completos que nascem com os dois aparelhos genitais fundidos em seus corpos, sendo estes indivíduos possuem os dois sexos (COSTA, 2004).

De acordo com Costa (2004), é possível perceber que tão quanto à identidade, o sexo biológico também não é definitivo. Isto porque os sexos são adaptáveis, transformáveis por meio de recursos médicos, sendo que os indivíduos também podem transitar por entre os sexos. Neste sentido, não existe garantias de que um indivíduo que nasça macho (biologicamente) vá permanecer desta forma por toda sua vida.

Estas vontades de mudanças são permeadas por fatores biológicos, sociais, culturais, psicológicos; fazendo com que estes indivíduos se sintam com identidades de gênero opostas aos sexos trazidos em seus corpos. Tais fatores são oriundos pela falta de identificação dos indivíduos com o seus sexos biológicos, fazendo com que se identifiquem com o gênero oposto ao de seus corpos, podendo acarretar na mudança comportamental e até mesmo a realização de procedimentos cirúrgicos de mudança de sexo, para que este se adeque ao gênero percebido pelo indivíduo.

Weeks (2007), ao tratar sobre o conceito de gênero afirmou que o mesmo não é uma simples categoria analítica, mais sim envolve relações de poder. Assim, padrões de sexualidade feminina é um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável, um poder que foi construído ao longo da história. Pode-se compreender que indivíduos que transitam por entre distintos gêneros, também sofrem preconceitos em diferentes escalas, por não adotarem práticas de um padrão desejável pela sociedade.

Isto porque, como o conceito de gênero é interpretado socialmente, naturaliza características e afirma o caráter social do ser feminino e do ser masculino. Neste sentido este conceito deve ser pensado e interpretado de forma plural, ressaltando que as representações sobre masculino e feminino são diversas e cada indivíduo possui identidades próprias, que são fluídas, complexas, mutáveis (LOURO, 1997).

Além disto, deve-se entender que a própria identidade desses indivíduos é demudada. Assim: “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p.13). Em função desta complexidade, é interessante lembrar que:

A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente. (HALL, 2006, p.12-13).

O mesmo autor afirma que a identidade é algo formado ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes não é trazida com o indivíduo ao nascer e sempre está em processo de formação. Em função desta contínua construção da identidade, a mesma será sempre complementada e reformulada a partir das experiências humanas, pelas formas por meio das quais as pessoas imaginam e/ou querem ser vistas por outros indivíduos.

Na atualidade, não só aspectos intrínsecos à constituição da identidade devem ser discutidos, mas também as questões que permeiam a sexualidade humana devem ser vistas e discutidas de forma ampliada, pois só assim é possível entender aspectos concernentes às múltiplas diversidades, e dar-se início ao entendimento e respeito das diferenças inerentes ao ser humano. Corroborando nesta discussão, vale citar a notória frase da feminista francesa, Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Desse modo, gênero é uma construção que se reforça por meio de símbolos, leis, normas, valores etc., e está sendo constantemente remodelada.

É necessário entender que a identidade de gênero, que é como o sujeito se sente, independente de ter um órgão genital masculino e se sentir feminina e/ou ter órgão genital feminino e se sentir masculino. Também é possível afirmar que esta questão é complexa, pois os indivíduos podem se sentir de diferentes

formas. É necessário ressaltar que a identidade de gênero é moldada por contextos sociais e culturais diferentes, não sendo definida pelo sexo de nascimento, assim as masculinidades e feminilidades vão sendo moldadas, podendo ser alteradas de acordo com dado momento do indivíduo.

É necessário discutir a complexidade do conceito de gênero na contemporaneidade, pois o mesmo contribui diretamente para a instituição de papéis masculinos e femininos na sociedade. Além disto, a identidade de gênero é constituída por nossos desejos corporais e não apenas por decorrências biológicas e/ou hormonais. Corroborando nesta discussão, Parker (2007, p. 135) afirmou que os indivíduos adquirem “seus desejos, sentimentos, papéis e práticas sexuais típicos de seus grupos de idade ou de status dentro da sociedade, bem como as alternativas sexuais que suas culturas lhes possibilitam”.

Além disso, é possível afirmar que do ponto de vista social, os papéis sociais de gênero são capazes de influenciar a sexualidade humana. Sendo que: “papéis de gênero nada mais é que o nosso comportamento frente às demais pessoas e à sociedade como um todo. Nesse caso, temos uma maneira de agir. Do contrário, surgirá um conflito entre a nossa identidade de gênero e o papel que desempenhamos” (COSTA, 2004, p.23).

Interessante ressaltar que em inúmeros casos, alguns sujeitos adotam papéis sociais de gêneros opostos às suas identidades de gênero. Isto porque, estes indivíduos sofrem de algum fator discriminatório. Neste sentido, deve-se entender que estes comportamentos contrários às suas personalidades se dão essencialmente devido às pressões sociais sofridas por estes sujeitos, em função da valorização de práticas heterossexuais, em detrimento das homossexuais.

Weeks (2007) afirma que gênero, além de ser categoria analítica da sexualidade humana, envolve questões relacionadas ao poder. Assim, segundo o autor, os padrões da sexualidade feminina é um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável, um poder que foi construído ao longo da história, criando-se uma estrutura social que impõe o que é ideal para as mulheres, coibindo que as mesmas possam se manifestar de acordo com suas vontades, ficando de certa forma, reféns de uma sociedade sexista e machista.

Entretanto, é interessante destacar que há formas de masculinidades que também são discriminadas. Neste sentido, França (2012), alerta que ao falar de masculinidades, deve-se fazer uma importante observação: as relações de poder pelas quais as relações de gênero são permeadas envolvem também diversas versões de masculinidades, que se constituem a partir da intersecção de diferentes marcadores sociais, como classe, cor/raça, sexualidade e geração.

Além disso, é possível afirmar que a combinação entre esses marcadores possibilitou a elaboração da ideia de “masculinidades hegemônicas” e as correlatas “masculinidades subalternas”, acentuando as relações de poder e desigualdades no tratamento das masculinidades (FRANÇA, 2012, grifos da autora). Isto porque, mesmo se tratando de manifestações de masculinidades, as mesmas podem ser desvalorizadas se fugirem da lógica heteronormativa.

Ampliando esta questão, pode-se afirmar que não apenas algumas práticas masculinas são valorizadas, mas também as práticas heterossexuais. Egypto (2009), afirma que o par “heterossexualidade e homossexualidade” se refere a uma oposição fundamental, decisiva e definidora das práticas dos sujeitos. Sendo, que em nossa sociedade contemporânea, a noção de heterossexualidade é entendida como primordial e dominante e a homossexualidade como subordinada, numa oposição que se encontra onipresente na sociedade, marcando saberes, instituições, práticas e valores que devem ser legitimados.

É necessário refletir se o par “heterossexualidade e homossexualidade” são dialéticos, ao ponto de criar distinções, que legitimam o preconceito. No entanto, defende-se que seja necessário um entendimento de ambas as partes deste “par” como um todo, reconhecendo as diferenças e as respeitando-as. Esta questão é apenas um exemplo das mais diversas questões ligadas à sexualidade humana. Ampliando a discussão, apresenta-se um entendimento do que vem e/ou pode ser sexualidade:

A sexualidade nos remete à nossa origem (quem somos, de onde viemos, como fomos concebidos) e, conseqüentemente, à origem do próprio conhecimento, da curiosidade e da disposição para aprender. Sexualidade tem a ver com identidade e com as infinitas maneiras de ser homem ou de ser mulher na sociedade e na cultura e com o caminho pessoal da construção de cada um (EGYPTO, 2009, p. 341).

Neste sentido, entende-se que as identidades de gênero e as sexualidades se constroem socialmente, psicologicamente e/ou culturalmente, devendo ser entendidas de forma complexa. Entendeu-se que não existe apenas uma forma de sexo, de gênero e/ou sexualidade. Neste sentido, apresentam-se alguns dos principais fatores que dão origem aos processos da sexualidade humana, por meio das relações afetivo-sexuais.

Para fins deste trabalho, utilizar-se-á o conceito de orientação afetivo-sexual cunhado por Costa (2004), quando afirma que este conceito diz respeito aos desejos dos indivíduos em se relacionarem afetivamente e/ou sexualmente com os outros, conforme o gênero identificado por estes sujeitos. Ressalta que esta condição faz parte da identidade sexual, moldada por fatores sociais, culturais e/ou psicológicos, não se restringindo aos fatores biológicos.

Além disto, a orientação afetivo-sexual é constituída por sentimentos existentes dentro do ser humano, dentre eles pode-se citar: o amor, paixão, o prazer sexual, as sensações de orgasmo, as fantasias eróticas e outros. Ressalta-se que a orientação afetivo-sexual trata-se de um processo em constante

transformação, uma vez que o próprio ser humano pode transitar temporalmente por entre os sexos e/ou gêneros.

Neste sentido, considera-se que as raízes da orientação afetivo-sexual nos indivíduos têm por base inúmeros fatores, dentre eles podemos considerar os: biológicos, psicológicos, culturais, sociais, econômicos e outros. Esta complexidade faz com que se reflita de que estes desejos não estão definitivamente formados nos seres humanos e varia de um indivíduo para outro, o que torna complexa e relativa à compreensão destes fenômenos, mesmo que se utilizado de um aporte teórico adequado.

Sobre as divisões entre as múltiplas orientações afetivo-sexuais, entende-se que os indivíduos homossexuais são aqueles que se relacionam com indivíduos do mesmo gênero (e não sexo), já os heterossexuais são os que se relacionam com pessoas do gênero oposto, e os bissexuais se relacionam com indivíduos de ambos os gêneros (BORTOLINI, 2008).

Sobre a questão das orientações afetivo-sexuais in/existentes, devem-se observar também questões relacionadas aos papéis relacionadas às questões afetivas e sexuais. Ou seja, quando o indivíduo prefere se relacionar com alguém do gênero oposto, do mesmo gênero, ou de ambos os gêneros. Este processo é capaz de fazer com que cada indivíduo estabeleça suas marcas no relacionamento de acordo com suas preferências de gênero.

Para exemplificar este raciocínio, apresenta um caso fictício de uma pessoa fêmea que se identifica pelo gênero masculino, mas se relaciona afetivo-sexualmente com um macho cuja identidade de gênero é feminina, o que faz com que formem um par heterossexual. Em função deste “desencaixe”, conforme visto pela sociedade que legitima as práticas heteronormativas, causa tensões sociais e psicológicas a estes indivíduos. Neste Sentido, Louro (1997) explica que:

Observamos que os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem "viver seus desejos e prazeres corporais" de muitos modos. Suas identidades sexuais se constituíram, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui considerar é que - tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade - as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. (LOURO, 1997, p.26).

Assim, afirmar que o sexo biológico institui a orientação afetivo-sexual de indivíduo é um equívoco, este desejo se define por meio das relações entre os gêneros, levando em consideração questões sociais, culturais e psicológicas de cada indivíduo em diferentes períodos e/ou espaços.

No entanto, é necessário repensar, entender e respeitar outras possibilidades de relacionamentos possíveis. Além disto, é preciso questionar padrões impostos pela sociedade, com o objetivo de dar início ao entendimento da diversidade e/ou diferenças, por meio do conhecimento das diversas orientações sexuais existentes e/ou inexistentes, isto porque, a própria identidade de gênero se altera constantemente em cada momento histórico. Sendo assim, cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial, e a cada momento a relação entre diversos elementos.

Defende-se que seja necessário que estas questões devam ser entendidas de forma plural, por parte da população. Isto porque, a própria existência destas diferenças faz com que gere inúmeras tensões sociais, em função de se viver em uma sociedade que não respeita os direitos de cada indivíduo em sua plenitude. Só por meio do entendimento e aceitação destes indivíduos é que se é capaz de dar-se início a uma sociedade capaz de conviver e respeitar as diferenças.

Neste sentido, o subcapítulo que segue traz uma discussão de alguns dos conceitos geográficos, bem como eles podem ser entendidos, explicados e/ou materializados no espaço, por meio do preconceito gerado a determinados grupos sociais (em níveis gerais e individuais), em específico o LGBT, que é tratado no presente trabalho. Além disso, realizou-se a análise dos conceitos de espaço, território e territorialidade, para embasar a discussão dos fenômenos que ocorrem no setor central de Uberlândia, com o intuito de explicar diferentes processos socioespaciais que ocorrem no local de estudos.

2.3 Questões de Gênero e Sexualidades: Fatores de Constituição de Territorialidades LGBT

O presente subcapítulo tece uma discussão teórica no que diz respeito à constituição dos territórios urbanos derivados do consumo, lazer e/ou turismo, vida noturna e exclusão de grupos minoritários (em específico o LGBT) no setor central da cidade de Uberlândia. Nesta acepção, as discussões que dizem respeito ao conceito de territorialização, por meio da apropriação do espaço por segmentos de mercado específicos, preferencialmente ao grupo LGBT.

Para entender como se dão estes processos espaciais em Uberlândia, foi necessário discutir alguns conceitos geográficos. Parte-se do entendimento que o espaço se torna *locus* de processos sociais complexos. Isto por que:

O estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise. Na medida em que função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade espacial, isto é, o espaço como um todo e, igualmente a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social (SANTOS, 1985, p.7).

Para Santos (1996), o espaço é o resultado da ação e objetos articulados. No entanto, toma significado a partir das intencionalidades de usos, que são materializados pela técnica e divisão do trabalho e esta técnica é constantemente reinventada. Para o mesmo autor, há uma intencionalidade na construção espacial, e é um importante elemento de compreensão dos processos espaciais, pois está relacionado às ações humanas, que estão constantemente alterando o espaço, por questões das intencionalidades oriundas dos anseios sociais, por isto o espaço vai adquirindo diferentes formas e conteúdos, que são remodeladas/os.

Ainda em relação ao espaço urbano, Corrêa (2005) afirmou que o mesmo é simultaneamente fragmentado e articulado e mantém relações com outros espaços. Esta relação também se dá a partir dos fluxos com intuitos comerciais e também aos deslocamentos aos locais de trabalho, e com menos frequência para as compras no centro da cidade, idas ao cinema, praias e parques.

Santos (1985) considera que em função de suas relações, os elementos espaciais formam um sistema comandado pelo modo de produção dominante nas suas manifestações à escala do espaço. Para tanto, o espaço é readequado com o tempo, aqui em específico apresenta-se a reconfiguração causada pela apropriação do espaço urbano da cidade de Uberlândia, por empreendimentos comerciais que possuem funções de lazer para grupos eminentemente LGBT. Por isso, é necessário entender a complexidade do que é território:

Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 2005, p.253).

Albagli (2004), afirmou que as noções de espaço e de território são distintas. O espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto que o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. O território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas:

No sentido de poder contribuir para a compreensão dessa mudança de significado do território, devemos analisar as formas com que hoje ele é apropriado, em um contraponto com as práticas sociais anteriores. Ora, o conjunto de práticas sociais e os meios utilizados por distintos grupos sociais para se apropriar ou manter certo domínio (afetivo, cultural, político, econômico etc...) sobre/através de uma determinada parcela do espaço geográfico manifesta-se de diversas formas, desde a territorialidade mais flexível até os territorialismos mais arraigados e fechados (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 44).

Neste sentido, podemos afirmar que temos no processo de construção dos Estados contemporâneos uma mescla de distintas identidades culturais e territoriais, que antes conformavam distintas territorialidades, que segundo Albagli (2004) são variadas formas de apropriação de uma parcela do espaço por distintos grupos sociais. Devendo ser levada em consideração a construção de território por fatores de identidade e do ponto de vista cultural.

Para Paula (2004) o desenho territorial é uma construção subjetiva, ou seja, depende da ação de um sujeito que institui o território. Um território é instituído por ação das/os frequentadoras/es quando seu desenho é definido por elementos de identidade escolhidos por agentes locais, ou seja, do próprio território, em uma relação autônoma. Nesses casos, pode-se falar em um processo de autoinstituição territorial, em que é a população local, o sujeito ativo, que desenha o território a partir do reconhecimento de suas identidades.

Neste sentido, as cidades constituem-se num campo de investigação complexo. A densidade populacional e o grau de complexidade informacional que

permeiam seus sítios promovem o experimento das mais variáveis manifestações culturais. Embora a cidade seja o foco da cultura de massa, ela se apresenta como verdadeira manifestação da heterogeneidade humana. As culturas, ou seja, as unidades vividas das experiências, que produzem determinadas estruturas.

No entanto, é necessário entender que em um mesmo lugar, cada elemento está sempre variando de valor, porque cada elemento do espaço entra em relação com os demais, e essas relações são em grande parte ditadas pelas condições do lugar. Sua evolução conjunta num lugar ganha características próprias, ainda que subordinadas ao às imposições de um grupo hegemônico, esta dinâmica ocorre pautadas em uma força motriz das dinâmicas sociais.

Para Haesbaert e Limonad (2007), o espaço tornado território pela apropriação e dominação social é constituído ao mesmo tempo por pontos, ou zonas. O território não se reduz à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas:

No sentido de poder contribuir para a compreensão dessa mudança de significado do território, devemos analisar as formas com que hoje ele é apropriado, em um contraponto com as práticas sociais anteriores. Ora, o conjunto de práticas sociais e os meios utilizados por distintos grupos sociais para se apropriar ou manter certo domínio (afetivo, cultural, político, econômico, etc...) sobre/atraves de uma determinada parcela do espaço geográfico manifesta-se de diversas formas, desde a territorialidade mais flexível até os territorialismos mais arraigados e fechados (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 44).

Para Raffestin (1993), o território é resultado de relações sociais de poder e dominação, em dimensões concretas e abstratas, sendo produzidas por diversos sujeitos, que podem variar desde a escala do Estado, e até mesmo pelo indivíduo. O território é objetivado por forças econômicas, políticas e culturais que se diferenciam no tempo e no espaço. É uma construção social realizada de acordo com as necessidades, desejos e limitações daqueles que o edificam.

No entanto, Corrêa (1994) afirmou que o território não necessariamente significa propriedade, mas sim apropriação. Isto porque, este conceito possibilita diferentes formas de apropriação do espaço, que podem ser realizadas por diferenciados sujeitos, em momentos, lugares e graus variados.

Corroborando para a análise acima, Saquet (2007) afirmou que os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo social, econômico e/ou político, podendo ser temporários ou permanentes. Souza (1995) entendeu que os territórios existem e são construídos nas mais diversas escalas, que variam de séculos a dias, do local ao global.

Em consonância com a análise acima, Souza (1995) apresentou uma discussão sobre territórios que são fluidos, isto porque durante a noite, com exceção dos bares e *nightsclubs*, o comércio está fechado, já que durante o dia as ruas são tomadas por outro tipo de relações de uso do espaço urbano, com a presença de pessoas trabalhando ou fazendo compras (que pode ser uma prática de lazer) em estabelecimentos comerciais com segmentos específicos não direcionados específicos ao lazer.

Souza (1995) apresentou em um de seus textos, um exemplo da refuncionalização dos espaços por apropriações distintas em diferentes horários, que se refere a territórios de prostituição, do tráfico de drogas, mas as ideias centrais expostas pelo autor no que se refere à reorganização dos territórios podem ser utilizadas para contribuir no entendimento dos processos socioespaciais que ocorrem na área de estudos.

Corroborando na discussão, é possível observar na área de estudo, que no período diurno o espaço estudado tem funções eminentemente comerciais e tráfego de pessoas fazendo compras e/ou se deslocando para o trabalho. Entretanto, no período noturno o mesmo espaço físico toma outras proporções

que se referem às práticas de lazer, como a exemplo a utilização do local por grupos sociais marginalizados, que utilizam determinados estabelecimentos comerciais para poderem se manifestar de acordo com seus desejos, de acordo com suas identidades, sexualidades e orientações afetivo-sexuais.

Neste sentido, é possível afirmar que estes tipos de territorializações presentes neste espaço se tratam de um processo de caráter cíclico, pois são alternados seus usos de acordo com os serviços oferecidos e interesses das/os frequentadoras/es de acordo o horário, podendo ele ser diurno e/ou noturno. Se tratando de constituições territoriais fluidas, pois se tratam de um único espaço que dá origem às mais diversas apropriações no mesmo dia.

Para Saquet (2007), há a necessidade de destacar a importância das forças econômicas, políticas e culturais no processo de (des)construção dos territórios e das territorialidades. São essas forças que geram os processos de territorialização e desterritorialização, num contínuo jogo de submissão e dominação do espaço geográfico. Isto porque, a lógica hegemônica do modo de produção destrói, constrói e reconstrói territórios, a partir do processo contraditório, que permite que aqueles que têm seus territórios destruídos criem formas de se reterritorializar, num processo cíclico de embates e resistências.

Nessa realidade contraditória de resistência, inúmeras territorialidades são construídas, destruídas e reconstruídas. Daí a dificuldade de apreender e/ou compreender esse jogo de forças, no entanto, este entendimento se torna fundamental para apreender as contradições deste movimento, ou seja, do território e das territorialidades. Os processos de desterritorialização e territorialização permitem que se entenda a dinâmica do campo e da cidade pela lógica daqueles que se enraízam e dos que são desenraizados.

Partindo dessa afirmativa, entende-se que a constituição de territórios pelo grupo LGBT no município se dá por meio da apropriação econômica de estabelecimentos comerciais no espaço, cujas/os frequentadoras/os, buscam estes serviços por questões relacionadas à sexualidade, o que acarreta em territorializações que são fechadas, uma vez que se constitui em espaços privados de lazer, que são buscados pelos sujeitos, com o intuito de se sentirem “incluídos” socialmente, uma vez que os mesmos são marginalizados por questões vinculadas à aspectos comportamentais, de gênero e/ou sexualidade.

Corroborando nesta discussão, é possível afirmar que é o segmento comercial destinado ao lazer LGBT que se territorializa e temporaliza na área de estudo. Sua gênese está ligada a fatores de consumo, vida noturna e exclusão social. Isto porque, as relações entre um indivíduo ou grupo social excluído, no caso o LGBT, se refletem nas várias escalas geográficas, expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado empreendimento, chegando a ser capaz de constituir apropriações simbólicas nestas empresas, por sentirem confortáveis nos empreendimentos comerciais.

Algo evidente na emergência do então chamado *Pink Money* que, no Brasil, foi marcada pela popularização de negócios classificados como GLS, sigla para gays, lésbicas e simpatizantes. Surgia um circuito comercial segmentado para um público homossexual socioeconomicamente privilegiado e com aspirações integracionistas, ou seja, que buscava serviços que permitissem a socialização homoerótica e/ou afetiva, a partir da indiferenciação no tratamento, independente das manifestações de sexualidade e/ou orientação afetivo sexual.

Para além desta questão, é necessário enfatizar que não apenas por questões relacionadas a gênero e/ou sexualidade que surgem as territorializações na área de estudo. Contribuindo nessa afirmação, Costa (2010) explicou que existem outros fatores que são capazes de fazer com que os indivíduos

territorializem espaços. Há fatores relacionados às questões socioeconômicas, estilos de vida, transgressões estéticas, concepções, relações afetivas variadas, expressões de sexualidade, variabilidade de crenças, comportamentos e simbologias manifestados nos variados grupos urbanos, entre outros.

Para Barreto (2010) para tratar desse tipo de território de “inclusão” de grupos sociais marginalizados, é importante entender a questão da identidade, como ela é construída e se manifesta nesse grupo específico e como ela é percebida pelos indivíduos. Isto porque não são os indivíduos que territorializam os empreendimentos comerciais, mas sim se utilizam de serviços destinados ao grupo LGBT, por questões vinculadas à sexualidade, que contribuem para a permanência destes territórios comerciais em funcionamento.

Além disso, o capitalismo contemporâneo cria mecanismos que atendam os mais variados segmentos sociais, dentre eles as/os integrantes dos grupos marginalizados. Nesse sentido, as minorias sociais encontram formas para se inserirem socialmente, ainda que, por meio do consumo. Aliás, convém esclarecer que os espaços estudados não são públicos, o que gera uma seleção socioeconômica de suas/seus frequentadoras/es.

Além disto, na contemporaneidade, o mercado se apresenta mais flexível, justamente pelo intuito de criar fontes de lucratividade em meio às diversidades de gostos existentes na sociedade. Neste sentido, Costa (2011) explica que:

Novos gostos e novas expressões são estimulados por um mercado que procura novos nichos para servir à diversidade de sujeitos que compõem a vida urbana. As expressões diversas, como os desvios sociais que ocorriam na sociedade moral e racional fordista, tornam-se possíveis e banalizadas, compondo um mercado cultural baseado pela alteridade e, muitas vezes, pela estranheza pelo exótico (COSTA, 2011, p. 151).

Estes territórios de lazer eminentemente LGBT da área estudada são funcionais, pois, são construídos pelo consumo das/os frequentadoras/es em estabelecimentos comerciais destinados a integrantes do grupo LGBT, que por sua vez se sentem compartilhar da convivência de um conjunto de pessoas que se agrupam em locais, em função de interesses relacionais específicos criando assim lugares de convivência a partir destes gostos comuns¹³.

Neste sentido, Portuguez e Rabelo (2001) afirmaram que os territórios podem ser criados a partir de duas categorias: os grupos minoritários e os grupos majoritários. Na área estudada é possível afirmar que os territórios são constituídos pelos grupos majoritários (empresas), que são responsáveis pela criação de segmentos de mercado consolidada no espaço, destinado eminentemente ao grupo LGBT (grupos minoritários), que são capazes de constituir territórios específicos no setor central da cidade de Uberlândia.

Corroborando nesta discussão, França (2012) afirmou que é fundamental entender os sentidos de lugar para articular as dimensões simbólicas que permitem afirmar que um lugar pode ser consumido ou não por determinado segmento social, já que uma das definições de consumo diz respeito à fase em que os bens deixam de podermos dizer que estabelecimentos comerciais podem ser consumidos na medida em que oferecem acesso a determinados ambientes aos quais são atribuídos significados particulares pelas pessoas. Neste sentido, é necessário entender que este processo acarreta na geração de territorialidades.

¹³ Nem sempre a ideia de homogeneização dos grupos e espaços criados por identidades e gostos comuns quer dizer que existe uma padronização dos hábitos e estilos de vida, pois dentro dos próprios grupos existem heterogeneidades.

Neste sentido, a territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Albagli (2004) explica que:

A territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro. Ela resulta de processos de socialização, da psicologia coletiva, da interação entre seres humanos mediada pelo espaço. Entendida à semelhança de substantivos análogos, como brasilidade, sexualidade e outros, a territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial; e ainda ao sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence. Territorialidade não é, por outro lado, sinônimo de raízes territoriais, já que é transportável e é dinâmica, como no caso de migrantes que se apropriam de novos territórios e reconstituem suas identidades territoriais em novos espaços. A territorialidade reflete, então, o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social. “Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”, entendendo-se que “todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (ALBAGLI, 2004, p.29).

Para Côrrea (1994) a territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e a permanência de um dado território por determinado agente social. No entanto, Raffestin (1993), afirma que as territorialidades se configuram como soma das relações mantidas por determinado sujeito com o seu meio, que resultam das relações desenvolvidas cotidianamente. A sociedade vive de forma concomitante, o processo territorial e o produto desse processo.

A questão das territorialidades deve ser entendida enquanto flexíveis. Isto porque, um mesmo território poder comportar diferentes territorialidades, dependendo da diversidade de relações construídas pelas pessoas que dele se apropriam. Alias, convem esclarecer que as territorialidades se superpõem num mesmo território, ora de forma concomitante, por meio de apropriações distintas por diferentes pessoas em um mesmo tempo e lugar, ora de forma alternada em períodos diferenciados (SOUZA, 1995).

Saquet (2007) entendeu que as territorialidades se expressam nas formas de apropriação dos territórios. Diferenciam-se no espaço, pela flexibilidade dos atores que as objetivam e no tempo, pela mobilidade escalar. Para Alentejano (2003), a forma como as pessoas se relacionam com o território, construindo territorialidades, está fundamentada em um conjunto de valores, hábitos e costumes que compõem esse modo de vida. Há diferenças entre as territorialidades que podem ser percebidas pela intensidade das relações estabelecidas na construção dos territórios e das territorialidades.

Além disto, é necessário ressaltar que não apenas mais os processos socioespaciais ocorrem no espaço físico, mas também por meio da influência de mídias digitais. Além das territorialidades estabelecidas de forma concretas no espaço, considera-se que na atualidade existem as redes virtuais, que são capazes de promover novas formas de convivência e de sociabilidade LGBT.

Por meio deste entendimento, pode-se afirmar que as redes sociais foram originadas por meio da existência da internet, e as mesmas também são capazes de influenciar na constituição das espacialidades urbanas. Deve-se entender que as cidades tiveram papel preponderante para o desenvolvimento destas questões, no entanto, no que tange especificamente às cidades, é possível afirmar que as mesmas são capazes de criarem signos de produção do espaço geográfico e os mesmos podem ser continuamente refeitos e redefinidos nas redes sociais.

Neste sentido, o estudo que se desenha, propõe-se a análise das variadas formas de territorialidades LGBT existentes na cidade de Uberlândia. No entanto, deve-se entender que estes espaços virtuais e nem os espaços de consumo não conseguem de fato incluir a população LGBT, isto porque grande parcela é vítima de preconceito diariamente.

Neste sentido, o capítulo subsequente traz algumas análises realizadas na área de estudo, no que diz respeito às questões que permeiam a constituição da sexualidade humana, por meio do entendimento e diálogo entre os conceitos vinculados à esta questão, também trata dos processos socioespaciais existentes, apresenta também questões que dizem respeito à constituição de territorialidades no espaço urbano de Uberlândia, influenciado por meio do consumo do lazer e/ou turismo LGBT, bem como às contradições e preconceitos que permeiam este processo socioespacial.



3. As Contradições das Múltiplas Territorialidades LGBT

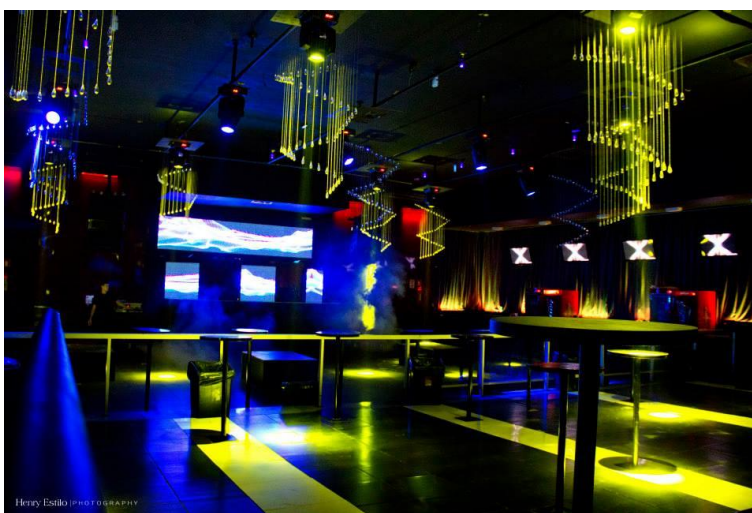
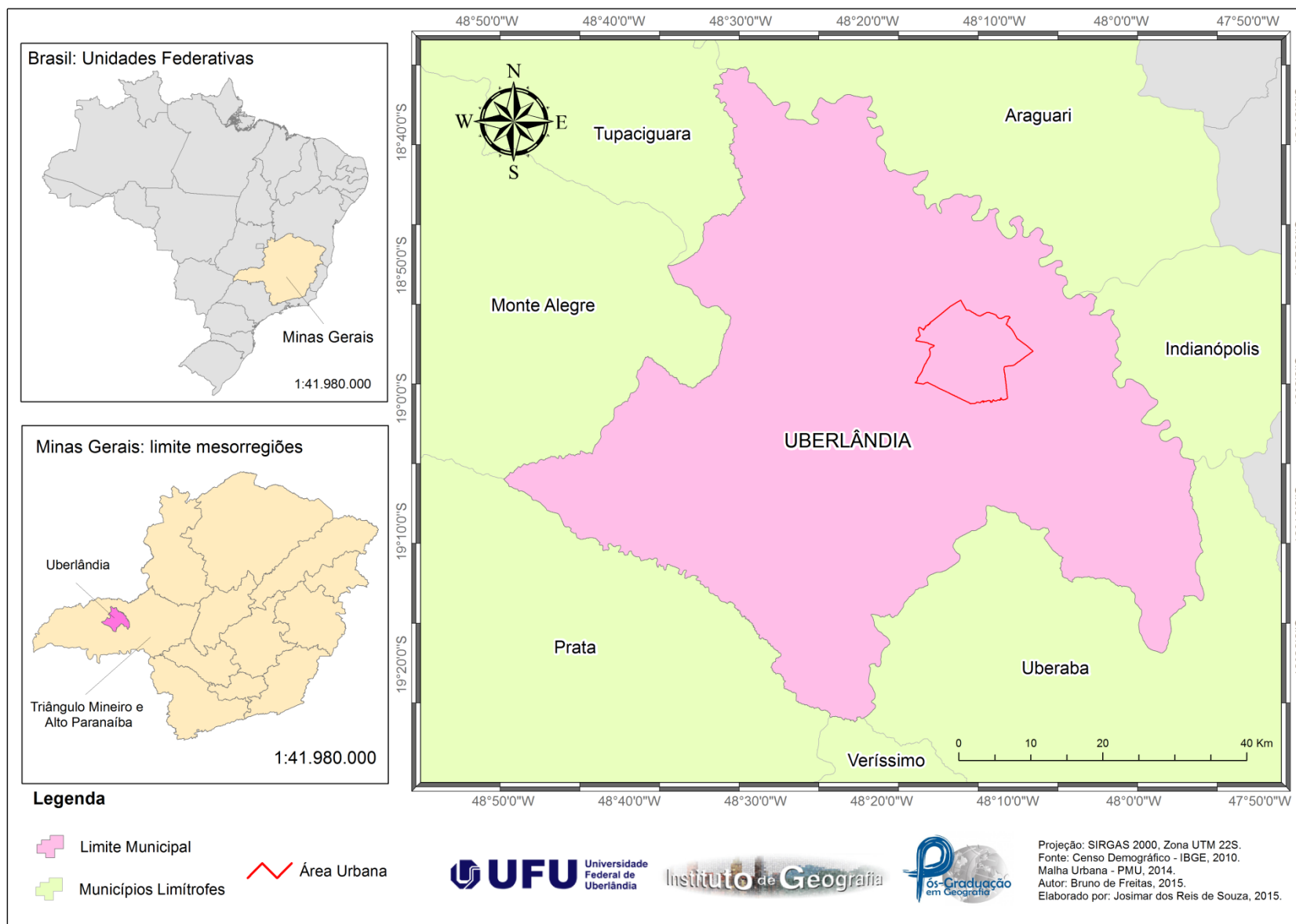


Figura 4: Uberlândia, MG: Uma das boates LGBT presentes na área de estudo, 2015¹⁴.

O município de Uberlândia acha-se localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (mapa 1), possui uma área de 4.115 km², é o maior centro urbano regional, a cerca de 550 km de Belo Horizonte, a capital do Estado de Minas Gerais. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), Uberlândia possuía no ano de 2014, uma população estimada de 654.681 habitantes, sendo que no Censo realizado no ano de 2010, 97,2% da população vivia na zona urbana e 3,8% na zona rural, o que caracteriza um município eminentemente urbano.

¹⁴ Disponível em:
<<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.724994787541579.1073741826.167350599972670&type=3>>. Acesso em 10 Jan. 2016.



Mapa 1: Uberlândia, MG: Localização do município estudado, 2016.

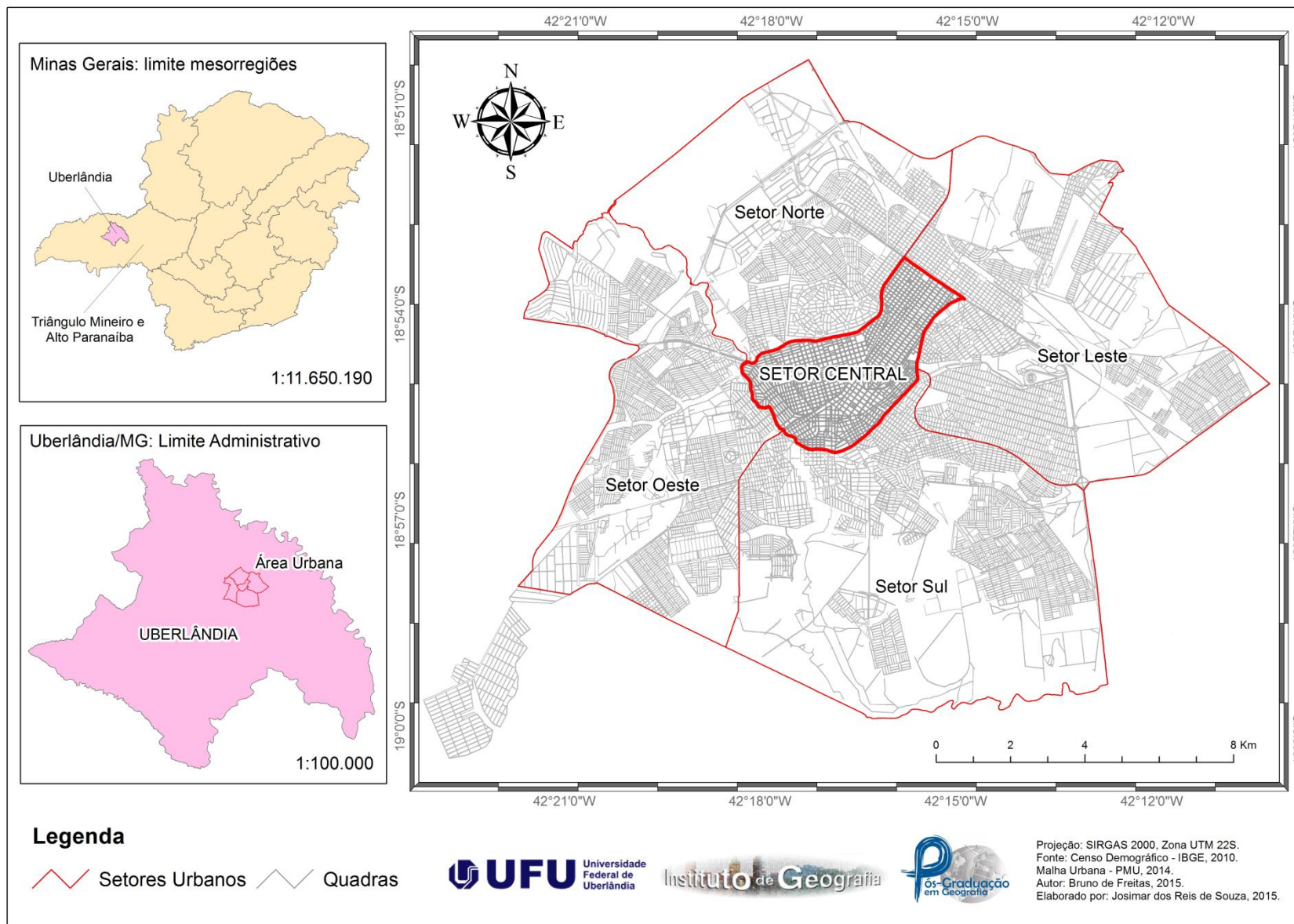
O município de Uberlândia se constitui no mais importante polo comercial do Triângulo Mineiro. Além da economia industrial, agropecuária e de comércio, possui uma oferta de serviços diversificada focada em diversos segmentos de mercado, entre eles o LGBT. Esta oferta refere-se existência de *boates*, bares, *pubs*, saunas direcionadas especialmente ao grupo LGBT. Foi a partir das evidências encontradas por observações em campo nestes lugares, que foram problematizadas as questões espaciais presentes no fenômeno da territorialização das áreas de lazer LGBT e sua complexidade socioespacial.

É possível afirmar que a maioria dos olhares sobre a noite urbana está geograficamente localizada nas áreas centrais das cidades. Para tanto:

Dentre os setores que compõem o espaço urbano, a área central possui significativa magnitude enquanto forma espacial. Localizada, geralmente na parte mais antiga da cidade, ela é facilmente reconhecida no tecido urbano por uma série de fatores, dos quais se destaca a sua complexidade funcional devido à alta diversidade na concentração de comércio e serviços, a sua acessibilidade, no sentido de que é foco da cidade e da hinterlândia [...] (ALVES, 2011, p. 35).

No entanto, deve-se considerar que estes processos acompanham os contextos socioeconômicos de cada região na definição do papel do centro na economia local. Além disto, deve-se considerar que o setor central da cidade de Uberlândia, não possui uma dinâmica comercial pautada apenas na atividade de lazer e/ou turística. Aliás, estas atividades se manifestam de forma acentuada na paisagem urbana, em geral, no período noturno.

O setor central da cidade, eleita para a realização do presente estudo (mapa 2), apresenta atividades comerciais e de serviços bem diversificadas, tanto para o consumo, quanto para o lazer noturno de diversos segmentos, direcionados a diversos grupos urbanos, dentre eles o LGBT. Neste sentido, foi possível constatar, por meio da realização de visitas em campo, a existência de duas saunas, cinco bares e/ou pubs e duas boates frequentadas, em sua grande maioria, por clientes pertencentes ao grupo LGBT.



Mapa 2: Uberlândia, MG: Localização do setor central da cidade estudada, 2016.

É possível afirmar que, boa parte destes serviços direcionados ao grupo LGBT está localizada em bairros do setor central da cidade de Uberlândia, que é composta pelos seguintes bairros: Brasil, Bom Jesus, Cazeca, Centro, Daniel Fonseca, Fundinho, Lídice, Martins, Nossa Sra. Aparecida, Osvaldo Resende e Tabajaras (PMU, 2016), conforme é possível observar no mapa 2. Sendo assim, por meio da pesquisa realizada, foi possível observar em campo que, além destas áreas de lazer LGBT serem capazes de dinamizar a economia local, gera territorialidades no espaço urbano da referida cidade, acarretada pela existência de estabelecimentos comerciais destinados especificamente a este grupo.

Convém ressaltar que um dos objetivos deste estudo foi analisar a oferta de lazer noturno direcionado ao grupo LGBT presentes no setor central de Uberlândia. No entanto, é possível entender que onde estes empreendimentos estão inseridos, se trata de um contexto mais amplo, pois nestes espaços existem diferentes segmentos de lazer (não apenas o LGBT), direcionados a diversos públicos, que contribuem para a consolidação do setor central enquanto *lócus* da oferta do lazer noturno da cidade estudada de maneira geral.

É nesse sentido, que se vê surgir nas cidades diversos espaços de ócio, com maior ou menor concentração de oferta, maior ou menor especialização, que por meio de um entendimento geográfico, é possível entender estes espaços enquanto áreas centrais de lazer noturno. Atualmente, o setor central de Uberlândia constitui enquanto uma das principais opções de diversão para moradoras/es, visitantes e/ou turistas na cidade de Uberlândia. Esta área agrega em sua noite, especialmente nos fins de semana, um público cada vez maior, em razão da diversidade de serviços oferecidos.

Neste sentido, a prática da sociabilidade na área estudada tem como seu condicionante principal a modernização urbana e a modernidade social. Este fenômeno possibilitou que a (des)igualdade e a homogeneidade/heterogeneidade convivessem em um mesmo espaço, pois, a área de estudo se constitui em um espaço complexo, sendo caracterizada por absorver as diferentes demandas de lazer noturno de diversos grupos, com interesses distintos.

Sendo assim, os estabelecimentos comerciais tendem a concentrar os indivíduos de acordo com suas preferências em comum. Em razão da complexidade destes processos, optou-se em tentar entender as questões referentes à aspectos comportamentais que frequentam estes espaços de lazer noturno, conforme será discutido no tópico subsequente, que traz a análise sobre as especificidades dos indivíduos que compõem o grupo LGBT sob a ótica da sexualidade e suas variáveis.

3.1 Sexualidades das/os frequentadoras/es das áreas de lazer

A discussão que segue faz uma relação entre os conceitos discutidos, com o perfil das/os frequentadoras/es das áreas estudadas, a partir de observações diretas em campo. Corroborando nesta análise, Freitas e Portuguez (2015) ao pesquisarem dados relacionados ao sexo de indivíduos de algumas áreas de lazer LGBT em Uberlândia no ano de 2013, constataram que em um universo de 125 frequentadoras/es pesquisadas/os, 82 frequentadores declararam serem biologicamente machos (65,6%) e 43 fêmeas (34,4%)¹⁵.

¹⁵ O referido estudo foi realizado no ano de 2013, pelo pesquisador desta dissertação, juntamente com seu orientador de iniciação científica. No entanto, para o estudo atual, optamos em não refazer o levantamento de dados quantitativos, por se tratar de uma pesquisa recente, além de que a questão da existência da complexidade de gênero e aspectos socioeconômicos já foi estudada e os dados apresentaram que, de fato, estas variáveis são geradoras de exclusão. No entanto, no decorrer deste estudo atual, optou-se em investigar questões de caráter qualitativo, que dessem respostas aos novos fenômenos encontrados na área de estudo.

Nesta ocasião do estudo, estes pesquisadores consideraram o sexo biológico dos indivíduos, isto porque é por meio do aparelho genital que se pode dar início ao entendimento das múltiplas variáveis que norteiam as questões relativas à identidade de gênero. Neste sentido, os indivíduos que possuem identidades de gênero masculinas, femininas são aqueles sujeitos que independente de seu sexo biológico, e se reconhecem enquanto pertencentes a estas identidades anteriormente citadas. Na tabela 1 é possível visualizar o gênero das/os frequentadoras/es, segundo o sexo declarado pelos mesmos.

Tabela 1: Uberlândia, MG: Gênero das/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT segundo sexo declarado, 2013.

Gênero Sexo	Masculino	%	Feminino	%	Total
Macho	63	76,25	19	23,75	82
Fêmea	8	19	35	81	42
Total	71	56,8	44	43,2	125

Fonte: Adaptado de Freitas; Portuguez, 2015.

Por meio da tabela 1, é possível afirmar, que de fato o sexo biológico não define a identidade de gênero do indivíduo, o que dá resposta a sua complexidade deste conceito, e a necessidade de entendê-lo de forma complexa e plural. Foi possível observar que dos 82 frequentadores machos, 76,25% afirmaram se identificar pelo gênero masculino e 23,75% pelo gênero feminino. No que se refere às pessoas do sexo feminino, 56,8% se identificam com o gênero feminino e 43,2% disseram ser pertencentes ao gênero masculino.

Neste sentido, é necessário entender que o sexo não determina o gênero do sujeito, fazendo com que se identifique psicologicamente como do gênero masculino e/ou feminino. Isto porque, a identidade de gênero é como o sujeito se sente, e por isso, é importante estabelecer estas distinções entre sexo e gênero, para dar-se início a superação de preconceitos inerentes à própria sexualidade.

Além disto, é possível afirmar que não há só um discurso que associa de modo direto homens a masculinidade, mas também a criação de um campo de legitimidade no qual se inserem *homens masculinos* e, ao mesmo tempo, uma esfera do ilegítimo, à qual pertenceriam homens marcados por uma masculinidade não-natural ou por uma feminilidade que funcionaria como elemento assimétrico da suposta coerência entre sexo biológico e atributos relacionados a gênero (FRANÇA, 2012).

Outra variável importante analisada neste estudo, diz respeito às variadas formas de relações afetivo-sexuais destes sujeitos, que se dão por meio dos sexos, gêneros, corpos, se tornando interdependentes. Este processo tem como resultado os múltiplos desejos existentes na sexualidade humana. A compreensão dos gostos destes indivíduos contribui para o delineamento das questões relacionadas à sexualidade humana de forma mais complexa.

Costa (2004), afirmou que o conceito de orientação afetivo-sexual diz respeito aos desejos dos indivíduos em se relacionarem afetivamente e/ou sexualmente com os outros, conforme o gênero identificado por estes sujeitos. Ressalta que esta condição faz parte da identidade sexual, moldada por fatores sociais, culturais e/ou psicológicos.

É interessante ressaltar que ao analisar o perfil das orientações afetivo-sexuais das/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT, é necessário utilizar por base o reconhecimento do gênero percebido destes sujeitos. Neste sentido, não se deve considerar o sexo biológico, isto porque o que define as orientações afetivo-sexuais são suas respectivas identidades de gênero e outros fatores.

Em seus estudos, Freitas e Portuguez (2015), concluíram que mesmo se tratando de áreas de lazer destinadas para grupos LGBT, houve a presença de frequentadoras/es heterossexuais (32,8%) e bissexuais (13,6%), que atribuíram frequentar estes ambientes em função de se tratar de empreendimentos que fornecem serviços de lazer com qualidade, e neste sentido, não veem problema algum em frequentá-los. A tabela 2 traz o perfil das orientações afetivo-sexuais das/os entrevistados, de acordo com estudo realizado pelos autores.

Tabela 2: Uberlândia, MG: Orientação afetivo-sexual das/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT segundo gênero declarado, 2013.

Gênero	Homossexual	%	Bissexual	%	Heterossexual	%	Total
Masculino	38	55	8	11,6	23	33,4	69
Feminino	22	48,9	5	11,1	18	40	45
Transgênero	7	63,3	4	36,4	-	-	11
Total	67	53,6	17	13,6	41	32,8	125

Fonte: Freitas; Portuguez, 2015.

Para exemplificar esta complexidade, descreve-se um exemplo encontrado em campo, de uma pessoa biologicamente fêmea que se sente do gênero masculino e se relaciona afetivo-sexualmente com uma pessoa fêmea cuja identidade de gênero é feminina, o que faz com que formem um par heterossexual, em se considerando à complexidade de gênero e sexualidade.

Um dos fatores que contribuem para atenuar o preconceito, é o fato de que a sociedade em geral, vê estas formas de pertencimento e relacionamentos enquanto “desencaixe”, em razão da legitimação de práticas heteronormativas. Neste sentido, justamente pela falta de entendimento da complexidade relativa à sexualidade humana, originam-se tensões sociais e psicológicas a estes indivíduos que possuem diferenças inerentes à sexualidade. Contribuindo nesta análise, Louro (1997) explica que:

Observamos que os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem "viver seus desejos e prazeres corporais" de muitos modos. Suas identidades sexuais se constituíram, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui considerar é que - tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade - as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997, p.26, grifos da autora).

Defende-se aqui que os sujeitos tenham o direito de se expressar e relacionar de acordo com seus desejos. Isto porque, reconhece-se a existência de variadas formas de relações e desejos afetivo-sexuais possíveis, não ficando restritos a uma análise unilateral das questões que permeiam as questões de sexualidade, é possível observar no depoimento a seguir as dificuldades de uma mulher transexual, ao se relacionar com um parceiro em locais públicos:

Tem três meses que vivo cotidianamente como mulher e nesse período não houve nenhuma semana que eu não saísse/ficasse com algum homem. Mas a minha angústia é perceber que a maioria deles só aceitam me encontrar em lugares privados e dos poucos que me encontraram em lugares públicos nenhum deles manifestou qualquer comportamento que desse a entender que estavam ficando comigo. Fico imensamente triste de pensar que nenhum homem hetero já me beijou em público (exceto o que fez isso sem saber que eu era trans e ao saber lavou a própria boca de nojo de mim) e que nenhum homem hetero que ficasse comigo me abraçou em público e ainda que nem na minha mão algum deles já pegou em público. Toda a amabilidade será negada às mulheres trans (Depoente A, 2015).

De acordo com este depoimento, é possível observar o quanto, as questões vinculadas ao preconceito de determinados aspectos inerentes à sexualidade humana, em geral, impossibilitam a manifestação de sentimentos afetivos em público (ainda que ambos tenham afinidade entre si).

Neste sentido, acredita-se o entendimento e o respeito dos gostos destes indivíduos, bem como as especificidades sociais existentes, contribuem para o respeito destas diferenças, e, por conseguinte a minimização do preconceito com estes indivíduos, que “fogem” às normas impostas pela sociedade.

Entende-se que as representações relativas à sexualidade são diversas. Neste sentido, cada sujeito possui identidades próprias, que são fluídas no tempo e espaço. A partir de questionamentos às/aos frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT, sobre a permanência da mesma orientação afetivo-sexualmente ao longo da vida. Foi possível encontrar pessoas que alegaram que em algum momento da vida, já mudaram de orientação afetivo-sexual, o que comprova a complexidade dos sujeitos no que tange à sexualidade.

Aliás, convém esclarecer que este entendimento destas questões não é definitivo, uma vez que estes sujeitos podem transitar constantemente por entre os sexos, gêneros e orientações afetivo-sexuais. Isto porque, as raízes dos desejos destes indivíduos têm por base inúmeros fatores, e deve-se considerar que a orientação destes indivíduos é fluída tanto à própria identidade e sexualidade das/os mesmas/os, não se constituindo em um processo estanque, que está sendo constantemente reformulada a partir das experiências humanas.

Aliás, convém esclarecer que não são apenas as questões relacionadas à sexualidade humana, geram preconceitos na sociedade. Neste sentido, deve-se observar que fatores relacionados às questões étnicas, religiosas, sociais, econômicas, culturais, nível de escolaridade, e outras, também são geradores de preconceitos. Neste sentido, concomitantes às variáveis relacionadas à sexualidade humana serão tratados no próximo tópico, temas relativos ao perfil socioeconômico das/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT.

3.2 Padrão socioeconômico enquanto gerador de “inclusão” e exclusão

Este subcapítulo apresenta e discute dados relacionados ao perfil socioeconômico dos indivíduos. De acordo com Lanzarine e Rial (2010), o público LGBT, em geral, é relativamente numeroso e tem um estilo de vida mais consumista, quase sempre sem filhos e gastos tradicionais com família. Entretanto, é necessário desmistificar esta ideia romântica, de que todos integrantes deste grupo LGBT são detentoras/es de um padrão socioeconômico elevado, é interessante entender que há inúmeros sujeitos que são discriminados, justamente pelo baixo padrão socioeconômico.

Durante ações realizadas diretamente em campo, foi questionado a algumas/ns frequentadoras/es das Paradas LGBT de Uberlândia (que ocorreram nos anos de 2014 e 2015), qual o significado daquele evento para eles. Nestes momentos foi possível constatar de acordo com os depoimentos que, em geral, parte das/os depoentes não detém de poder socioeconômico para poder estar frequentando determinados locais de lazer LGBT, conforme pode ser observado nos depoimentos a seguir:

A Parada Gay é uma festa que poderia ter mais de uma vez por ano, porque quase não saio de casa, mas tenho muita vontade de ir às boates que tem na cidade, eu vejo nas fotos do Facebook, queria muito frequentar, mas é muito caro, vou muito pouco, mas queria ir mais (Depoente B, 2014).

Eu espero a Parada [LGBT] o ano todo, pois aqui é um momento muito bom, pois posso ficar à vontade, como eu não posso ficar no meu bairro, me sinto como queria ser no dia a dia, livre, sem ter que enganar ninguém (Depoente C, 2015).

Fico encantado com a festa, tudo muito colorido, muita alegria, todo mundo respeitando todo mundo, pena que é só uma vez por ano, eu tenho vontade de me divertir mais vezes, mas fica complicado, pois as boates são caras, e nem sempre posso estar indo (Depoente D, 2015).

Corroborando na análise dos depoimentos e reflexões acima, é interessante entender a partir de Carvalho-Silva e Schilling (2010), que os traços de distinção econômica entre os grupos de homossexuais relacionados ao acesso à renda, bem como o consumo, se constituem enquanto reguladores de acessos e marcador de diferenças. Isto porque, quem não tem acesso ao consumo, são postos em uma situação de marginalização não apenas por fatores relacionados à sexualidade, mas também por questões vinculadas ao padrão de renda.

Costa (2010) afirmou que a condição econômica é um elemento primordial na segregação dos indivíduos no espaço urbano. Neste sentido, reconhece-se que as/os frequentadoras/es dos empreendimentos privados de lazer estudados, detinham de um padrão socioeconômico que as/os possibilitavam se inserirem nestes ambientes destinados ao lazer noturno LGBT, justamente por meio do consumo. Isto porque, a diferença de renda contribui para a constituição de barreiras relacionadas à livre circulação das pessoas em determinados espaços.

Neste sentido, as áreas de lazer LGBT presentes no espaço urbano de Uberlândia, possibilitam uma “inclusão”, ainda que restrita, de uma parcela de um grupo socialmente marginalizado, que detém acesso ao consumo (ainda que pequeno), que os possibilitam frequentar estas áreas de lazer. Entende-se que se cria um processo contraditório, que ao mesmo tempo em que gera “inclusão”, gera exclusão, uma vez que existem inúmeros sujeitos que não podem frequentar estes ambientes, justamente, por fatores relacionados à renda.

Além disso, é possível afirmar que os indivíduos que frequentam estas áreas de lazer se constituem enquanto um público com potencial de consumo significativo para os empreendimentos. Neste sentido, é possível afirmar que estas áreas de lazer existentes, contribuem diretamente para a dinamização da economia local, por meio do lazer ofertado, bem como o turismo gerado, por meio da busca destes serviços, por frequentadoras/es de outras cidades.

No que refere ao nível de escolaridade, foi possível perceber que é significativo o percentual de indivíduos que estão concluindo, ou já concluíram algum curso de graduação, representando 56,8% do universo da amostra, o que explica (em partes) o nível econômico elevado de uma parcela das/os frequentadoras/es dessas áreas de lazer LGBT (48,8%) (FREITAS; PORTUGUEZ, 2013b).

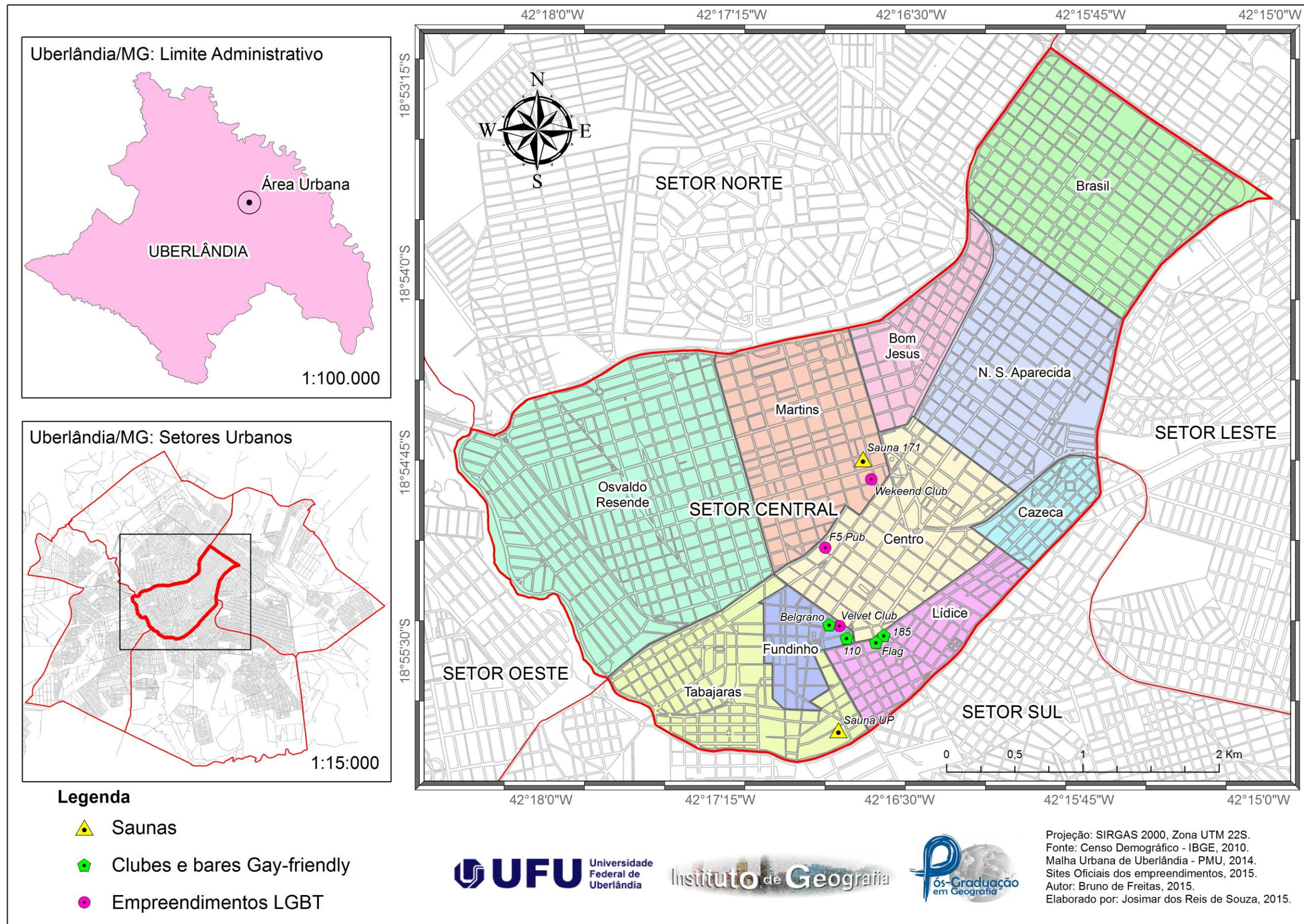
Analisada questões referentes ao perfil das/os frequentadoras/es no que diz respeito aos temas inerentes à sexualidade e dados socioeconômicos, deve-se entender como estas variáveis são responsáveis pela geração de processos socioespaciais e/ou territoriais, que se materializam na área urbana da cidade estudada, neste sentido, entende-se que tornam necessárias essas reflexões sob à luz da Geografia, contribuindo assim, para o entendimento destas questões.

Entende-se que a constituição de territórios e/ou territorialidades na área de estudo se dá eminentemente, por meio da existência de empresas com oferta de serviços específicos a grupos minoritários, que por sua vez, veem a possibilidade de serem “incluídos” socialmente pelo consumo nestas áreas de lazer. Neste sentido, é interessante ressaltar que ao mesmo tempo em que este processo gera “inclusão” a alguns indivíduos, gera contradições a outros sujeitos, que não detém dos mesmos acessos.

O tópico subsequente apresenta a influência destes espaços de lazer LGBT, no que se refere à busca de serviços especializados por este grupo socialmente marginalizado, que geram alterações espaciais, deslocamentos intraurbanos e interurbanos, que contribuem para a dinamização da economia por meio do consumo do lazer e/ou turismo, oriundo pela busca destes serviços.

3.3 “Inclusão” e contradições por meio do consumo do lazer LGBT

A constituição dos territórios comerciais estudados ocorrem em pontos distintos (mapa 3) do setor central da cidade (mapa 2), e alguns, inclusive são localizados em locais de menor visibilidade, justamente para que o segmento de mercado LGBT de alguns estabelecimentos seja ocultado. Neste sentido, entende-se que o que se territorializam é o segmento de lazer LGBT, por meio de mecanismos comerciais, que se utiliza da busca de consumidores socialmente marginalizados com consumo potencial, vendo aí uma possibilidade de geração de lucros e a venda da ideia de “inclusão” para estas pessoas.



Mapa 3: Uberlândia, MG: Localização dos empreendimentos LGBT e/ou Gay-friendly no setor central da cidade estudada, 2016.

Por meio de observações no mapa 3, pode-se entender que estes empreendimentos se localizam próximos um dos outros, permitindo inclusive que a/o mesma/o frequentadora/r visite mais de um empreendimento em uma noite, contribuindo para os fluxos espaciais e econômicos. Deve-se entender a heteronormatividade imposta pela sociedade, é uma importante variável de análise para o estudo dos territórios de lazer e consumo, direcionados a grupos socialmente marginalizados, que dão origem aos diversos tipos de usos do espaço, por grupos específicos.

Corrêa (2005) explica este processo por meio do conceito de coesão do espaço urbano, que consiste em um movimento que leva as atividades a se localizarem próximas uma das outras, pode ser verificada em relação as atividades que apesar de não manterem relações entre si, formam um conjunto funcional que criam monopólio espacial, atraindo consumidoras/es. Esta forma de organização comercial, organiza seus empreendimentos localizados próximos uns dos outros, formando um conjunto coeso que pode induzir o consumidor a consumir outros produtos, além daqueles buscados inicialmente.

Ademais, os espaços de lazer, em geral, são procurados pelas pessoas em seu tempo de descanso. Daí o caráter eminentemente geográfico dos espaços de consumo que se constituem no *lócus* de práticas sociais vinculadas ao lazer, às compras, ao passeio, ao turismo, ao esporte ou simplesmente a mera socialização. De acordo com dados obtidos durante a realização da pesquisa, é possível afirmar que a frequência da busca destes serviços especializados na cidade estudada possibilita que estes espaços sejam capazes de criar uma clientela flexível, que buscam estes serviços com distintos intervalos temporais.

Para explicar o que ocorre na área de estudo, é necessário entender que no período diurno o setor central da cidade tem funções comerciais não destinadas ao lazer, mas sim com a presença de pessoas fazendo compras e se deslocando para o trabalho, das escolas. É possível afirmar que o mesmo espaço é alterado, de acordo com funcionalidades comerciais distintas que se sucedem de acordo com o horário. Entre 08h00min e 18h00min este espaço tem função eminentemente comercial, de moradia, de trabalho e estudos, com a circulação de veículos e pessoas que buscam e oferecem estes serviços.

Entretanto, quando este primeiro cenário apresentado se desfaz (por volta das 18h00min), este mesmo espaço toma outra configuração (por volta das 20h00min), sendo refuncionalizado com a presença de pessoas que buscam serviços de lazer noturno de inúmeros segmentos, tais como bares, restaurantes, lanchonetes, boates, inclusive as áreas de lazer destinadas ao grupo LGBT.

Foi possível observar que as alterações dos usos comerciais no espaço estudado, de acordo com o horário e os interesses das/os frequentadoras/es. Antes um local que era destinado para fins comerciais (bancos, supermercados, lojas, escritórios, deslocamentos a serviço, estudos), agora é tomado por pessoas que buscam serviços noturnos direcionados a grupos socialmente marginalizados por questões ligadas à sexualidade, sendo capazes de criarem aglomerações por meio de filas, e uso das vias públicas por veículos, táxis e outros.

Entende-se que a constituição de territórios e/ou territorialidades na área de estudo se dá eminentemente, por meio da existência de empresas com oferta de serviços específicos preferencialmente a grupos minoritários, que por sua vez, veem a possibilidade de serem “incluídos” socialmente pelo consumo nestas áreas de lazer. Neste sentido, é interessante ressaltar que ao mesmo tempo em

que este processo gera “inclusão” a alguns indivíduos, gera tensões e contradições a outros sujeitos, que não detém dos mesmos acessos¹⁶.

Foi possível observar que os ambientes de lazer LGBT presentes na área de estudo apresentaram a presença de frequentadoras/es residentes no município estudado, e até mesmo de visitantes e/ou turistas de outras localidades. Ressalta-se que estes visitantes podem ser considerados como turistas, pois a definição de turismo apresentada pela OMT (1994) *apud* Sancho (2001) diz que o turismo: “compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros”.

Lanzarini e Rial (2010) discutiram que a busca por esta segmentação turística se dá partir da especialização no atendimento ao público baseada por relações de gênero e sexualidade, a fim de proporcionar à/ao visitante a satisfação com os serviços prestados, além de evitar a marginalização e o preconceito. É possível observar na tabela 3, dados referentes aos locais de moradia das/os frequentadoras/es das áreas de lazer estudada (FREITAS; PORTUGUEZ, 2013b).

¹⁶Foi possível observar que, em alguns pontos, próximos às áreas de estudo ocorrem usos do espaço público nas proximidades dos empreendimentos destinados ao lazer LGBT, estes locais são usados por parte dos indivíduos que não utilizam os espaços privados, que se expressam de acordo com seus desejos relacionados à sexualidade. É gerado então territorializações nos espaços públicos próximos aos empreendimentos privados estudados. Este tipo de prática gera o preconceito das/os usuárias/os das vias públicas nesses horários.

Tabela 3: Uberlândia, MG: Local de residência das/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT, 2013.

Cidade	Homossexual	%	Bissexual	%	Heterossexual	%	Total	%
Uberlândia, MG	47	70	12	70,6	35	85,6	94	75,2
Ituiutaba, MG	2	3	-	-	1	2,4	3	2,4
Monte Alegre, MG	2	3	-	-	1	2,4	3	2,4
Araguari, MG	4	6	2	11,7	2	4,8	8	6,4
Patos de Minas, MG	1	1,5	1	5,9	1	2,4	3	2,4
Uberaba, MG	1	1,5	1	5,9	-	-	2	1,6
Belo Horizonte, MG	1	1,5	-	-	-	-	1	0,8
São Paulo, SP	1	1,5	-	-	1	2,4	2	1,6
Campinas, SP	1	1,5	-	-	-	-	1	0,8
Goiânia, GO	2	3	-	-	-	-	2	1,6
Catalão, GO	2	3	-	-	-	-	2	1,6
Itumbiara, GO	1	1,5	-	-	-	-	1	0,8
Caçu, GO	1	1,5	1	5,9	-	-	2	1,6
Araguaina, TO	1	1,5	-	-	-	-	1	0,8
Total	67	53,6	17	13,6	41	32,8	125	100

Fonte: FREITAS; PORTUGUEZ, 2013b, p. 550 .

De acordo com Freitas e Portuguez (2013b), é possível afirmar que uma significativa parcela das/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT (24,8%) era oriunda de outras cidades, o que faz com que Uberlândia possa ser considerada enquanto um polo receptivo de visitantes e/ou turistas em buscas destes serviços de lazer, fato esse que se explica pela importância desta cidade no contexto regional, no que diz respeito à prestação de serviços variados.

Por meio de abordagens realizadas, é possível afirmar que a grande maioria dos visitantes e/ou turistas oriundos das pequenas cidades alegaram que a busca deste tipo de serviço em Uberlândia se justifica em razão de que tratam de empreendimentos diferentes, se comparado aos serviços de lazer fornecidos em suas respectivas cidades de origem. De acordo com depoimentos obtidos em campo, é possível observar que:

A cidade de Uberlândia tem muita aceitação dos gays, por ser uma cidade grande (Depoente E, 2015).

Na minha cidade eu não posso nem falar que eu sou lésbica, pois senão a minha família e os moradores terão preconceito comigo, pois observo o quanto meus amigos que são assumidos sofrem de preconceito na cidade, pois lá é muito pequeno (Depoente F, 2015).

Eu tenho amigos na cidade que moro que são gays e não posso nem ter amizade com eles, porque o povo vai descobrir que eu também sou gay (Depoente G, 2015).

Eu não consigo arrumar um parceiro na minha cidade, aqui em Uberlândia tem muita gente interessante, os lugares daqui me permitem beijar na boca, é um lugar que me sinto bem, pois posso ser do jeito que eu quero, e na minha cidade não posso ser gay (Depoente H, 2015).

Ao analisar os depoimentos acima, entende-se que estas áreas criam a falsa ideia de “inclusão” às/aos suas/seus usuárias/os, ao fornecerem shows, a possibilidade do convívio entre as/os amigas/os de mesma orientação afetivo-sexual, fazendo com que as/os mesmas/as acreditem que por poderem se expressar com mais liberdade do que em suas cidades de origem, são aceitas/os socialmente, gerando a esperada “inclusão” por este segmento social.

Freitas e Portuguez (2013a) ao estudarem estas questões no município de Ituiutaba, MG, concluíram que em função da carência na oferta de serviços LGBT, fez com que 60% das/os frequentadoras/es que moravam nesta cidade, buscassem este segmento de lazer em outros municípios, a exemplo de Uberlândia, justamente pela carência de serviços deste segmento em Ituiutaba.

Os indivíduos entrevistados em Ituiutaba que afirmaram se deslocar para outras cidades, foram unânimes ao citar Uberlândia como destino preferencial, alegando facilidade de acesso e proximidade e pelo fato de ser o principal centro urbano do Triângulo Mineiro. Entretanto, foi possível perceber por meio deste estudo que as/os entrevistadas/os que possuem renda que os possibilitam demandar de uma parcela mensal para fins de lazer realizam viagens frequentes.

Neste sentido, é possível afirmar que as cidades médias, conseguem polarizar o mercado em âmbito regional. Isto porque, nestas cidades existem lojas, hipermercados, *shopping centers*, franquias, que, ao mesmo tempo, mudam as relações das cidades na rede, ao passo que sua implantação no espaço destas cidades promove reestruturações significativas (TURRA NETO, 2014).

Durante pesquisas realizadas na área de estudo em Uberlândia, foi possível detectar que outros motivos indutores das viagens citados pelas/os respondentes de outras cidades foram: bares e restaurantes com cardápios diferenciados, idas aos *shoppings centers*, teatros, atrações culturais, vida noturna diferenciada e outros, que não são encontradas em pequenas cidades. De acordo com os desejos apresentados pelas/os frequentadoras/es, verificou-se que os mesmos sentem a necessidade de criar ambientes de sociabilidades entre grupos LGBT.

Neste sentido, é possível afirmar que em cidades pequenas em função de quase todas/os se conhecerem, a sociedade local reproduz o imperativo cultural, que faz questão de tentar manter práticas relacionadas às relações afetivas e/ou sexuais, no modelo heteronormativo, fazendo com que a maioria das pessoas sinta a necessidade de terem suas imagens mantidas em anonimato. Já nas médias e grandes cidades, como é o caso de Uberlândia, a mesma apresenta uma variedade de atividades econômicas e culturais complexas (COSTA, 2012).

Em campo foi detectado que as/os frequentadoras/es oriundas/os das grandes cidades, em geral, buscam estes serviços em Uberlândia pelo fato de que são serviços bons, e em geral, por estarem na cidade por algum motivo (viagem de trabalho, negócios, estudos), quando as/os visitantes aproveitam o tempo livre na cidade que estão hospedados, para realizar atividades de lazer e/ou turismo, uma prática frequente na modalidade turismo de negócios.

Entretanto, constatou-se que nos empreendimentos existentes na área estudada, a almejada “inserção social” se dá por meio do consumo de uma parcela de um grupo marginalizado, que consomem um segmento de mercado específico ao grupo LGBT. Para tanto, entendeu-se que esta prática não seja capaz de gerar inclusão, como é pensado por muitas/os, inclusive, por grande parcela das/os frequentadoras/es das áreas de lazer estudadas. Isto porque, para que a inclusão ocorra, é necessário que haja a mudança nas práticas sociais como um todo, no que diz respeito ao reconhecimento das diferenças existentes na sociedade e aquisição de direitos sociais para este grupo.

Ao tratar sobre os principais motivos de busca das/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT, por meio de dados obtidos em campo, constatou-se que o uso destes estabelecimentos comerciais por parte destas/es se dá de ordem simbólica e afetiva, pois os indivíduos se sentem a vontade para poderem se expressar de acordo com suas personalidades, relacionadas à própria sexualidade. Inúmeras/os frequentadoras/es atribuíram que estes espaços os dão a possibilidade de encontrar relacionamentos afetivos e/ou sexuais com parceiros do mesmo sexo e/ou gênero, conforme pode ser notados nos depoimentos:

Quando eu estou em festas ou boates gays fico muito feliz, pois aqui eu posso encontrar pessoas legais para relacionar, fazer amizades, procurar namoro (Depoente I, 2015).

As festas são muito divertidas, principalmente quando tem gogo-boys, pois é uma maravilha poder ver homens lindos, sarados, pois é tão difícil encontrar alguém bonito, então só olhar e por a mão já é alguma coisa (Depoente J, 2015).

Gosto do open bar e das músicas que tocam, pois em outros lugares da cidade, as festas são desanimadas, só toca sertanejo e tem um monte de gente sem graça, que não aceitam você ser pintosa (Depoente K, 2015).

Neste sentido, entender os sentidos de lugar é fundamental para articular as dimensões simbólicas que permitem afirmar que um lugar pode ser consumido, isto porque, estes estabelecimentos comerciais podem ser consumidos na medida

em que oferecem acesso a determinados ambientes, aos quais são atribuídos significados particulares pelas pessoas (FRANÇA, 2012).

Deve-se considerar o padrão de consumo das/os frequentadoras/es, pois esta variável, além de influenciar na da busca destas áreas de lazer pode minimizar e/ou aumentar o preconceito. Pereira e Ayrosa (2010) estudaram a questão do estigma entre o grupo LGBT e afirmaram que o consumo, em geral, utiliza-se de símbolos que diferenciam de padrões heteronormativos, como sinalizar sua identidade *gay*, ou esconder para outras pessoas.

Por meio deste entendimento, foi questionado às/aos frequentadoras/es, qual é o padrão de vestimenta ideal para frequentar estas áreas de lazer, estes sujeitos alegaram o seguinte: *“de preferência, quando eu venho para uma balada, eu quero estar na moda, usar as tendências que vejo na internet, no Facebook, Instagram e revistas”* (Depoente L, 2015), além disto, foi possível detectar a necessidade do uso de marcas famosas, como forma de sinalizar interesse ao possível parceiro; *“Eu gosto de usar marcas famosas, pois quando estou com uma roupa de marca, eu percebo que os outros me observam com mais interesse, daí eu tenho mais chances de ficar com alguém”* (Depoente M, 2015).

Neste sentido, o consumo não constitui uma relação simplista de troca de valores, mas como algo que tanto pode auxiliar o indivíduo na sua construção identitária, quando se empenham em adequar às normas de determinado grupo (como os *gays*), estão se submetendo aos seus padrões, como a forma de se vestir, a estética e outros fatores. Neste momento, foi possível perceber que não há apenas uma heteronormatividade, mas também uma homonormatividade, quando o próprio grupo LGBT impõe padrões de como seus integrantes devem ser, a partir de questões comportamentais, estéticas e outras.

Além disso, é necessário entender que alguns dos fatores que possibilitam a “inclusão” deste grupo socialmente marginalizado nestas áreas de lazer LGBT, é justamente o acesso aos deslocamentos, o pagamento das entradas nas áreas comerciais de lazer LGBT, além de deter de possibilidades de se vestir adequadamente de acordo com as exigências da sociedade consumista, fortemente influenciada pela mídia do consumo.

Corroborando com as afirmações acima, Stefani (1998) afirma que, a inserção social dos homossexuais se dá por meio de suas experiências e maneira de viver, com o objetivo de inclusão social, por meio do consumo. Além disto, determinados espaços de consumo são utilizados por determinadas minorias sociais, para se auto-afirmarem enquanto consumidores potenciais, e por meio deste empoderamento poderem considerar “inseridos” no grupo e/ou socialmente.

Neste sentido, é possível afirmar que a pauta de consumo dos indivíduos pesquisados atendia a algumas demandas, tais como o desejo de expressar uma posição social e afirmar um estilo próprio por meio do consumo, necessidade de estar inserido num determinado ambiente e de ao mesmo tempo se diferenciar e alcançar prestígio via consumo e exibição de objetos e a negociação com diferentes estilos relacionados à masculinidade e à homossexualidade.

Relacionado ao preconceito dentre as/os próprias/os frequentadoras/es, é possível entender por meio das afirmações de algumas/ns frequentadoras/es que alegaram não gostar da presença das “*bichas pão com ovo*”¹⁷. Esta afirmação reforça a questão de como o baixo poder de consumo de algumas pessoas incluídas nestas minorias sociais é capaz de reforçar o preconceito existente entre o próprio grupo LGBT, que para a maioria das pessoas é homogêneo.

¹⁷Gíria utilizada que diz respeito ao gay que se veste mal e/ou não consegue ter acesso ao consumo de marcas sofisticadas. Pode referir-se ainda a gays com baixa instrução escolar ou ainda a indivíduos machos exageradamente afeminados, sendo assim discriminado dentre o próprio grupo LGBT.

No entanto, foi possível perceber que o homossexual que se encontra nos padrões entendidos enquanto “*bicha*”¹⁸, encontra um maior grau de rejeição entre as/os próprias/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT. Também foi possível observar mesmo ocorre com as pessoas fêmeas que adotam padrões de comportamento masculinos também são alvos de discriminação. Isto porque, algumas/ns frequentadoras/es utilizaram adjetivos pejorativos, como *sapatão*, “*caminhoneira*”¹⁹, e outros adjetivos pejorativos, em razão de determinados padrões comportamentais de lésbicas.

Sendo assim, é possível observar a heterogeneidade do grupo, que em razão de suas diferenças, faz com que os próprios integrantes gerem e sejam alvos de preconceito, por questões comportamentais. Acredita-se que neste caso em específico, as atitudes femininas dos indivíduos machos, associado ao estereótipo da *bicha* e as atitudes masculinas das pessoas fêmeas, associado ao estereótipo da *caminhoneira*, não são bem vistas pelos homossexuais que se enquadram no padrão de homossexualidade “aceito” pela sociedade.

No entanto, foi possível perceber que em grande maioria, são nestes espaços de consumo que estes indivíduos conseguem se manifestar de acordo com as expressões de seus respectivos gêneros e sexualidade por meio da possibilidade de utilizar vestimentas, acessórios. Esta liberdade se torna valiosa, uma vez que, foi possível identificar indivíduos que em seus espaços de trabalho, manifestam-se formalmente, sendo no momento de lazer que estas pessoas se manifestam mais livremente de acordo com suas identidades.

¹⁸Utiliza-se o termo “*bicha*” reconhecendo que se constitui enquanto um tratamento pejorativo sobre a homossexualidade, utilizado por diferentes segmentos sociais. Ainda assim, optou-se em utilizá-lo em alguns momentos do trabalho, com o propósito de enfatizar como são as dinâmicas de preconceito entre o próprio grupo.

¹⁹Gírias utilizadas que dizem respeito à lésbica com aparência e que possui comportamentos masculinos, que usa vestimentas masculinas.

Ao se tratar desta homossexualidade “aceita”, é necessário entender que, de fato, ela não é respeitada por completo pela sociedade, pois é necessário, em geral, que este indivíduo seja: branco, com escolaridade e renda altas, cristão, possuir acesso a um consumo significativo, para ser aceito. Pois se for ao contrário, e este indivíduo for: negro, semianalfabeto, umbandista e/ou candoblecista, pobre e morar em uma periferia de baixo poder aquisitivo, dificilmente vai ser aceito pelos segmentos sociais, que exigem certos padrões para que os indivíduos sejam “inseridos” nos círculos sociais.

Neste sentido, Tirelli (2011) explica que não há como generalizar atitudes de consumo dos *gays*, o que faz pressupor que a liberação e aceitação da homossexualidade na sociedade contemporânea seja um engano. Pois uma das possibilidades concedida ao homossexual à “inserção social”, se dá basicamente sustentada pelo consumo e posição social.

Além disto, os indivíduos lançam e/ou reforçam tendências de consumo, demarcando estilos, gostos e objetos valorizados e legitimados como marcadores de prestígio nos espaços de sociabilidade que costumam frequentar. Sendo assim, uma tendência à segmentação desempenhou papel fundamental na multiplicação de estilos relacionados à homossexualidade, masculinidades e feminilidades de forma geral. É interessante refletir que as práticas destes indivíduos, no que se refere às questões supracitadas:

Por extensão, ao mesmo tempo em que produzem um estilo *gay* que os autoriza a circular nos ambientes próprios a rapazes brancos de classe média que são, também produzem classe social. Esse estilo *gay* aceitável em determinados círculos sociais aproxima-se de estilos possíveis para rapazes heterossexuais com os quais compartilham a mesma cor e classe social, bem como alguns dos mesmos espaços, como a academia de ginástica e festivais de música eletrônica (FRANÇA, 2012, p. 124-125).

Foi questionado aos indivíduos sobre a possibilidade de busca das/os frequentadoras/es em outros empreendimentos direcionados ao grupo LGBT, e de acordo com os dados obtidos, é possível afirmar que grande maioria dos sujeitos frequentam outras áreas de lazer. Isto mostra que, as/os componentes destes territórios de lazer não são frequentadoras/es exclusivos de um único local, e em alguns casos, utilizam-se mais de um empreendimento por noite.

Em contrapartida, foi questionado se há algum estabelecimento que estes indivíduos não frequentam. No entanto, é interessante destacar que em campo foi possível observar que algumas/ns frequentadoras/es têm aversão às/aos usuárias/os de outros estabelecimentos, em razão do perfil das/os mesmas/os.

De acordo com os dados obtidos, é possível observar que uma parcela significativa não frequenta alguns estabelecimentos direcionados ao grupo LGBT. Interessante destacar que estes espaços, apresentam a falsa ideia de ausência de preconceitos, mas o que ocorre é que estes sujeitos tomam práticas preconceituosas, dentre os próprios indivíduos do estabelecimento que utilizam, e até mesmo empresas que não frequentam.

Uma quantidade significativa das/os frequentadoras/es, afirmaram que em algum momento já tiveram a “coragem” de conhecer outros lugares, além dos de frequência habitual (em geral frequentado por pessoas de mesma classe social ou que compartilham estilos e gostos em comum), e afirmaram que não frequentam outros lugares por achar o perfil das/os usuárias/os estranho, ou às vezes, não teriam visibilidade social positiva.

Outro fenômeno encontrado em campo, diz respeito à inúmeras/os frequentadoras/es que nunca visitaram outros estabelecimentos, justamente, pelos estereótipos que eles detêm que são reforçados socialmente, e até mesmo pelas mídias virtuais. A justificativa dada pelas/os mesmas/os por não terem

interesse em conhecer outras áreas de lazer noturno, se deve, em sua grande maioria, por entenderem que são estabelecimentos destinados a pessoas ditas de alto poder aquisitivo, ou de pessoas que não possuem poder aquisitivo significativo. Neste sentido, França (2012) afirmou que:

Parece estar implícita a ideia de que, se a preferência por parceiros do mesmo sexo pode eventualmente aproximar as pessoas, há ainda um conjunto de gostos e pertencimentos que não podem ser diluídos a partir dessa preferência e que organizam demandas de consumo do lazer noturno na mesma proporção que o desejo por pessoas do mesmo sexo. Mesmo a fórmula “preferência por parceiros do mesmo sexo” só pode ser utilizada de maneira provisória, já que outros marcadores de diferença social estão em jogo na formatação desse desejo [...] (FRANÇA, 2012, p. 75).

Em estudos realizados em Uberlândia por Freitas e Portuguez (2013b), ao trabalharem questões vinculadas ao perfil socioeconômico, estético e de sexualidade, perceberam que este padrão varia entre estabelecimentos, quando coletaram os seguintes discursos de frequentadoras/es de determinada boate considerada mais elitizada:

“Não frequento determinada boate, porque lá tem muito travesti, gente da pesada, tenho medo desse tipo de gente”, “lá é muito baixo nível”, “não gosto do show de drag, em função de não gostar do estilo forçado de um homem querer ser mulher”, “não gosto de gay afeminado”, “lá tem muita gente barraqueira”, “sei lá, os gays de lá são muito depravados” (FREITAS; PORTUGUEZ, 2013b, p. 553).

Em estudos realizados pelos mesmos autores, ao tratarem específico sobre a percepção das/os próprias/os frequentadoras/es da boate com maior percentagem de usuárias/os de baixo poder aquisitivo²⁰, conseguiram observar que os principais fatores que inviabilizam a frequência destes na boate considerada enquanto mais elitizada, se deve ao perfil das/os visitantes daquele espaço de lazer, quando também alegaram concepções preconceituosas em relação ao perfil dos sujeitos, principalmente por questões vinculadas à renda, estética e sexualidade destas pessoas, conforme pode ser observado em discursos coletado em campo pelos pesquisadores citados:

²⁰ A referida boate encerrou suas atividades em Dezembro de 2014. .

“Não gosto daquele pessoal, pois eles são muito heterossexuais”, “o pessoal é preconceituoso, não aceitam travestis”, “o pessoal é preconceituoso, acha que são melhores que os outros” “o pessoal deste local é muito exibido, me olha torto, por cima”, “as pessoas desta acham que são melhores que a gente, são muito arrumadinhos [sobre o padrão da vestimenta]” “é caro, o povo é elitizado” (FREITAS; PORTUGUEZ, 2013b, p. 553-554).

Por meio da análise dos discursos, é possível explicar que o preconceito nestes espaços é oriundo de questões ligadas ao perfil de sexualidade e socioeconômico de indivíduos que possuem certos atributos características pejorativas dentre o próprio grupo LGBT. Para isto, alguns indivíduos se engajarem práticas de consumo que omitem, reforçam ou erradicam os estigmas pejorativos, que são camuflados a partir de uma criação de identidade pelo consumo (PEREIRA; AYROSA, 2010).

No entanto, mesmo que o grupo LGBT não seja homogêneo, ainda assim, é necessário entender que em razão da complexidade das manifestações individuais das pessoas, que são compostas por diferentes classes, gera a necessidade que estes indivíduos se agrupem por diferenciação social, econômica, estética, geracional e outros. Neste sentido, é possível afirmar que não apenas questões vinculadas à sexualidade que são geradores de preconceito, mas também fatores socioeconômicos, comportamentais e outros.

O processo de diferenciação cria sistemas de produção de conjuntos, categorias e hierarquias, materializando-se nos espaços de consumo, nos corpos e estilos, orientando na dinâmica dos desejos. A maneira como diferentes grupos se distribuem nestas áreas de lazer e as autorizações explícitas e implícitas para que cada um se posicione, também marcam círculos de prestígio e afinidade, criando subespaços em um mesmo estabelecimento.

No entanto, não é apenas o fator econômico é responsável por despertar o interesse entre as pessoas na balada, com propósitos como alcançar namoro, parceiros sexuais na balada e outros. Acredita-se que este fato se deve pelo fato

de que a construção social de quem é desejada nestes lugares, passa por outras questões, como por exemplo, prestígio social, afinidades estéticas, conforme foi possível constatar em diversos casos observados em campo.

A partir das reflexões acima, é possível entender que alguns dos marcadores de diferença, tais como gênero, sexualidade, classe, idade e cor/raça aparecem de forma significativa no que se diz respeito aos aspectos inerentes ao desejo. Foi possível constatar que questões relacionadas à classe social dos possíveis parceiros surgiram como fator significativo. Além destes sujeitos e espaços marginalizados socialmente, é interessante destacar que os próprios empreendimentos são alvos de preconceito por parte da população local e até mesmo por parte das/os frequentadoras/es destas áreas de lazer.

Costa (2010) afirmou que as territorializações que velam a identidade homossexual quase sempre se produzem em estabelecimentos comerciais ou eventos públicos que não se definem como LGBT, e em geral, as/os frequentadoras/es se direcionam a estes lugares em função de:

Em primeiro plano, as territorializações apresentam-se principalmente como interseção de ações e motivações de diferentes sujeitos em um dado local, em virtude de um propósito em comum. O propósito de estar convivendo entre outros (que se tornam iguais por terem motivações iguais, mas também diferentes, por apresentarem diferenças nas negociações e jogos de interação) dá caráter identificatório a territorialização. Isto representa uma ordem territorial que, por mais tênue que seja, concentra ou que apinha (em diferentes intensidades) sujeitos e certos interesses de interações (envolvendo trocas simbólicas, expressões negociadas, fatores discursivos estimuladores) (COSTA, 2010, p. 220).

Observou-se em campo, que parcela das/os frequentadoras/es possuem receio ao utilizarem estes empreendimentos. Este temor se dá pelas questões heteronormativas que a sociedade impõe que acarreta na negação do exercício dos desejos, vontades, sonhos destes indivíduos. Isto porque, estas pessoas tem medo de que a sociedade descubra que os mesmos utilizam destes lugares, e assim, poderem ser apontados e/ou questionados sobre suas sexualidades.

Foi possível observar que as saunas presentes na área de estudo, camufla o fornecimento de seus serviços vinculados à sexualidade para os moradores das proximidades, bem como os sujeitos que transitam nas vias de deslocamento que ela se localiza. Tanto é que arquitetonicamente, estes empreendimentos são os mais discretos possíveis, transmitindo a ideia de que seja apenas mais uma residência naquela paisagem, conforme pode ser observado na figura 5.



Figura 5: Uberlândia, MG: Saunas presentes no setor central da cidade estudada, 2016.
Autor, FREITAS, B., 2016.

Aliás, convém esclarecer que esta não é uma prática apenas do município estudado, pois por meio de visitas realizadas pelo pesquisador em outras saunas, localizadas nos municípios do Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS, Salvador/BA, foi possível observar que elas são muito discretas (conforme pode ser visualizado nas figuras a seguir), e em geral, os seus respectivos nomes, dizem respeito ao próprio número do logradouro que se localiza o estabelecimento, para não chamar atenção na paisagem, com o objetivo de evitar marginalização destes empreendimentos.



Figura 6: Curitiba, PR: Uma das saunas gays presentes na cidade, 2015.

Fonte: Google Maps, 2015.

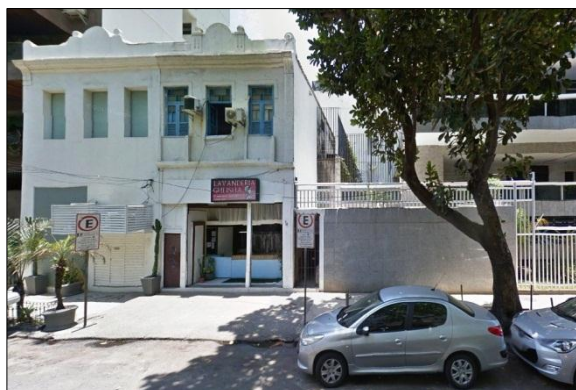


Figura 7: Rio de Janeiro, RJ: Uma das saunas gays presentes na cidade, 2014.

Fonte: Google Maps, 2014c.



Figura 8: Porto Alegre, RS: Uma das saunas gays presentes na cidade, 2014.

Fonte: Google Maps, 2014b.



Figura 9: Curitiba, PR: Uma dentre as saunas gays presentes na cidade, 2014.

Fonte: Google Maps, 2014a.

Ribeiro (2015) ao estudar as práticas em saunas de relações homocomerciais cariocas, sob a ótica da prostituição praticada por *boys* nestes estabelecimentos, afirmou que o risco da repressão policial é menor se comparado à prostituição nos logradouros públicos. Além disso, a repressão comum que o Estado, através da polícia, exerce sobre esses territórios e as críticas que os moradores das respectivas áreas fazem, costuma ser menores pela discrição dos estabelecimentos. Neste sentido, entendem-se os mecanismos criados para que estes ambientes sejam discretos arquitetonicamente, para passar despercebidos por grande parte da população.

Por meio de observações em campo na área de estudo, é possível afirmar que os próprios frequentadores fazem questão de passarem despercebidos ao utilizarem estes estabelecimentos, sendo que, em geral, estacionam seus veículos com certa distância das saunas. Este fato ocorre, para que se algum conhecido identifique seu veículo, não imagine que esteja frequentando um ambiente destinado à sexualidade, evitando assim o preconceito e/ou qualquer constrangimento que a utilização deste espaço pode acarretar em sua vida social. Ao questionar alguns frequentadores das saunas, foi possível detectar que:

A maior dificuldade que sinto é de conseguir entrar na sauna, pois eu fico preocupado se alguém pode me ver entrando aqui, mas a partir do momento que estou aqui, fico relaxado, pois é um lugar que eu consigo me sentir bem, não só pelo sexo que posso encontrar com mais facilidade, mas também pelo ambiente que é relaxante, onde posso fazer amizades, bater papo, descarregar as tensões (Depoente N, 2015)

Eu adoro utilizar a sauna por alguns motivos, primeiro que eu gosto de tomar sauna, segundo que aqui é diferente, pois tem outras opções, como por exemplo, a infraestrutura e os serviços prestados, a exemplo de bares, suítes, salas de vídeo, salas de TV, saunas, ambientes de sociabilização coletiva, piscina, e também a busca por relações sexuais e/ou afetivas. Só que ainda gostando do ambiente, eu tenho receio de poder ser visto por alguém que conheço, pois não é um ambiente bem visto pelos outros (Depoente O, 2015).

A partir das análises realizadas, é interessante destacar que o processo de constituição do preconceito é complexo, pois é constituído em diferentes escalas e dimensões. Sobre o preconceito Campos, Silva e Ornat (2011) afirmaram que a sociedade reflete a norma heterossexual, que oprime os indivíduos, estimulando-os a seguir as mesmas convenções impostas, e esse condicionamento acontece a partir de um conjunto de regras feitas pela própria humanidade através do tempo. Percebeu-se que os indivíduos que não se enquadram no padrão dominante da sociedade, são ignorados ou até mesmo excluídos.

Em função da legitimação da heteronormatividade pela sociedade, foi-se construindo ao longo do tempo preconceito entre os grupos que fugissem a estas normas impostas. É neste sentido, que estas ações contribuem para a

manutenção do preconceito, que ocorre em diversos ambientes, e nem sempre está ligada somente a agressão física, mas também psicológica e moral.

Entretanto, deve-se ressaltar que mesmo se tratando de áreas de lazer destinadas para grupos LGBT, houve a presença de frequentadoras/es heterossexuais, cujas identidades de gênero são compatíveis à biologia de seus corpos, que atribuíram frequentar estes ambientes em função de se tratar de empreendimentos que fornecem serviços de lazer com qualidade, não vendo problema algum em frequentá-los, sendo que o fator indutor de busca destes empreendimentos é a diversão e os serviços de lazer noturno ofertado.

No entanto, vem surgindo novas práticas espaciais e comerciais no espaço urbano da cidade estudada, que dizem respeito à existência de empreendimentos comerciais, que não se destinam especificamente para o grupo LGBT, mas sim a todos os indivíduos, desde que os mesmos se manifestem de acordo com suas vontades, aceitando as variadas formas comportamentais, e não apenas às questões da sexualidade, mas da diferença na diversidade como um todo, além destes espaços, pode-se considerar o avanço do uso das tecnologias para fins de relacionamento, estas questões serão tratadas no tópico subsequente.

3.4 Novas Dinâmicas: Os Estabelecimentos Gay-Friendly e os Cíberespaços

A discussão que segue faz uma análise sobre uma prática espacial relativamente recente em Uberlândia, que diz respeito aos estabelecimentos Gay Friendly²¹. Em atividades realizadas diretamente em campo, foi questionado às/aos responsáveis do empreendimento, qual era o público alvo em um destes

²¹ De acordo com o site "LGBT: a sua parada gay (2015)", Gay-Friendly significa em português amigável a gays, ou amigáveis, é um termo norte-americano que vem sendo utilizado no Brasil e para se referir a lugares públicos e/ou privados que são abertos e receptivos ao público gay, ou seja, a membros da comunidade LGBT. Esses lugares *Gay-Friendly*, resultado da gradual ascensão dos direitos LGBT, normalmente possuem uma atmosfera agradável e respeitosa para qualquer pessoa, com tratamento igual ou especializado.

estabelecimentos gay-friendlys, os funcionários afirmaram que se trata de um lugar que “*você pode fazer o que quiser com quem quiser, o importante é divertir e aproveitar a noite, sem rotulações*” (Depoente P, 2015).

Estes estabelecimentos são compostos por espaços que possibilitam que os indivíduos se expressem de acordo com suas personalidades e vontades. No entanto, é interessante ressaltar que estes espaços não são direcionados e/ou frequentados apenas por pessoas integrantes do grupo LGBT e/ou pessoas orientadas afetivo-sexualmente por pessoas do mesmo sexo e/ou gênero, mas também por outras motivações, não se restringindo apenas à LGBT.

No entanto, percebeu-se que a maioria das/os frequentadoras/es tem a ideia de que este perfil heterogêneo de indivíduos que compõem estas áreas de lazer, que tem por objetivo o respeito às diferenças, surge como oposição aos estabelecimentos direcionados eminentemente ao público LGBT. Conforme depoimentos obtidos nestes estabelecimentos, é possível observar que:

Não me importo, nem quero fazer questão de frequentar um lugar que é direcionado apenas pra pessoas LGBT, mas sim, um lugar que isto seja o que menos importa, e o que seja respeitado seja as diferenças, a diversidade (Depoente Q, 2015).

Gosto da variedade de estilos, pois aqui não tem apenas pessoas gays, mas sim estilos diferenciados, pessoas modernas, que estão à frente de seu tempo, não preocupando se os outros são gays ou não, pois isto é o que menos importa (Depoente R, 2015).

Eu sou gay, mas não faço questão de apenas frequentar um espaço que seja taxado que seja da gente, eu quero estar no meio de pessoas diferentes, com diferentes orientações sexuais, onde todos sejam diferentes, do mesmo jeito que queria que todos pensassem assim, pois o pessoal ainda é muito quadrado (Depoente S, 2015)

Por meio dos discursos acima, foi possível observar que, de certa forma, as pessoas que frequentam estes estabelecimentos, acreditam não fazer sentido frequentar estabelecimentos destinados eminentemente para o grupo LGBT, pois vêm a necessidade de transcender esta questão, e que o primordial é que as pessoas se relacionem por meio da diversidade e diferenças existentes, com o objetivo de superar a questão do preconceito na sociedade como um todo.

Além disto, foi possível observar que a organização destes empreendimentos faz questão que o mesmo seja frequentado por todos os estilos, independente da cor, gênero, sexualidade, orientação afetivo-sexual, no entanto, deve-se ressaltar que para que isto ocorra, estas pessoas têm de ter acesso ao consumo nestes locais. Em *lócus* foi possível observar frequentadores (aparentemente machos), que utilizam vestimentas femininas, sem extinguir de seus corpos e/ou vestimentas, certas características entendidas pela sociedade enquanto masculinas, como a barba e/ou pelos pelo corpo.

No entanto, deve-se entender que os estabelecimentos se apropriam dos anseios de determinada parcela da população para constituir seus mercados. Certamente, este discurso publicitário, foi estimulado por meio do incentivo ao consumismo por parte de suas/seus frequentadoras/es. No entanto, as diversas propagandas publicitárias asseguram que nosso dever é ser feliz, e a felicidade requer o consumo. Dessa forma, o mercado encontra potencialidade suficiente para sua efetiva totalização. Atualmente, o mercado é totalitário, ocupa todos os espaços e se apodera das mentes (SANTOS; MEDEROS, 2011).

Ademais, entende-se que este perfil de empreendimento que recepciona diferentes grupos urbanos e estilos em um determinado lugar, é relativamente novo no município de Uberlândia, pois a partir de pesquisas realizadas por Freitas e Portuguez (2013b, 2015) nesta área de estudo, é possível afirmar que não havia esta forma de organização de lazer no referido município, sendo que eram mais usuais as pessoas se agruparem por estilos em comum, por questões vinculadas principalmente por questões vinculadas à sexualidade.

Por isso, é necessário enfatizar que as questões vinculadas à identidade dos sujeitos, criam processos socioespaciais que se alteram no tempo e espaço, de forma fluída. No entanto, foi possível observar e analisar como são construídas as diferentes formas de interação social entre determinadas/os frequentadoras/es

destes empreendimentos de lazer, bem como se dá a interação entre os grupos, também foi possível analisar a influência das características sociais e funcionais exercidas por esse local na formação das identidades culturais pós-modernas.

Em geral, estas/es usuárias/os se intitulam enquanto um grupo alternativo, o que mostra que a questão da afirmação por meio da sexualidade não é tão presente, como nos estabelecimentos eminentemente LGBT. Com relação a esses sistemas simbólicos enfatizados pode-se observar que o caráter de liberdade de expressão é exaltado pelo respeito às diferenças e a pluralidade convivendo em um mesmo espaço.

Por meio de observações em campo, que o perfil dos indivíduos que frequentam estes estabelecimentos, possuem estilos diversificados, como: roqueiros, emos, coloridos, góticos, travestis, transexuais, drag queens, gays, lésbicas e outros, além disso, alguns indivíduos podem pertencer há mais de um estilo, por exemplo, ao grupo dos emos e homossexuais, fato que comprova a complexidade das identidades destas/es frequentadoras/es destas áreas de lazer.

No entanto, é importante abordar além da questão da identidade cultural na pós-modernidade. Mas entender e interpretar o convívio entre os diferentes estilos, levando em consideração a construção histórico-social desses grupos, como também a forma como eles estão distribuídos no espaço e como são construídas as interações sociais entre estas pessoas.

É possível afirmar que estas práticas são realizadas por grupos sociais excluídos da sociedade, que se sentem sem espaço próprio, mas que encontraram nestes locais uma forma de poderem se expressar de acordo com suas identidades, se relacionar com o diferente, pautados na troca de experiências. Além disto, na contemporaneidade há a influência da tecnologia na constituição de sociabilidade LGBT, conforme discute o tópico subsequente.

3.4.1 *Influência Tecnológica e Sociabilidade LGBT*

Ao considerar as mudanças tecnológicas referentes ao desenvolvimento urbano; o papel das comunicações às quais unindo os lugares, diminuindo as fronteiras do tempo, criaram fortes diferenciações na estrutura interna das cidades. Soares (1995) entendeu este processo enquanto:

Esse novo momento produziu formas fragmentadas, dispersas e descentralizadas, uma vez que a interação social, a partir do uso do telefone, fax, automóvel, modificou e diferenciou as cidades. Assim também ocorreu com as novas tecnologias da informática, que aumentaram as possibilidades de construção da cidade, segundo esses parâmetros da modernidade (SOARES, 1995, p. 22).

É necessário ampliar discussões sobre o avanço da técnica no que tange à questão do urbano, para compreender as variadas formas de organização do grupo LGBT, para tanto, apresenta-se como estes indivíduos se estabelecem por meio das tecnologias virtuais, constituindo ciberespaços. Sobre as redes sociais e/ou virtuais, é possível entender que as mesmas, tanto podem promover interações pela via de semelhanças como por pontos de atritos e rivalidades.

Neste sentido, “redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós que consigam comunicar-se dentro da rede” (CASTELLS, 1999, p. 566). No entanto, é possível afirmar que as redes se constituem organizadas e estruturadas por meio dos mesmos códigos, que por sua vez, originam as redes sociais, ao se levar em consideração a comunicação.

De acordo com Ferreira *et al* (2010), é possível afirmar que o estudo das redes sociais se contextualiza no âmbito da Geografia, isto porque, pode-se entender as novas inter-relações que se estabelecem entre a sociedade e os espaços e/ou territórios virtuais, por oposição ou complementaridade com o território físico ou pelo simples fascínio de cartografar variáveis que pela sua complexidade de análise e visualização, se tornam ainda mais instigantes. Corroborando a afirmação, Soares (1995) afirmou que esta questão se deve por:

O mundo passa, a partir da revolução técnico-científica iniciada no pós-guerra e intensificada a partir dos anos 1980, por uma grande transformação, elaborada à base de formidáveis inovações tecnológicas, que cada vez mais modifica e globaliza o planeta. Ao mesmo tempo, observa-se nesse processo a coexistência de regimes econômicos, sociais, políticos e, sobretudo, culturais, diversos e, muitas vezes, antagônicos (SOARES, 1995, p. 22).

Castells (2003) afirmou que este processo se trata de uma emergência de novas lógicas de sociabilidades inerentes às redes virtuais, em oposição às sociabilidades baseadas nos lugares físicos. Neste sentido, é possível afirmar que a maior revolução sentida nas sociedades contemporâneas, no que concerne à construção de uma diversificada rede de sociabilidades, deu-se com a substituição das comunidades espaciais pelas redes virtuais. No entanto, estes espaços tiveram uma evolução e as redes tornaram-se assim territórios onde milhões de pessoas se comunicam, utilizando-as como uma extensão da sua personalidade e suas vontades (FERREIRA *ET AL*, 2010).

No entanto, a existência destas redes possibilitou e facilitou aproximações e trocas entre o grupo LGBT, bem como manifestações identitárias de acordo com suas sexualidades. Além disto, a tecnologia da informação e comunicação teve um grande impulso com o desenvolvimento dos *smartphones*, *tablets*, *i-pads* *i-pods* e outras tecnologias. A mobilidade proporcionada por estes aparelhos, o envio automático de mensagens e a conexão à internet, representaram a possibilidade destes indivíduos estarem conectados (LEAL, 2013).

Por ciberespaço entende-se o lugar onde se está ao entrar em um ambiente virtual, como o conjunto de redes de computadores, interligados, ao redor do globo. (LEMOS, 1996). O autor ainda aponta que o ciberespaço não é desconectado da realidade. Pelo contrário, trata-se de um espaço intermediário que faz parte da cultura contemporânea. No ciberespaço as pessoas são atrizes/atores, autoras/es e agentes de interação, ainda que se encontrem distantes uma/m da/o outra/o.

No entanto, a cibercultura como pode ser entendida por Lévy (1997) *apud* Couto *et al* (2013) enquanto a infraestrutura tecnológica com um conjunto de técnicas, composta por indivíduos conectados que navegam pela internet, por meio de uma gama de informações, que influenciam a adoção de práticas, comportamentos, valores, pensamentos que são desenvolvidos coletivamente no ciberespaço, podendo refletir nos espaços físicos ou não.

Santos e Gomes (2011) afirmaram que a cibercultura e o ciberespaço torna possíveis outros modelos de interação social ou redes sociais e/ou virtuais. Esse processo possibilita a manifestação de afeto e/ou amizade entre sujeitos que, em alguns casos, podem se conhecer fisicamente e utilizam o ciberespaço para aumentar suas redes de relacionamento, por infinitos interesses.

Deve-se entender que o ciberespaço também é composto por indivíduos que desenvolvem relações de amizades, namoros apenas no plano *online*, o que consiste em relações descorporificadas. Neste sentido, pode-se afirmar que na atualidade se vive na “tempo dos aplicativos”. Aplicativos são softwares desenvolvidos para serem instalados em dispositivos eletrônicos móveis, como *smartphones*, *tablets*, *i-Pads*, *i-Pods*. Para Miskolci (2015):

Aplicativos são programas disponíveis nas lojas online em versões gratuitas ou pagas, as mais completas. Para começar a usá-los, a pessoa os baixa em seu dispositivo, cria um perfil com foto e passa a visualizar os outros usuários de acordo com a distância em que se encontram. Graças ao GPS, os aplicativos podem mostrar quão próximo alguém está de parceiros em potencial. A interface dos aplicativos costuma ser a da exposição de um conjunto de fotos, cada uma de um usuário. Ao tocar na foto de alguém, é possível ler seu perfil com dados como idade, altura, peso, autodescrição e que tipo de pessoa procura. Também há como mandar mensagens privadas para cada usuário e, caso ambos queiram, marcar um encontro face a face (MISKOLCI, 2015, p. 62-63).

Para Couto *et al* (2013) através da instalação desses recursos as/os usuárias/os adquirem uma liberdade maior de conexão, já que podem se conectar a diversas plataformas simultaneamente. Com as tecnologias móveis a sociedade insere-se na dinâmica libertária e comunitária que comanda o crescimento da internet, pois em qualquer tempo e lugar as pessoas se conectam umas/ns às/aos outras/os. Neste sentido, apresenta-se as contribuições do smartphone para o avanço deste processo de relacionamentos em redes e/ou por aplicativos:

Os *smartphones*, com seus novos aplicativos de aproximação gay desenvolvidos no exterior e baixados nos próprios aparelhos, estabeleceram um cenário de extrema velocidade, agilidade e onipresença para as trocas homossexuais. Ao se conectar, o usuário assume uma presença global, em tempo real, diante de uma agora homossexual. Os aplicativos indicam quem está *online* ou *offline*, como já foi ressaltado, calculam e informam a localização de cada usuário. Existe a possibilidade de troca de fotos e, em alguns casos, de vídeos (LEAL, 2013).

Para Ferreira *et al* (2010) o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, a exemplo redes, computadores, smartphones, tablets contribuiu, de certa forma, para uma inversão da forma que a sociedade se comunicava e interagia, dando uma nova abordagem ao conceito de rede. Neste sentido, as dinâmicas do comportamento humano, resultado dos diferentes modos de comunicar e de sociabilizar.

Além disto, os aplicativos possibilitam que as/os usuárias/os se comuniquem por meio de interesses e preferências em comum. Desenvolvendo a conversação, vai sendo modulada a conversa, que poderá conduzir a um encontro presencial, transferir o bate-papo para outro aplicativo de rede social, de bate-papo, migração para uma conversa através outros aplicativos, como o WhatsApp. As figuras subsequentes apresentam alguns dos principais aplicativos existentes para o uso do grupo LGBT, que busca amizades, namoros e/ou relações sexuais.

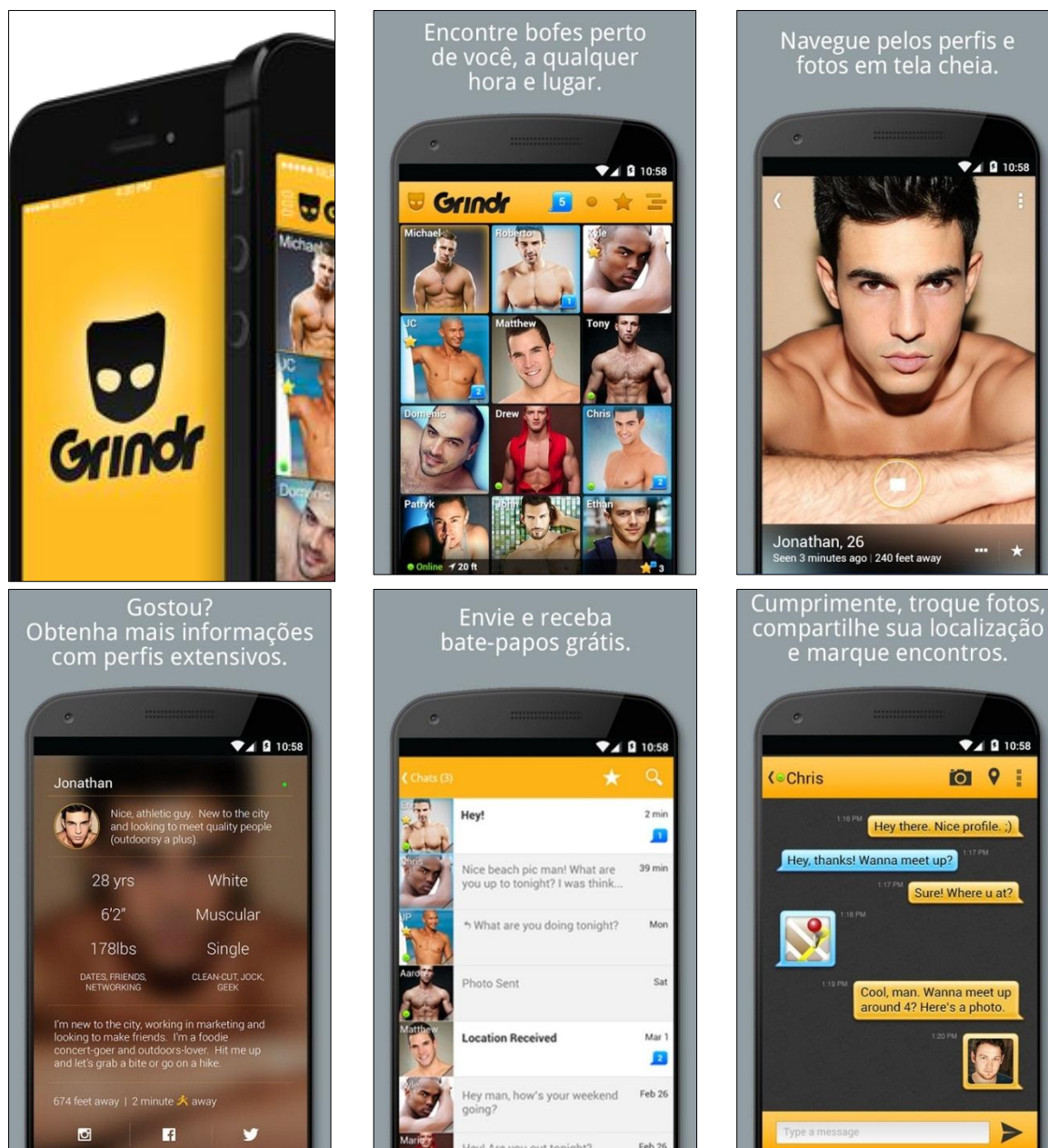


Figura 10: Grindr: Imagens da página oficial do aplicativo, 2015. Fonte: GRINDR, 2015²².

As figuras acima apresentam os mecanismos do aplicativo Grindr, que possibilita que os usuários encontrem rapazes para sociabilização, de acordo com a distância entre os mesmos, e caso haja interesse entre eles, podem obter informações detalhadas, relacionadas às características físicas ou preferências. Caso haja interesse entre os usuários, os mesmos estabelecem contato entre si, por meio do envio de mensagens, fotos e localização.

²² Disponível em: <<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.grindrapp.android>>.



Figura 11: Scruff: Imagens da página oficial do aplicativo, 2015. Fonte: SCRUFF, 2015²³.

Por meio das figuras, é possível observar que além dos usuários estabelecerem contato com quem esteja na proximidade, podem encontrar rapazes em diversos locais do globo, pois o aplicativo apresenta pessoas disponíveis para sociabilização em diferentes escalas. Os indivíduos estabelecem comunicação por meio de mensagens de texto, fotos, vídeos e localização. Além disto, podem estabelecer suas preferências de busca, pois o aplicativo filtra e apresenta apenas os perfis de acordo com o estilo procurado.

²³ Disponível em: <<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.appspot.scruffapp&hl=pt>>.

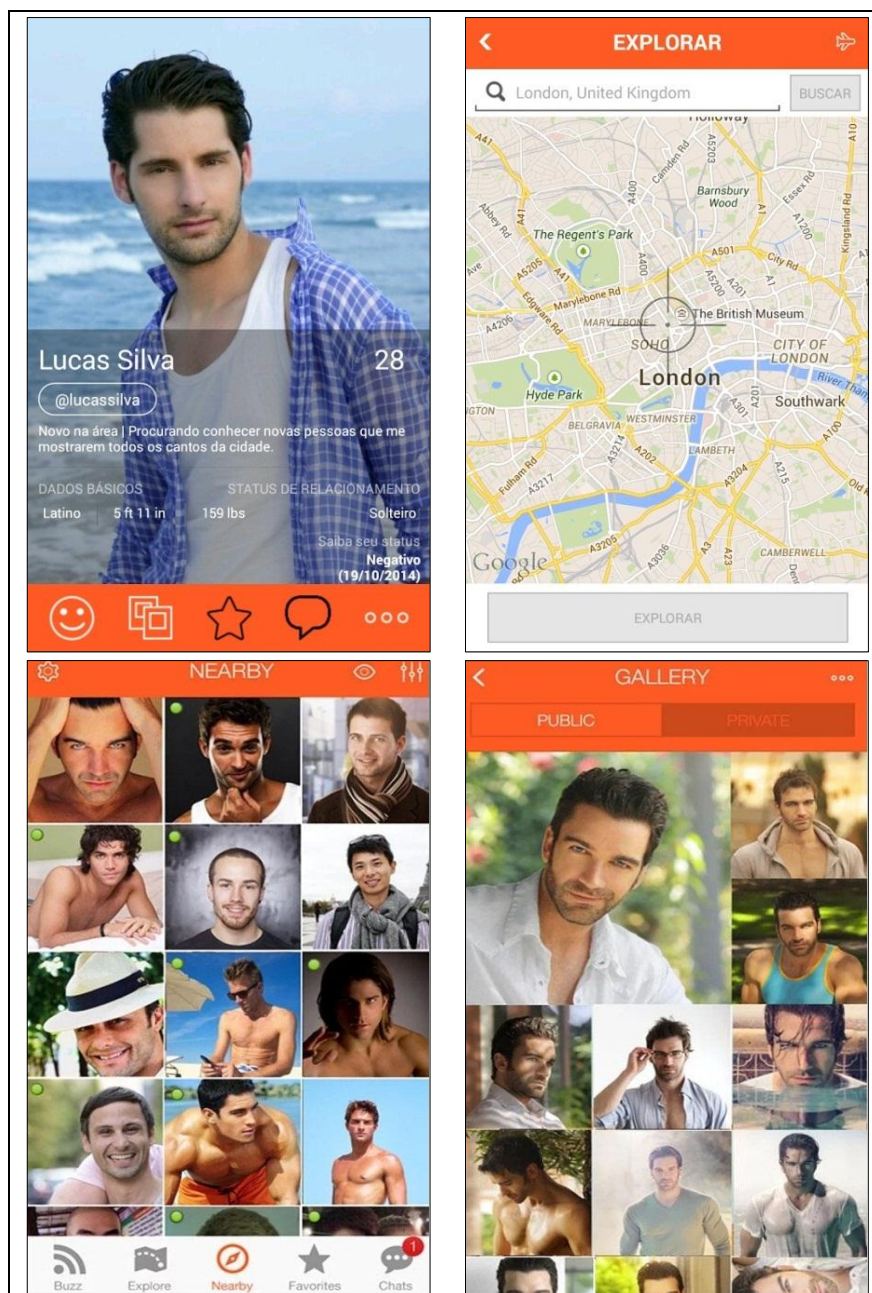


Figura 12: Hornet: Imagens da página oficial do aplicativo, 2015.
Fonte: HORNET, 2015²⁴.

As figuras acima mostram que por meio do aplicativo é possível obter informações físicas e/ou pessoais e principais interesses no perfil dos usuários. Além disto, este aplicativo possibilita que os indivíduos possam buscar pessoas, com base em locais selecionados previamente, e também a partir de sua localização e de outros usuários. Além disto, caso o usuário interesse em alguém, pode solicitar a permissão do acesso às fotos, quando estas forem privadas.

²⁴ Disponível em: <<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.hornet.android>>.

Tratando dos aplicativos apresentados, é possível afirmar que as manifestações vinculadas à sexualidade ocorrem no âmbito virtual se materializando (ou não) no âmbito real. É possível afirmar que as redes sociais LGBT foram fundamentais para a alteração de práticas socioespaciais deste grupo, que ocorriam apenas no âmbito das espacialidades fixas, tais como os guetos e/ou as boates gays, por exemplo.

O uso de meios digitais para a criação de contatos sexuais e/ou amorosos não equivale apenas à adoção de uma ferramenta tecnológica para uma busca pré-existente, pois, ao estar online, o usuário dos aplicativos é induzido a operar segundo os padrões de competição ali vigentes e sua busca tende a ser moldada por critérios próprios a estes meios tecnológicos regidos por uma lógica mercadológica. É como se as homossexualidades passassem a ser reconhecidas como uma espécie de estilo de vida vinculado a interesses mercadológicos.

Ao analisar estes aplicativos, foi possível identificar em diversos perfis de usuárias/os que se localizavam em Uberlândia, que os mesmos se traduziam da seguinte forma:

Não curto caras afeminados, drogaditos e gente fresca. Se você faz sobancelha, é gordo, sabe coreografia da Lady Gaga ou sente uma diva, por favor NÃO ME PROCURE!!! (MMA, 2014)

Sou ativo, bonito, charmoso, inteligente e estudioso. Buscando algo para além das aparências, se você é só um corpinho bonito e sem conteúdo, por favor, cai fora e não perca seu tempo! (Mineiro Ativo, 2014)

Estudante de mestrado. Discreto, não afeminado, procuro igual! A fim de conhecer um cara massa pra ver o que rola (Turista Sarado, 2015).

Procuro caras bonitos, gente boa e não afeminados e que não sejam do meio GLS (Ativo TOP, 2015).

Sou tranquilo, não frequento o meio GLS por opção e não por preconceito. Sou macho discreto, afim de cara ativo (Macho discreto, 2014).

A fim de curtir com cara macho ativo. Descrição e segurança (Passivo Macho, 2015).

Estou à procura de um ATIVO, não curto e não frequento o meio GLS, mais por questão de opção mesmo! Sou passivo, mas não tenho trejeitos (Sou de Caldas, 2014).

Neste sentido, é possível observar que o crescimento desta cultura digital, na qual se valoriza a máxima exposição e consumo dos corpos em busca de prazeres imediatos e fugazes. Hall (2006, p. 12) afirma que o sujeito pós-moderno “está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”.

Para Santos e Mederos (2011) na atualidade, há uma tendência da sociedade viver paradoxalmente dominada por excessos e marcada pela superficialidade. Em seguida, aborda-se a ligação do corpo com a mídia enquanto instrumento de mediação dos processos de comunicação e informação da sociedade e da cultura e, sequencialmente, a relação com o capitalismo nas suas estratégias de reinvenção de suas dinâmicas na contemporaneidade. No entanto, a internet bem como as redes contribui para a existência de tais processos:

No entanto, é necessário entender mesmo com a facilidade de interação entre as pessoas, por meio das redes sociais, que as sociedades não tendem uma evolução uniforme, isto porque as próprias redes sociais são compostas por uma heterogeneidade imensa, que se complexifica por meio da existência de diversas variáveis, que se distinguem por meio de diferentes preferências vinculadas a gênero, sexualidades, corpo, religião, política, econômica e outros.

Partindo desse entendimento, percebe-se que os indivíduos lutam, em plena contemporaneidade, para serem aceitos na sociedade, considerando que uma parcela dessa comunidade não se sente à vontade para explicitar no cotidiano o enfrentamento da estrutura social vigente, há aqueles que escolheram a rede como campo de batalha, e passam a expressar-se preferencialmente através da mídia digital e dos aplicativos.

A Internet, então, proporciona a liberdade identitária, visto que estabelecer uma identidade implica perceber-se e sentir-se integrado, na rede e pela rede, isto porque, as barreiras geográficas são rompidas, por meio das manifestações simbólicas na rede. Neste sentido:

A prospecção de contatos com as mais diversas demandas sexuais e afetivas, através das novas tecnologias e dispositivos, ampliou a possibilidade de manejo no desenvolvimento das interações humanas nesse campo. Os encontros, os diálogos e as conquistas passaram a acontecer protegidas com relação ao olhar panóptico de uma sociedade conservadora, machista, heterossexista compulsória e heteronormativa. A internet e o desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação, conferiram uma nova territorialidade tanto ao público homossexual como heterossexual (LEAL, 2013).

Em razão do avanço tecnológico, bem como o surgimento dos *smartphones* conectados à internet, que contam com variados recursos e aplicativos, fez com que originasse uma cultura homossexual que se estabeleceu por meio do território virtual, reforçando manifestações e expressões, que são reforçadas pela possibilidade de não terem que se apresentarem fisicamente. Neste sentido, através dos novos aplicativos especializados em contatos gays, o antigo *chat*, ou bate-papo evoluiu significadamente, possibilitando a facilidade entre o contato destes indivíduos por meio da utilização da geolocalização.

Por meio das análises realizadas, é possível afirmar que com o surgimento da internet, o ciberespaço se caracteriza como uma nova mídia, um novo meio de comunicação, que possibilitou também novas formas de sociabilidade, por meio das redes sociais e/ou virtuais. Neste sentido, as possibilidades da interação à distância, unificada aos dispositivos tecnológicos abarcados pela mídia virtual, fizeram do ciberespaço a mais completa das ferramentas comunicacionais virtuais com as quais operamos cotidianamente.

Por meio das análises realizadas neste capítulo, é possível afirmar que existem diversos tipos de sociabilização LGBT, além disto, foi possível perceber que, em sua grande maioria, os acessos e “inclusão” a indivíduos deste grupo se dá por meio do consumo, e/ou acesso às tecnologias. No entanto, todas estas formas de “inclusão”, não são suficientes para garantir a aquisição de direitos de todas as pessoas pertencentes ao grupo LGBT. Por isto, o capítulo que segue, traz uma discussão sobre um segmento desse grupo, que trabalha em prol da aquisição de direitos coletivos e não apenas em ações pautadas pelo consumo.



4. Influências das ONGs Direcionadas aos Interesses do Grupo LGBT na Elaboração de Políticas Públicas em Uberlândia



Figura 13: Brasília, DF: Uma bandeira do arco-íris foi estendida no gramado de onde ocorria a 1ª Conferência Nacional GLBT, 2008²⁵. Autora: FIUZA, Elza, 2008.

O presente capítulo tem o objetivo de constatar como se dá a estruturação de instituições, a exemplo de secretarias municipais, núcleos de atendimento especializados e Organizações Não Governamentais (ONGs) direcionadas aos interesses do grupo LGBT em Uberlândia. Além disso, serão verificadas as principais ações desses órgãos na elaboração de políticas públicas que podem contribuir para a garantia de direitos a essa parcela da população do referido município, bem como ações práticas que contribuem para a tentativa da minimização do preconceito contra esses indivíduos que inserem o grupo LGBT.

²⁵ A referida bandeira possuía 73 de cruzes que representavam o número de mortes ocorridas até a data de término da Conferência (08 de Junho), o objetivo era chamar a atenção para a violência cometida contra indivíduos do grupo LGBT. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI2936257-EI8139,00-Brasilia+homossexuais+protestam+contra+violencia.html>>. Acesso em 02 Jan. 2016.

Ademais, objetivou-se investigar se essas organizações estabelecem relações e/ou possuem influência com o Poder Público Municipal, no que diz respeito à elaboração de políticas públicas e ações práticas. Isso, por sua vez, pode contribuir com a inclusão de minorias sociais (LGBT), constituídas por pessoas socialmente marginalizadas principalmente por questões relacionadas à identidade de gênero, sexualidade e/ou orientação sexual.

No entanto, é necessário destacar a necessidade de criar mecanismos de proteção a esse grupo, ao considerar que ele é alvo de preconceitos diários. Em razão desse preconceito, deve-se entender que tal problema não ocorre apenas no município estudado, mas sim no âmbito nacional. Vale ressaltar que o Brasil possui ações voltadas a minimizar o preconceito contra o grupo LGBT, pelo fato de os indivíduos que fazem parte dessa minoria ser vítima de agressões de ordem física, psicológica, moral etc., como será tratado no tópico subsequente.

4.1 Principais marcos legais direcionados ao combate à homolesebobitransfobia e aos índices de violência ao grupo LGBT no Brasil

A legislação brasileira garante a não discriminação ao grupo LGBT; ainda assim, ocorrem inúmeros casos de discriminação por questões vinculadas a gênero, sexualidade e/ou orientação dessas pessoas. Esse tipo de violência ocorre de forma expressiva no Brasil, ainda que haja diversos pactos, acordos, tratados e convenções internacionais que visam à proteção, à promoção e à consolidação dos direitos humanos em suas variadas esferas.

Nessa temática, entre os documentos internacionais contemporâneos se destaca a Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁶, de 1948. Após ela, houve declarações e convenções específicas sobre direitos das crianças; eliminação de todas as formas de discriminação racial e contra a mulher; proteção contra tortura e tratamentos desumanos, entre outros. Nesse sentido, é possível destacar que o referido documento garante, *in verbis*:

Art. 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Art. 2º Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Art. 7º Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (UNIC, 2009, p. 4-6, *on line*).

Mais recentemente, em 1993, a Declaração de Viena reafirmou o compromisso dos países signatários da Declaração de 1948 no que diz respeito ao cumprimento e à observância dos direitos humanos. Essa declaração enfatiza a universalidade, indivisibilidade e interdependência de tais direitos, sendo que a violação de qualquer um deles por qualquer pessoa, grupo ou Estado é um impedimento à realização dos demais (IBGE, 2015). Além desses aparatos legislativos, deve-se ressaltar que a Constituição Federal de 1988 garante que:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.

²⁶ Ademais, o Brasil ratificou diversas convenções e instrumentos, destacando-se dois tratados internacionais que tornam vinculantes os princípios da Declaração Universal: o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ambos ratificados em 1992 (IBGE, 2015).

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

É interessante destacar que, mesmo com esses tratados e marcos que garantem a não discriminação por questões vinculadas à sexualidade, no Brasil ainda há expressivos acontecimentos de crimes vinculados à sexualidade. Nesse contexto, entende-se que a homofobia consiste em:

O termo “homofobia” é comumente usado em referência a um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo), que costumam produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros (em especial, travestis e transexuais) e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadram nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. A homofobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos. (JUNQUEIRA, 2007, p.60).

Enquanto isso, para promover a minimização do preconceito em relação a esse grupo, existe o programa do Governo Federal denominado Brasil sem Homofobia. Tal programa contribui não só para a tentativa de diminuir a homofobia, mas também para o enfrentamento a outros problemas de interesse público, como a luta no combate ao vírus da AIDS e à violência urbana, tendo como princípios:

A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias. [...] A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira. (BRASIL, 2004. p. 11-12).

Deve-se reconhecer que, mesmo com as iniciativas de minimização do preconceito por parte do Estado, a questão de homolebbitransfobia²⁷ ainda é frequente no Brasil; logo, é preciso se atentar também a esse aspecto no campo científico. Ela é um dos fatores geradores de territorialidades e/ou territórios LGBT, visto que a exclusão gera reação do excluído, criando redutos onde os opressores (supostamente) não podem impor seu preconceito.

Convém salientar que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) trabalha com o intuito de criar políticas públicas capazes de responder a diferentes anseios da sociedade, em termos da efetivação dos direitos de todos os indivíduos. De acordo com esse órgão:

É preciso coragem para encarmos os desafios de frente, para expressarmos que a violência não faz parte do Estado Democrático de Direito que construímos dia após dia. O Brasil é um país plural com um povo diverso, cuja riqueza principal é a diversidade e o respeito humano. A população LGBT, assim como todos os demais brasileiros e brasileiras, merece respeito aos seus direitos para desfrutar de um país com um patamar de desenvolvimento capaz de incluir a todos e todas (BRASIL, 2013, p.7).

Nesse entremeio, a SDH/PR elaborou dois Relatórios sobre Violência Homofóbica no Brasil, referentes aos dados dos anos de 2011 e 2012. Neles é possível perceber, por exemplo, que a quantidade de agressões sofridas pelo grupo LGBT é bastante significativa, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4: Brasil: Índices de Violência Homofóbica SDH/PR, 2011/2012.

Variáveis	2011	2012	% de Aumento
Denúncias	1.159	3.084	166,09
Violações	6.809	9.982	46,6
Vítimas	1.713	4.851	183,19
Suspeitos	2.275	4.784	110,29

Fonte: BRASIL, 2013. Org.: FREITAS, B., 2015.

²⁷ Justifica-se a utilização do termo homolebbitransfobia, com o objetivo de ampliar as especificidade dos indivíduos, uma vez que o termo “homofobia” generaliza todas/os integrantes do grupo LGBT enquanto homossexuais.

É expressivo o número de denúncias registradas pelo poder público: em 2012 foram 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em relação a 2011, houve um aumento de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra esse grupo social, com 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Os dados revelam uma média de 3,23 violações sofridas por vítima (BRASIL, 2013).

O crescimento do percentual de denunciante desconhecidos das vítimas e a diminuição das denúncias feitas por elas dificulta traçar o perfil correto de tais indivíduos por questões relacionadas a categorias como orientação sexual e identidade de gênero, isso porque suas diferenciações não são amplamente conhecidas entre a população, sendo que a desinformação se torna um obstáculo para a denúncia. Convém salientar que, em relação à identidade de gênero, a falta de um entendimento amplo se revela ainda mais problemática que sobre a orientação sexual (BRASIL, 2013).

Esse cenário se torna ainda mais preocupante ao levar em conta a subnotificação de dados relacionados a violências em geral. Em muitos casos ocorre a naturalização da violência - cabe reiterar que as estatísticas analisadas ao longo dessa seção se referem às violações reportadas, não correspondendo à totalidade das violências ocorridas dia após dia contra o grupo LGBT que, infelizmente, são muito mais numerosas do que aquelas que chegam ao conhecimento do poder público (BRASIL, 2013).

De acordo com informações divulgadas pelo Prof. Luiz Mott²⁸, no Brasil, há uma dificuldade em quantificar os crimes de homolebóbifobia, posto que:

²⁸ Antropólogo da Universidade Federal da Bahia e coordenador do Relatório de Assassinato de Homossexuais (LGBT).

A subnotificação destes crimes é notória, indicando que tais números representam apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue, já que nosso banco de dados é construído a partir de notícias de jornal, internet e informações enviadas pelas ONGs LGBT. A realidade deve certamente ultrapassar em muito tais estimativas, sobretudo nos últimos anos, quando policiais e delegados cada vez mais, sem provas, descartam a presença de homofobia em muitos desses “homicídios” (GGB, 2013).

Luiz Mott critica a ineficiência da SDH/PR por não disponibilizar um banco de dados sobre crimes letais contra LGBT, além de ter divulgado, em 2012, um número inferior de assassinatos do que os documentados pelo GGB. A SDH/PR notificou 310 homicídios, enquanto o relatório disponibilizado apresentou 337 mortes contra o grupo LGBT no período apresentado. No entanto, Mott, afirmou que ainda que com dificuldades para desenvolver o levantamento, ainda assim:

Mesmo sem verbas, sem apoio institucional, nosso site “Quem a homotransfobia matou hoje” é o único banco de dados disponível online sobre tais crimes. Por isso é que há mais de uma década o State Department dos Estados Unidos divulga nossos dados em seu relatório anual sobre direitos humanos (GGB, 2013).

A partir de análises realizadas nos relatórios, é possível perceber que a maioria dos crimes de ódio cometidos contra a população LGBT é pautada em torturas, sendo geralmente utilizada a violência extremada. Os referidos crimes são praticados, em geral, com armas de fogo e/ou brancas (faca, punhal, canivete, foice, machado, tesoura), espancamentos (paulada, pedrada, marretada), carbonizações, afogamentos, atropelamentos, enforcamentos, degolamentos, asfixia, empalhamentos, violência sexual, tortura.

Interessante ressaltar que o próprio fato de a sociedade, em geral não aceitar manifestações que fogem às práticas heteronormativas comete crimes erroneamente (por pensar que são indivíduos LGBT), pois foram assassinados nove heterossexuais nos anos de 2013 e 2014, respectivamente, ao passo que sete amantes de travestis (*T-lovers*) foram mortos em 2014, conforme pode ser observado na tabela 5, que apresenta os dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia, no que se refere aos índices de crimes letais cometidos ao grupo LGBT:

Tabela 5: Brasil: Índices de crimes letais cometidos ao grupo LGBT, 1963-2014.

Ano	Gays	Travestis	Lésbicas	Bissexuais	Heterossexuais	T-lovers	Total
1963-1969	-	-	-	-	-	-	30
1970-1979	-	-	-	-	-	-	41
1980-1989	-	-	-	-	-	-	503
1990-1999	-	-	-	-	-	-	1256
2000	-	-	-	-	-	-	130
2001	88	41	3	-	-	-	132
2002	90	32	4	-	-	-	126
2003	-	-	-	-	-	-	125
2004	-	-	-	-	-	-	158
2005	56	24	1	-	-	-	81
2006	-	-	-	-	-	-	88
2007	-	-	-	-	-	-	122
2008	121	59	7	-	-	-	187
2009	117	72	9	-	-	-	198
2010	140	110	10	-	-	-	260
2011	162	98	7	-	-	-	267
2012	188	128	19	2	-	-	337
2013	186	108	14	2	2	-	312
2014	163	134	14	3	7	7	326
Total	1311	806	88	7	9	7	4679

Fonte: GGB: Relatórios de Violência Homofóbica (LGBT), 1963-2014. Org.: FREITAS, B., 2015.

O Grupo Gay da Bahia, entre 1963 e 2007, documentou no Brasil 2792 assassinatos de gays, travestis e lésbicas, concentrando-se 18% na década de 1980, 45%, na de 1990, e 35%, entre 2000 e 2007. Aliás, convém esclarecer que apenas a partir do ano 2000 que o GGB disponibilizou a existência de dados anuais sistemático. No entanto, é possível visualizar no gráfico subsequente o aumento da violência contra estas pessoas, no período de 2000 a 2014.

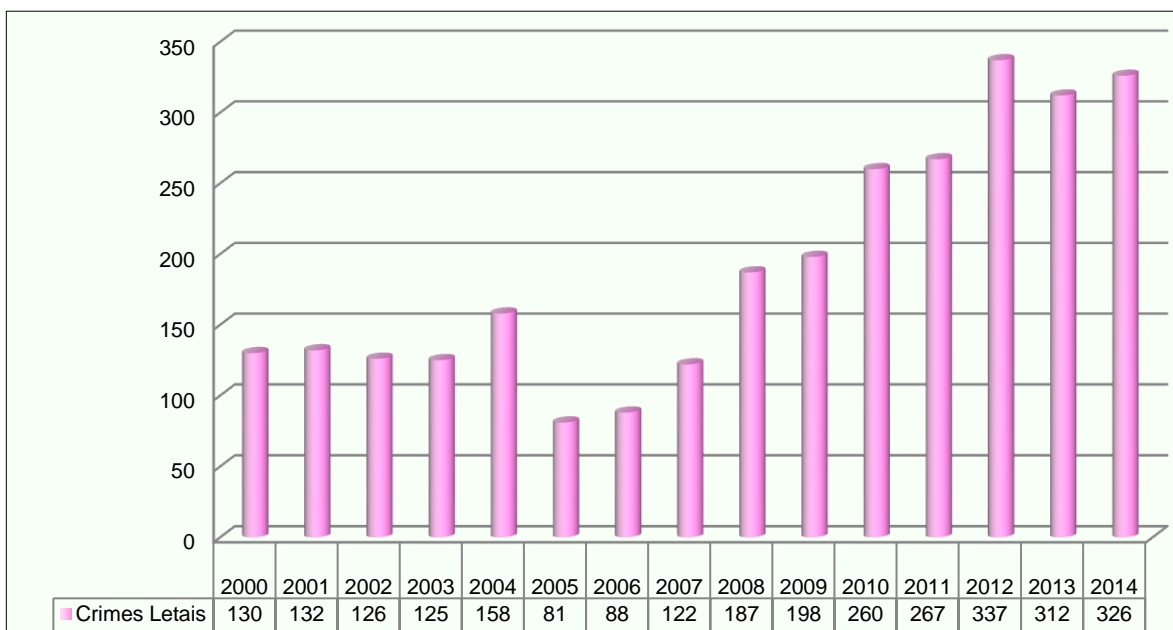


Gráfico 1: Brasil: Índices de crimes letais cometidos ao grupo LGBT, 2000-2014.
 Fonte: GGB: Relatórios de Violência Homofóbica (LGBT), 2000-2014. Org.: FREITAS, B., 2015.

Diante disso, o GGB coleta os dados por meio de um levantamento limitado em jornais e internet, uma vez que, para o referido Grupo, faltam estatísticas oficiais sobre crimes de ódio. De fato, a redução de crimes, no ano de 2005, para 81 homicídios, não se deve à maior tolerância da sociedade diante os homossexuais, mas sim porque:

Estes números são apenas a ponta de um pavoroso iceberg de ódio e sangue. Não estamos sendo vitimistas nem exagerando ao indicar que certamente todo dia ao menos um homossexual é assassinado no Brasil, embora tais informações nem sempre cheguem até os militantes. Prova disto é que em 2004 foram registrados 158 crimes e em 2005 este número baixou incrivelmente para 81 – infelizmente não porque estamos conseguindo erradicar o ódio homofóbico ou porque os gays estão se cuidando mais. Tal redução pela metade se deveu à suspensão do “clipping” semanal sobre homicídios, devido à falta de financiamento para a manutenção desta pesquisa (GGB, 2005a).

No ano de 2013, o GGB documentou 312 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo uma transexual brasileira morta no Reino Unido e um gay morto na Espanha. Nessa lista há 10 suicidas gays que tiveram como motivo de seu desespero não suportar a pressão homofóbica, como aconteceu com um gay de 16 anos, de São Luís, MA, que se enforcou dentro do apartamento “porque seus pais não aceitavam sua condição homossexual”.

Enquanto isso, em 2014 foi relatado 326 mortes de gays, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo nove suicídios, um aumento de 4,1% em relação ao ano anterior (2013). Cumpre salientar que nessa lista há assassinatos de sete heterossexuais, por terem sido confundidos com gays ou por estarem em circunstâncias ou espaços homoeróticos. Para o presidente do Grupo Gay da Bahia, Marcelo Cerqueira:

Mesmo em crimes envolvendo latrocínio (matar para roubar), prostituição de travestis e violência doméstica de casais LGBT, as homofobias cultural e governamental são responsáveis por tais sinistros, pois estigmatizam e empurram as travestis para a marginalidade, permitem o bullying nas escolas, acrescido do efeito pernicioso dos sermões dos fundamentalistas aliados do Governo que demonizam os gays, acirrando, sobretudo entre os jovens o ódio anti-homossexual (GGB, 2013).

A partir do panorama apresentado, é necessário elaborar mais políticas públicas em âmbito nacional que contribuam sobremaneira para a minimização da realização desses crimes. De fato, a garantia de direitos às minorias é um instrumento estatal voltado a resolver os conflitos sociais e permitir que o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo não atinja o desenvolvimento do plano de vida do outro. Uma sociedade que deseja ser livre, justa e igualitária não pode permitir que pessoas possam ser marginalizadas em razão do seu desejo por outra pessoa do mesmo sexo, tendo em vista que há a mesma dignidade daqueles que possuem desejo por pessoas do sexo oposto.

Por isso, o tópico subsequente aborda questões referentes ao surgimento das ONGs, que são instituições de apoio a diversos grupos e/ou causas. Tenciona-se entender como elas trabalham a questão LGBT no município estudado; para isso, antes é necessário compreender aspectos gerais relacionados a essas ONGs.

4.2 O Surgimento das ONGs: Aspectos Sociopolíticos

No que diz respeito às principais funções das ONGs, é possível afirmar que elas podem ser classificadas em dois grandes grupos: as organizações que defendem a causa de seus membros e as que defendem a causa de outros. No primeiro, é possível apresentar o caso de gays que lutam contra a homofobia e o de negros que combatem o racismo; no segundo grupo, há indivíduos que não são pertencentes ao grupo minoritário e/ou à causa defendida, e não passam pelas mesmas dificuldades, mas defendem a causa de outras/os, tais como animais abandonados, questões ambientais, meninas/os de rua, sem-teto, vítimas de abuso sexual, excluídos da cidadania por pobreza etc.

Ademais, é necessário entender o contexto histórico e os principais processos responsáveis pela constituição das primeiras ONGs no Brasil. Duarte (2007) afirma que a constituição das ONGs ocorre a partir da crise estrutural do capital, que inicia seu processo de reestruturação pós-1970. De acordo com essa autora, em razão da crise, houve alterações no processo produtivo, no processo de trabalho e na organização dos trabalhadores relacionadas ao campo cultural e à intervenção do Estado.

Para Duarte (2007), a dinâmica societária no final do século XX engendra um conjunto de transformações sóciohistóricas que incidem, de modo particular, na relação Estado-sociedade. Nesse caso, destaca-se a transferência de responsabilidade social do Estado para o mercado e o chamado terceiro setor, acarretando um processo de profundas modificações nas respostas às contradições sociais, oriundas da desigualdade histórica entre as classes. Sobre o terceiro setor, é possível discorrer que ele é utilizado:

Esta definição refere-se à natureza destas organizações que não pertencem ao aparelho burocrático do Estado e nem ao conjunto das empresas privadas e demais instituições que compõem a economia de mercado. Desta forma, cabe nesta definição um amplo conjunto de organizações, que vão desde as ONGs, passando pelas Fundações Empresarias e Institutos, e incluindo também as Organizações Populares, oriundas de iniciativas das comunidades, as Cooperativas, as Mutuais e os Organismos Internacionais de Cooperação, que atuam como parceiros dos organismos locais e financiam inúmeros projetos no país (ANDION, 2005).

Portanto, o terceiro setor tem uma função político-ideológica diante do cenário de alterações sócio-históricas promovidas pelo capital, retirando do Estado a responsabilidade referente às desigualdades sociais e gerando um clima de aliança que omite os conflitos e a luta de classes. Nesse cenário, as ONGs estão inseridas na dinâmica que legitima e fundamenta o terceiro setor: a lógica da participação da sociedade civil na adoção e tomada de ações que atendam aos interesses de grupos e a causas específicas.

De acordo com Duarte (2007), nas décadas de 1970 e de 1980, com o suporte financeiro da “cooperação internacional”, as ONGs iniciam o processo de expansão num contexto em que tenderam a fortalecer a oposição política à ditadura militar. Nesse momento, a função social das ONGs era ser parceira dos movimentos sociais e coadjuvante fundamental na relação entre movimento social e Estado, já que contribuía na organização interna e na articulação de tais movimentos (MONTAÑO, 2003).

Na década de 1990, as ONGs alteram sua função na sociedade e passam a ser determinadas pelo neoliberalismo, já que são chamadas a intervir diretamente nas respostas à questão social, modificando a relação até então consolidada com os movimentos sociais. O discurso neoliberal de ineficiência do Estado, atrelado à retórica de participação da sociedade civil, é considerado isento de interesses de classe e constitui a justificativa dominante para o deslocamento das responsabilidades com o social do Estado para o terceiro setor e as ONGs, uma de suas expressões mais evidentes.

Na atualidade, com o aumento da transferência de responsabilidades sociais para a esfera privada, isso contribuiu para o processo de retomada crescente da acumulação e manutenção da hegemonia do capital. Nessa perspectiva, as ONGs, integrantes de uma sociedade civil heterogênea, não representam interesses homogêneos e desarticulados das relações atuais de classes, se constituindo em instituições que atuam em razão de causas específicas (DUARTE, 2007).

Nesse sentido, Pinto (2006) assevera que poucos temas têm estado tão presentes na atual discussão sobre governabilidade e democratização quanto o da participação da sociedade civil enquanto parceira do Estado na condução de políticas públicas, ou mesmo como substituta deste em áreas específicas, sobretudo que devem dar conta das políticas sociais. De acordo com esse autor, a presença da sociedade civil no cenário político trouxe novos sujeitos para o espaço público, o que gerou um conjunto de imprecisões quanto à sua natureza.

Ela não é uniforme em sua constituição, pois é formada por grupos, instituições e pessoas com graus diferentes de organização, de comprometimento público e de capacidade de intervenção, para se relacionar com o Estado e o mercado que, no caso do presente estudo, se foca na análise de ONGs cuja temática central esteja ligada aos grupos LGBT.

O Brasil apresenta pelo menos uma grande peculiaridade em relação ao fenômeno, na medida em que convivem, no mesmo espaço, uma afluyente sociedade civil e parcelas significativas da população que dela estão excluídas. A noção de exclusão, por sua própria natureza, é fluida, necessitando ser não só constantemente definida e redefinida, mas também inserida em momentos e cenários históricos específicos (PINTO, 2006).

No entanto, é necessário observar que as classes estão definidas em ordens muito claras, ao passo que os excluídos, não. Sua realidade não corresponde sequer à unidade do indivíduo, pois nenhum indivíduo está completamente excluído de todas as ordens de identificação. Portanto, poder-se-ia dizer que todo excluído é incluído em alguma ordem, seja ela familiar, religiosa, territorial, política, de grupos específicos etc.

Além disso, as ONGs, por mais que defendam os interesses de grupos minoritários são organizadas conforme a estruturação em redes, uma vez que se relacionam com outras ONGs que possuem interesses comuns ou semelhantes. Sendo assim, o tópico a seguir abarca as principais características da estruturação de organizações em redes, no contexto contemporâneo.

4.2.1 Surgimento da Estruturação das ONGs em Redes

Observa-se que há uma tendência crescente de que pessoas, organizações, empresas e diversos segmentos existentes na sociedade estabelecem relações entre si constituindo redes. No entanto, o termo “rede” é comumente utilizado para denominar alguns tipos específicos de relações que se contrapõem ao modelo burocrático tradicional de organização.

Para Castells (1999), as redes são estruturas abertas capazes de se expandir de maneira ilimitada, integrando novos nós desde que consigam se comunicar dentro da rede, isto é, compartilhem os mesmos códigos de comunicação, como valores ou objetivos de desempenho. Nesse sentido, a empresa em rede é a forma organizacional da economia global, tendo em vista que organizações bem-sucedidas são capazes de gerar conhecimentos e inovações e processar informações com eficiência.

Nesse contexto, a unidade operacional real se torna o projeto empresarial possibilitado por uma rede, em vez de organizações individuais ou agrupamentos formais de empresas. As informações circulam pelas redes: redes entre empresas, redes dentro de empresas, redes pessoais e redes de computadores. Assim, as novas tecnologias de informação são decisivas para que esse modelo flexível e adaptável funcione de fato (CASTELLS, 1999).

Para Castells (1999), há um processo contraditório na constituição das redes, pois, apesar de serem organizadas em paradigmas oriundos das esferas dominantes da sociedade, a tecnologia e as relações técnicas de produção se difundem por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência e modificando-os. Para o autor, existe uma interação dialética entre sociedade e tecnologia:

Parece haver uma lógica de excluir os agentes da exclusão, de redefinição dos critérios de valor e significado em um mundo em que há pouco espaço para os não iniciados em computadores, para os grupos que consomem menos e para os territórios não atualizados com a comunicação. Quando a Rede desliga o Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social (CASTELLS, 1999, p. 41).

Assim, a empresa horizontal é uma rede dinâmica e estrategicamente planejada com base na descentralização, participação e coordenação (CASTELLS, 1999). Para esse autor, o desempenho de uma rede dependerá de dois de seus atributos fundamentais: a conectividade, que é a capacidade estrutural de facilitar a comunicação sem ruídos entre seus componentes; e a coerência, na medida em que há interesses compartilhados entre os objetivos da rede e os de seus componentes.

Nas palavras de Ventura e Darbilly (2004), tradicionalmente as organizações se caracterizavam por estruturas burocráticas, verticais, de relações fortemente hierárquicas. Essas estruturas foram capazes de dar conta das

exigências de uma época em que a incerteza não era tão grande. Todavia, as empresas se tornaram mais enxutas e horizontais, e isso aconteceu como resposta à necessidade de lidar com um ambiente em constante mudança e em virtude da complexidade de atores sociais existentes.

Na maioria dos estudos sobre redes, há um consenso de que todas as organizações se situam em redes sociais, pois se relacionam a conjuntos de pessoas, empresas etc. ligados por meio de relações sociais de um tipo específico e, assim, devem ser analisadas como tais (VENTURA; DARBILLY, 2004). No entanto, todas as organizações podem ser consideradas redes, uma vez que mantêm relações mais ou menos intensas e volumosas, por diversos motivos, com outras empresas. Diante disso, é importante entender as razões e condições em que as organizações estabelecem ligações e trocas com outras.

Há organizações do terceiro setor que relutam em aceitar as práticas administrativas do âmbito privado. Todavia, encontram-se num dilema, dado que a escassez de recursos tem exigido também um reposicionamento dessas organizações em busca da sobrevivência. Assim sendo, a teoria administrativa tradicional para organizações do terceiro setor deve ser utilizada com cautela, buscando-se preservar a identidade e as características da organização (VENTURA; DARBILLY, 2004).

Em razão das alterações na relação Estado *versus* sociedade, destacando o enfrentamento atual da questão social e o incentivo ideológico do capital à participação da sociedade civil, é importante considerar a relevância desse debate. Isso se deve, sobretudo, às repercussões diretas no acesso e no reconhecimento dos direitos sociais, bem como no fazer profissional dos envolvidos na intervenção social.

No atual panorama das ONGs, pode-se afirmar que elas estão inseridas na lógica da reestruturação do capital que viabiliza a retratação do Estado diante das contradições sociais. Convém salientar que tais organizações representam um espaço de contradição, pois, ao mesmo tempo em que se inserem na lógica do terceiro setor, podem trazer contribuições importantes à garantia de direitos – por isso, suas ações não devem ser desqualificadas e/ou rejeitadas; daí a as contribuições que elas trazem para o público LGBT.

De acordo com dados do IBGE (2015), apenas 7,7% dos municípios do Brasil elaboraram políticas específicas para a população do grupo LGBT até o ano de 2014. Nesse sentido, das 5,5 mil cidades existentes no país, apenas 431 possuem ações e/ou políticas afirmativas com o intuito de proteger esse grupo. Quando se leva em consideração a existência de ações nos estados, o percentual salta dos 7,7% para 92,6% (basta que uma cidade de um estado tenha a política para que este apareça como ativo no levantamento²⁹). Cumpre destacar algumas conquistas em âmbito nacional e nas principais cidades brasileiras.

Uberlândia está entre essa pequena parcela das cidades brasileiras que possui ações afirmativas em prol da minimização do grupo LGBT, a exemplo de Secretarias, Núcleos, ONGs e outros. Passa-se, então, a entender o processo de estruturação dessas instituições no município estudado, mas a princípio é necessário verificar os principais fatores que geram esses movimentos, como a organização de determinada camada da sociedade para lutar pela aquisição de direitos, a minimização e o combate ao preconceito. Descrever-se-á como se estruturam as ONGs em Uberlândia, além de suas principais áreas de atuação.

²⁹ Os dados foram retirados das Informações Básicas Estaduais (Estadic 2014) e das Informações Básicas Municipais (Munic 2014). O objetivo desta pesquisa era traçar um perfil dos estados e municípios do Brasil. Foram analisadas diversas questões sobre temas como recursos humanos, comunicação e informática, educação, saúde, direitos humanos, segurança pública, segurança alimentar, inclusão produtiva e vigilância sanitária (IBGE, 2015).

4.3 O Panorama das ONGs Existentes em Uberlândia

Em se tratando das ações de combate à homolebobitansfobia em Uberlândia, é possível afirmar que tanto as ONGs, quanto o poder público (Secretarias Municipais de Educação, de Desenvolvimento Social e Trabalho, de Saúde e de Desenvolvimento Econômico e Turismo) e as universidades (públicas e privadas) trabalham de forma conjunta, ainda que com dificuldades. É possível afirmar que já existem ações que estão sendo realizadas e/ou outras que estão em fase de planejamento, visando à minimização do preconceito desse grupo socialmente excluído no município estudado.

A presença das ONGs introduz uma série de novos elementos no campo da política, quer pela frágil institucionalização dessas organizações, quer pela maneira diferenciada com que se relacionam com o campo, se comparadas com os atores tradicionais, tais como partidos políticos e autoridades governamentais. Nesse caso, Uberlândia conta com algumas ONGs que pretendem tratar de questões vinculadas ao grupo LGBT. É interessante ressaltar que, além das iniciativas públicas, o município conta com algumas ONGs que trabalham em prol da minimização do preconceito de grupos socialmente marginalizados, a saber:

✓ **Associação das Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro – Triângulo Trans:** tem como público alvo travestis, transexuais e transgêneros, desenvolvendo serviços pautados em ações transversais que contemplem os recortes de direitos humanos, gênero, etnia, geração e saúde que garantam o empoderamento dos participantes. Além disto, incentiva a formação política-cultural das(os) associadas(os) e assistidos, através de programas de atividades artísticas, recreativas e esportivas. Organiza e promove Workshops com a finalidade de desenvolver atividades sociais e profissionais promovendo a visibilidade das travestis, transexuais e defender os interesses dos(as) associados(as).

✓ **NATTU – Núcleo de Apoio a Transgêneros de Uberlândia:** O NATTU se constitui enquanto um espaço de debate, troca de experiências, suporte psicológico e apoio social para transgêneros. Independente se estes indivíduos já estão em acompanhamento terapêutico e médico, ou se estão apenas buscando socialização com outras pessoas para um diálogo aberto e sem preconceito. Este espaço está aberto para tod@s que desejam conhecer, ou que desejam auxiliar aquel@s que ainda não tem conhecimento sobre os processos psicológicos, familiares, sociais e de autoimagem que envolvem o cotidiano de transgêner@s.

✓ **RNP+ Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS – Núcleo Uberlândia MG³⁰:** Atua promovendo ações de inclusão e valorização de sujeitos portadores de HIV/AIDS. As ações realizadas amparam estes indivíduos com assistência jurídica, psicológica, social, nutricional, bem como a realização de campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, por meio de distribuição de preservativos em casas e pontos de rua de prostituição de travestis.

✓ **Associação Homossexual de Ajuda Mútua:** Tem como prioridade defender a qualidade de vida das diferentes expressões de gêneros entre os seres humanos, garantir o respeito e incentivando o fortalecimento da dignidade e autoestima.

³⁰ Esta ONG não é direcionada apenas ao grupo LGBT, mas sim a portadores de HIV/Aids, no entanto, ela recepciona uma quantidade significativa de pessoas do grupo LGBT, como pode ser notado na fala de seu presidente: *“Ela não é específica, mas se pegarmos no nosso banco de dados, o número maior são de gay, travestis e transexuais, o número de heterossexuais é bem menor, não que a gente fale que tem os grupos específicos de AIDS, mas ainda é bem acentuado entre o grupo LGBT, constituindo na maioria dos indivíduos atendidos nesta instituição, com mais de 50% de seu público-alvo. A instituição não é específica, mas a ONG, bem como os profissionais tem o cuidado, para o acolhimento, entendimento e respeito do grupo LGBT”* (Depoente U, 2015).

A partir do panorama apresentado, serão descritas as principais questões referentes a essas instituições, assim como as suas formas de atuação. Por meio de entrevistas realizadas diretamente com as/os gestoras/es das ONGs, foram abordados aspectos relacionados a espaço físico, mobiliário e equipamentos, com o intuito de saber se eles os consideram suficientes e adequados ao funcionamento das instituições. Foi possível verificar, por meio dos depoimentos:

Os imóveis são locados e, em relação ao espaço físico, mobiliário e equipamentos, é possível afirmar que atualmente conseguem suprir as demandas da Organização, até porque, com o nosso espaço físico, a gente consegue dividir bem os serviços que a ONG oferece. O mobiliário nunca é suficiente, pois sempre quando você quer fazer um projeto, você sempre precisa de mais alguma coisa, mas a gente aprende a remanejar o que tem, pra fazer o que precisa (Depoente T, 2015).

Dá pra atender na medida do possível, mas a gente está tentando construir uma sede própria, pois ganhamos um terreno, para que haja um melhor acolhimento. Mas, em um primeiro momento, dá sim, pra gente atender o pessoal, tranquilo (Depoente U, 2015).

E a estrutura é apenas uma sala, onde apenas eu atuo. A princípio, eu recebo demandas na minha sala, mas, na maioria das vezes, eu tenho que sair daqui, pois meu trabalho é mais externo, sendo um trabalho articulador, em que eu tenho que buscar as demandas (nem sempre elas vêm até a mim). A maioria de demandas que vem é quando a gente organiza, juntamente com o movimento, os casamentos comunitários; daí as pessoas precisam vir até aqui pra fazer a inscrição. Então, a gente não tem muita estrutura, pois é um núcleo novo dentro da Prefeitura, mas ainda assim é um avanço pro município (Depoente V, 2015).

Ademais, foi questionado se essas organizações possuem profissionais de suporte, para o desenvolvimento das ações direcionadas ao grupo LGBT. Notou-se que, em geral, as ONGs detêm uma equipe multidisciplinar, conforme as falas dos gestores:

A gente conta com alguns profissionais, a exemplo de advogados, psicólogos e assistentes sociais, todo o atendimento é gratuito, desde que seja dentro do grupo que integre o público-alvo da ONG [LGBT] ou pessoas soropositivas (Depoente T, 2015).

Temos três psicólogos, um fisioterapeuta, um nutricionista, um homeopata, um advogado e agentes de saúde; a gente possui uma equipe multidisciplinar bacana (Depoente U, 2015).

Desse modo, constata-se que tais instituições passam por dificuldades para desenvolver as suas ações, em razão de a maioria desses profissionais serem voluntários. Quando as organizações conseguem algum tipo de projeto para incluir algum pagamento a esses indivíduos, tal ação não é efetuada: “nunca é um valor de mercado, é um valor simbólico, de reconhecimento de trabalho e pra, pelo menos, cobrir as despesas do trabalho realizado” (Depoente T, 2015).

Os representantes das ONGs foram indagados quanto ao desenvolvimento de atividades de mobilização. Nota-se que grande parte atua juntamente com o poder público em diversas esferas, a sociedade civil e/ou jurídica e a mídia local. Todas/os as/os gestoras/es foram unânimes ao afirmarem que sempre trabalham em forma de rede, ou seja, articulados a outros segmentos, pois consideram ser impossível trabalhar apenas no âmbito da própria instituição, como pode ser notado nos trechos a seguir:

A gente trabalha com o governo local, pois, dentro do movimento LGBT, a gente tem várias frentes, né? Além de trabalharmos com esta questão de mobilização pública e conscientização, a gente trabalha buscando projetos de leis pra este público, a gente tem contato com vereadores, com o legislativo o tempo todo, pra buscar espaço dentro do próprio executivo pra podermos fazer a mobilização entre todas as esferas. Neste atual governo, a gente teve um avanço muito importante, que foi a criação do Núcleo de Diversidade Sexual (NUDS) dentro da Prefeitura, dentro do executivo, o que tem aberto muito as portas para a gente poder fazer os nossos trabalhos dentro do poder público também, facilitando que o poder público apoie nossas ações. Com relação à sociedade, a gente faz mobilização que vá dar visibilidade ao movimento LGBT, é difícil chamar a atenção da sociedade em relação ao lado positivo do movimento LGBT, até porque se criou aquele estereótipo do gay promiscuo drogado, de tudo que você imaginar que a sociedade condena; daí, quando você tenta passar o lado positivo, de que gay também é gente, é difícil atingir a sociedade, e a gente tenta elaborar projetos, ações que consigam atingir a sociedade de forma prática. Por meio destas ações, a própria mídia entendeu que estava na hora de mudar o discurso sobre a questão LGBT, quando foi a primeira vez que eu vi uma reportagem em TV aberta falando da importância do movimento LGBT na região, pois a gente tinha reportagens sempre falando que a parada aconteceu e deixou lixo na rua... Qual a aglomeração de pessoas que não deixa lixo na rua? Então a gente sempre tinha esse lado negativo, a gente vem conseguindo uma visibilidade muito boa e, com o passar dos anos, a gente quer avançar este entendimento e mostrar pra sociedade o outro lado da moeda, que o LGBT é gente, que ele vive em sociedade, que é uma pessoa comum, que é uma pessoa normal, como o povo gosta de falar, e que está inserido em todos os meios sociais (Depoente T, 2015).

Nesse contexto, questionou-se se tais instituições possuem linhas ou políticas de financiamento estatal, sendo que os representantes foram unânimes ao afirmar que a principal política de financiamento vem da área da saúde nas três esferas estatais. De acordo com a fala de um dos depoentes, isso se deve ao fato de que as ONGs LGBT mais antigas nasceram junto com o movimento de combate à AIDS. Por uma questão histórica, a AIDS foi considerada uma doença gay; por isso, a maioria das ONGs LGBT se sustenta a partir de subvenções vindas da saúde, conforme pode ser verificado nos trechos abaixo:

As maiores fontes de financiamento para as questões LGBT vêm da área da saúde. Ao contrário do que muitas pessoas pensam (que estas subvenções vêm da área de direitos humanos e cultura), isso não ocorre, pois a grande contribuição financeira que consegue do poder público via editais, subvenção etc. é da área da saúde, nas três esferas de governo – municipal, estadual e federal (Depoente T, 2015).

A ONG recebe financiamento que contribui significativamente para a sua manutenção, por meio de subvenções estatais e da submissão de projetos nas áreas da saúde nas três esferas de governo (municipal estadual e federal) (Depoente U, 2015).

As/os representantes dessas instituições afirmam que a conquista de financiamentos e/ou subvenções é primordial, pois, mesmo que se tenha a boa vontade, a luta, se não há o aspecto financeiro, não se desenvolvem ações direcionadas a este grupo: “Se a gente não tiver uma verba fixa pra pagar o aluguel, energia, telefone, como a ONG vai se manter? O aspecto positivo é a sobrevivência da ONG” (Depoente U, 2015).

Ainda com relação às ONGs pesquisadas, foi verificado se há alguma forma de articulação entre instituições/ações/programas. Os representantes alegaram que, para mantê-las e obter sucesso na realização dos trabalhos realizados, é necessário que as ONGs se estruturam em redes, mas há dificuldades na integração das ações. De acordo com o depoimento de uma/m das/os entrevistadas/os, é possível entender como se dá essa articulação entre as diferentes esferas de atuação:

É necessário estabelecer associações em níveis municipal, estadual e nacional. Ao inserir nesses locais, é facilitado o acesso ao poder público, com o objetivo de adquirir direitos e ações voltadas para o grupo LGBT. Além disso, é necessário se estruturar em redes, pois as ONGs que ficam fechadas ao seu próprio trabalho estão morrendo; então, uma das coisas que a nossa ONG fez foi expandir a rede, a gente tem convênio com várias instituições e entidades. Por quê? Porque o que eu não consigo resolver aqui, a gente encaminha pra quem consegue; a gente tem convênio com a Universidade Federal de Uberlândia, com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o Conselho Regional de Psicologia, com algumas faculdades particulares. Por exemplo, a gente oferece aqui o atendimento jurídico, psicológico e social... tem casos que a gente não consegue resolver aqui, por exemplo: um LGBT que foi expulso de casa, nós não trabalhamos com uma espécie de casa passagem ou albergue LGBT, mas a gente sabe quem trabalha com isso, aí a gente encaminha para a instituição competente. Pessoa com HIV, que precisa de acompanhamento de nutricionista etc., a gente encaminha para a ONG competente. Então, é um trabalho de rede que tem que ser feito, porque senão a ONG não sobrevive... ela não dá conta de atender a complexidade da demanda que chega (Depoente T, 2015).

Não atuamos sozinhos, pois a gente executa o trabalho em rede. Nós temos grandes parceiras com várias instituições, sendo que a gente trabalha, com mais frequência, com as ONGs destinadas especificamente para o grupo LGBT (por serem significativos os indivíduos deste grupo na ONG), da mesma forma com que outras ONGs passam pacientes de lá pra cá, como quando a gente tem algumas dúvidas a gente tira com eles, principalmente no atendimento de travestis e transexuais, pois trabalhar com gays é mais tranquilo. Mas, como temos várias travestis e transexuais, então a gente tem apoio de outras ONGs que contribuem para o entendimento da diversidade de gênero e sexualidade existente na sociedade (Depoente U, 2015).

Eu trabalho sozinho no Núcleo, mas me apoio na rede criada, quem é a rede: O Centro Integrado da Mulher (CIM), quando tem uma demanda de travestis e/ou transexuais, eu recorro ao CIM, que é voltado pra esta população, por questão de gênero. Também ao Grupo SHAMA, então eu dependo quase 100% da rede pra conseguir pôr as ações em prática (Depoente V, 2015).

Pelas visitas nessas instituições e pelos dados obtidos, foi possível constatar que essas ONGs precisam se articular em redes, para facilitar e ampliar as suas possibilidades de trabalho. Sem isso, elas têm seus trabalhos restritos, em razão da complexidade de demandas que surgem. Enfim, é necessário:

Ter esta articulação com o poder público, até porque se você for falar do papel das ONGs, do grande papel do terceiro setor, é fazer o que o governo não faz; então, não acho nada mais justo que o governo subvencione o trabalho feito. Por exemplo, na questão do HIV não existe um programa nacional de prevenção dentro do público LGBT; o programa de prevenção do HIV, em âmbitos municipal, estadual e federal, atua diretamente no gueto LGBT, não vai no ponto de prostituição das travestis... quem vai lá? As ONGs [ênfase] (Depoente T, 2015).

As/os representantes também foram indagadas/os a respeito dos principais aspectos positivos da articulação entre instituições, ações e/ou programas. Detectou-se que a maior vantagem é a possibilidade de as ONGs resolverem demandas alheias às suas áreas de competência, pois, de fato, elas não conseguem atender totalmente complexidade existente. Nesse sentido, pode-se compreender a importância da interação significativa entre organizações, grupos e indivíduos vinculados às ações, além da efetivação das práticas direcionadas a esse grupo socialmente marginalizado.

Quando tais organizações se constituem em redes, elas são capazes de criar um processo de comunicação e ação de acordo com os objetivos em comum, conforme as diferentes demandas. Outros pontos positivos dizem respeito à possibilidade de estabelecer articulações com instituições que não fazem parte do terceiro setor, a exemplo das áreas da saúde e da educação que, por sua vez, lidam (in)diretamente com o público LGBT. Os principais aspectos positivos podem ser visualizados nos depoimentos a seguir:

Os pontos positivos são as possibilidades de realizar trabalhos de formação pra áreas específicas da saúde e educação, a exemplo de uma capacitação realizada pela ONG no Hospital e Maternidade Municipal de Uberlândia, a partir da reclamação de muitos casais homoafetivos que não foram respeitados como casais, pessoas trans que não tiveram a identidade de gênero respeitada. Coincidentemente, eu precisei utilizar o Hospital e Maternidade Municipal uns meses depois, e eu e meu ex-marido fomos, pois ele estava doente e precisou de cirurgia, daí sim, fomos tratados como um casal; então, logo depois eu pude comprovar, na prática, o resultado do trabalho que a gente fez lá dentro. Muita gente tem preconceito por pura falta de informação, e a capacitação é um caminho para poder tentar diminuir o preconceito contra o grupo LGBT. No que se refere aos contatos com profissionais da área de educação, foi possível perceber que há muitos professores perdidos na temática diversidade sexual e de gênero, sendo que em uma hora a gente consegue explicar e clarear a mente deles, fazendo com que eles entendam o mínimo pra conseguir lidar com aquele público. O sucesso pra combater o preconceito é conseguir entrar dentro destas áreas, principalmente nas áreas que são formadoras e/ou atendem o público LGBT (Depoente T, 2015).

Em outro momento, questionaram-se as/os representantes dessas instituições sobre as principais dificuldades da articulação entre instituições/ações/programas, conforme os depoimentos a seguir:

Uma dificuldade é ter que ficar muito preso ao poder público, justamente por precisar desta subvenção pra conseguir sobreviver com o trabalho da instituição. Então tem este problema a ser tratado, é uma questão negativa (Depoente T, 2015).

O [ponto] negativo é que você fica muito à mercê em relação ao pagamento, a possíveis atrasos. Como estas subvenções e projetos não são definitivos, quando chega o final de ano, vem aquela expectativa se vai renovar contrato ou não... dá frustração neste sentido (Depoente U, 2015).

Outra variável pesquisada diz respeito às principais ações adotadas pelas ONGs para a minimização e/ou combate aos tipos de preconceito ao grupo LGBT no município. Foi alegado por parte das/os depoentes que as organizações apostam na capacitação de pessoas que trabalham diretamente com diferentes públicos (inclusive o LGBT), sobretudo com os que atuam nas áreas da saúde e educação, em razão da necessidade de abordar a discussão dessa temática com tais profissionais. De acordo com uma/m das/os representantes:

A gente sente que eles estavam sentindo a necessidade e estavam carentes de discutir sobre isso, além de precisarem entender sobre essa temática. E depois que você faz o curso, você vê realmente que eles aplicam, colocam isso em prática; então eu vejo isso como muito positivo (DEPOENTE V, 2015).

Além dessa ação, outra/o representante de uma instituição pesquisada alegou que uma das ações tomadas para isso consiste na integração de diferentes esferas sociais e sujeitos, com o objetivo de gerar a inclusão e aceitação das diferenças, como pode ser notado neste trecho:

As ações de integração entre diversos sujeitos devem ser realizadas, pois, se o preconceito é a doença, a informação é a cura. Nesse sentido, a gente percebe que há um preconceito muito grande, a gente articula a tentativa da união da sociedade, fazendo a união do heterossexual com os indivíduos do grupo LGBT, pois, na verdade, a gente percebe que há o preconceito e, por meio da integração entre esses diferentes grupos, a gente consegue perceber que o preconceito é diminuído. Eu penso que aí está a integração entre pessoas, indiferente se é soropositivo ou soronegativo, qual é a orientação sexual... é legal que a gente percebe isso quando a gente faz trabalhos em grupos, pois as travestis participam dos grupos; aí o pessoal passa a entender e respeitar, e isso a gente tem conseguido na instituição (DEPOENTE U, 2015).

As/os representantes foram inquiridas/os sobre quais são os trabalhos bem-sucedidos no enfrentamento do preconceito e/ou da violência direcionada ao grupo LGBT no município. Elas/es destacaram que, em uma das instituições que existe há 16 anos, há um avanço nos últimos três anos, por meio da integração e mobilização com a sociedade, começando com os moradores do próprio bairro, unindo-os no atendimento e os convidando para as palestras. Além disso, foram estabelecidas parcerias com algumas empresas e se recorreu ao apoio da mídia local para esclarecer aspectos referente ao combate ao preconceito.

Por fim, as/os gestoras/es foram questionadas/os acerca das principais sugestões para aprimorar o enfrentamento do preconceito contra o grupo LGBT no município. Nessa ocasião, eles alegaram que ainda há muito a melhorar no município, como a necessidade da politização dos integrantes desse grupo, para que eles possam lutar na busca de direitos coletivos, bem como ocupar espaços de poder, como forma de visibilizar positivamente o grupo LGBT, como pode ser observado no depoimento abaixo:

Há necessidade de unir o movimento LGBT com questões partidárias, e, atualmente, o movimento LGBT começou a perder tanta força, que agora a gente vê uma nova geração que compreendeu que o movimento político-partidário é quase obrigatório, pois não se ampliam os espaços. Hoje você vê os partidos políticos organizando os seus núcleos LGBT pra fazer um candidato, pra fazer um legislador, pra fazer um candidato ser líder do poder executivo dos municípios. A gente faz festa quando vê a primeira transexual vereadora, o primeiro gay prefeito... então a gente vê que isso está acontecendo realmente e causa empoderamento ao grupo LGBT (DEPOENTE T, 2015).

As/os entrevistadas/os asseveram que há a necessidade de formar o movimento LGBT sobre os seus direitos, mas existem dificuldades para se chegar às pessoas desse grupo, por elas terem medo de se mostrar à sociedade. A formação é disponibilizada para quem tem interesse em participar do movimento LGBT, mas, muito mais do que isso, é preciso formar a sociedade em geral. Ao corroborar com esse pensamento, um dos dirigentes alega que, em todas as gestões municipais, se deve manter essa temática em discussão:

Eu aposto no trabalho de formação continuada, tanto na educação, na saúde, cultura, segurança pública e em todos os setores públicos e privados. Eu penso que esse é o caminho, pois mudar cultura é difícil; você pode implementar leis, como a gente tem conseguido ultimamente, mas, se você não mudar comportamentos, quebrar paradigmas, a gente não consegue avançar. Pode ter a lei que for, igual a lei que criminaliza o racismo - a lei existe, mas o racismo ainda não acabou; então, na verdade, o que se precisa é quebrar paradigmas (DEPOENTE V, 2015).

Em se tratando de paradigmas, uma das principais queixas, mas ao mesmo tempo uma proposta de melhoria da qualidade de vida de indivíduos deste grupo, diz respeito à elaboração de um projeto (considerado o mais difícil) que possibilite a geração de trabalho e renda para o público LGBT. Conforme as/os representantes das ONGs, seria interessante trabalhar com empresas, mas elas são bastante resistentes no que tange à inserção de indivíduos LGBT que fogem às normas heteronormativas; logo, é ainda mais difícil para o público transexual conseguir se inserir no mercado de trabalho.

No que se refere à inserção de travestis e/ou transexuais, é possível afirmar que por mais que elas queiram arranjar um emprego com rotina, horário de trabalho e carteira assinada, o preconceito fica evidente quando elas se candidatam a uma vaga (CARTA CAPITAL, 2013). De acordo com dados sobre a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, levando em consideração as pessoas cadastradas/os em uma das ONGs de Uberlândia, constata-se que:

Apenas 10% dos homossexuais cadastrados na Associação das Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro (Triângulo Trans), com sede no bairro Umuarama, zona leste de Uberlândia, o que representa 17 pessoas, têm emprego formal na cidade, segundo dados da instituição (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2011, *online*).

Segundo a Associação das Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro (Triângulo Trans), apenas 5% das travestis e transexuais de Uberlândia estão no mercado de trabalho dito *formal*. As demais, 95%, estão na prostituição (CARTA CAPITAL, 2013, *online*).

Corroborando na discussão acima, apresenta-se na figura 14, um cartaz com anúncio de emprego em uma das churrascarias da cidade estudada, por meio dele é possível entender que a sociedade, em geral, determina funções profissionais específicas a partir do sexo dos indivíduos e não pelo gênero e/ou aptidão dos mesmos. É necessário refletir se há mesmo a impossibilidade de uma pessoa exercer uma atividade profissional em razão do sexo de nascimento, ou deve-se levar em consideração a suas aptidões e talentos profissionais.

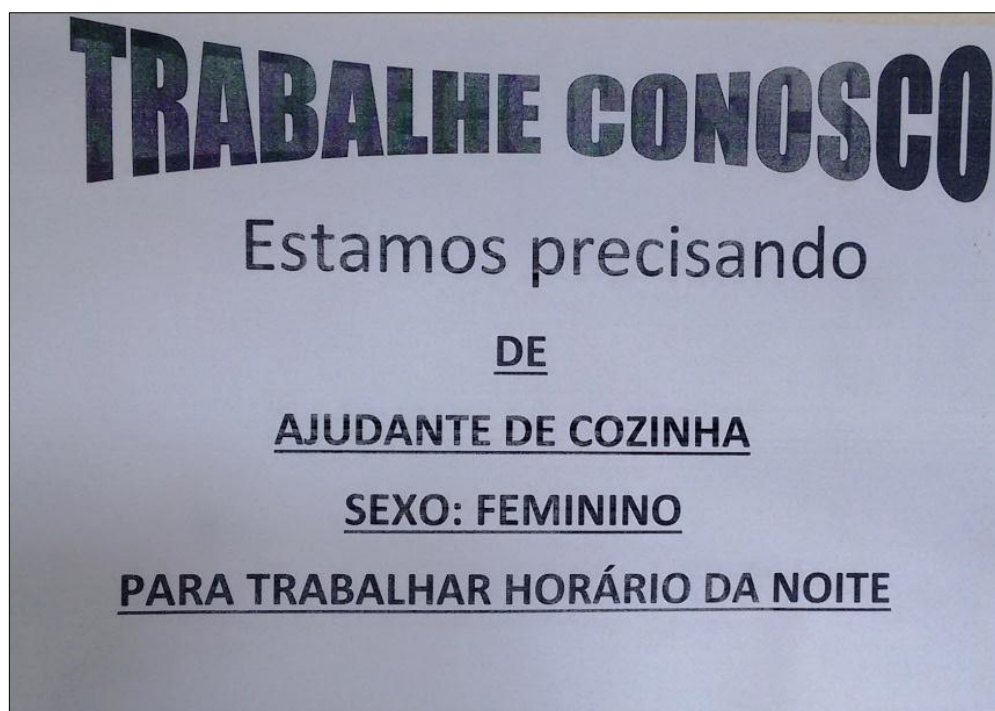


Figura 14: Uberlândia, MG: Anúncio de emprego em uma das churrascarias da cidade, 2015. Autor: FREITAS, B., 2015.

Além desta situação apresentada, apresenta-se um depoimento de uma/m das/os participantes dos eventos organizados pelas instituições de combate ao preconceito, que há a necessidade de: *“além de existir espaços para grupos LGBT, a preocupação da inserção de indivíduos, como as travestis, que têm um serviço regular perante a sociedade e não precisam se destravestilizar para executar suas funções cotidianas”* (Depoente W, 2014). Ademais, deve-se ressaltar que em razão disto, estas pessoas ocupam posições como cabelereiras, manicures, prostitutas. Defende-se que essas profissões sejam escolhas dos indivíduos e não sejam as únicas oportunidades destas pessoas.

Entretanto, em uma das ONGs existe um núcleo voltado especificamente para os interesses das pessoas transexuais, o que, de certa forma, possibilita o empoderamento político desses indivíduos. A diretoria dessa organização conta com três pessoas transexuais; logo, há diversos projetos voltados a esse grupo, sendo que ela, a longo prazo, pretende tornar esse núcleo em uma ONG voltada apenas para os interesses do público transexual, *“pois em Uberlândia, não tem nenhuma instituição que trabalha de forma efetiva, que proponha atividade do enfrentamento da transfobia”* (DEPOENTE T, 2015).

Outra proposta apresentada por uma/m das/os dirigentes para o enfrentamento do preconceito ao grupo LGBT no município de Uberlândia concerne à necessidade de ter união dentro do próprio movimento, pois o gay sofre preconceito, mas o gay afeminado, a lésbica masculinizada, a travesti ou o transexual sofre mais ainda. Dessa maneira, o grupo LGBT precisa ter um entendimento complexo sobre a diversidade, levando-a em consideração dentro do próprio grupo para fortalecê-lo, bem como seus componentes.

Uma/m das/os representantes apresenta o caso de uma frequentadora da ONG, que alegou o seguinte: *“Eu tenho um pacote de preconceitos, pois eu sou travesti, tenho AIDS, sou negra e pobre”* (DEPOENTE U, 2015). O dirigente acrescenta que fica nítido como que o preconceito da pessoa soropositiva é maior quando se trata de um integrante do grupo LGBT, o que pode ser exemplificado neste fragmento:

O preconceito com a pessoa LGBT que tem HIV é nitidamente maior [ênfase]. Um heterossexual positivo, principalmente se for mulher casada, tem menos preconceito, pois as pessoas culpabilizam os maridos, e com o homem também é a mesma coisa. Isso porque ainda tem aquela máxima de que a AIDS é vinculada ao gay, pois, até então, no início era tratada enquanto a peste gay. Certeza que o preconceito com o grupo LGBT é maior, pois a sociedade olha pro gay e pra travesti com um olhar vinculado à promiscuidade (DEPOENTE U, 2015).

A/o representante da ONG (DEPOENTE U) diz que os maiores desafios é a integração entre os diferentes indivíduos que procuram a organização. Assim, para aprimorar a minimização do preconceito, é necessário entender essas pessoas a partir da complexidade existente entre os sujeitos. Vale ressaltar que, de acordo com outro depoente, um dos desafios é entender esse grupo pela heterogeneidade, pois os grupos não são homogêneos e possuem realidades distintas. Esse representante de uma das ONGs alega que:

Dá muito mais trabalho a questão da diferença dentro do próprio movimento de diversidade, pois eu preciso entender quais são as demandas de cada um desses indivíduos pra que, quando eu fizer o trabalho da ONG, eu possa contemplar todos esses sujeitos (DEPOENTE T, 2015).

Uma das formas de alcançar tal objetivo pode ser visualizada neste fragmento de uma das entrevistas:

A gente precisa de trabalhar o entendimento da diferença dentro do movimento da diversidade, aceitar todas as demandas para tentar contemplar o máximo de pessoas e grupos possíveis, porque a gente não quer fazer só um trabalho LGBT. Por isso, a gente precisa estar no movimento negro, porque lá tem o LGBT; estar no movimento das mulheres, porque lá tem o LGBT; estar no movimento do deficiente físico, porque lá tem o LGBT. Então, a gente precisa estar em todos estes espaços, pois o movimento não é uma ilha separada, tanto que nas conferências municipais, a gente participou do máximo de conferências que a gente pôde, tais como as conferências de pessoas com deficiência física; da mulher; da igualdade racial; da saúde; da assistência social etc. A gente participou de todas as conferências, pois lá nesse movimento tem as pessoas LGBT. A gente precisa trabalhar as necessidades LGBT dentro de cada um desses grupos (DEPOENTE T, 2015).

Diante das dificuldades, é necessário reconhecer que as instituições trabalham a inclusão dos indivíduos do grupo LGBT não apenas sob a ótica de gênero, sexualidade e/ou orientação sexual, como também de acordo com as diversas variáveis que compõem esse grupo. Convém salientar a forma como tais ONGs se organizam politicamente para a elaboração e/ou as conquistas de direitos LGBT de âmbito coletivo, o que será relatado no tópico a seguir.

4.4 Reflexos das Ações das ONGs na Atuação Com o Poder Público e a Sociedade Civil na Elaboração de Normas Jurídicas

Uma ação que vem sendo realizada desde 2011 se refere à convocação e realização de conferências municipais e/ou regionais em Uberlândia, com o escopo de garantir direitos a essa parcela da população, no entanto, podem ser realizadas conferências em âmbito municipal, estadual e federal. De acordo com o Instituto Polis (2005), as conferências de políticas públicas são espaços amplos e democráticos de discussão de políticas, gestão e participação.

Nesse sentido, as conferências têm como principal característica reunir governo, sociedade jurídica e sociedade civil organizada para debater e decidir as prioridades nas políticas públicas nos anos subsequentes. Na medida em que os diversos segmentos envolvidos com o assunto em questão participam do debate promovido na conferência, pode-se estabelecer um pacto para alcançar determinadas metas e prioridades, além de abrir um espaço importante de troca de experiências entre diversas esferas da sociedade.

Vale ressaltar que, no ano de 2011, apenas 11 estados brasileiros convocaram oficialmente as etapas estaduais que antecederam a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos do grupo LGBT: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Amapá, Goiás, Acre e Bahia (INCLUSIVE, 2011).

Entre as cidades que convocaram as etapas municipais em 2011 estão apenas nove capitais – Florianópolis (SC), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Vitória (ES), Recife (PE), Fortaleza (CE), Macapá (AM) e Palmas (PA) – e somente seis cidades de interior, dentre elas, o município estudado – Serra (ES), Campina Grande (PB), Uberlândia (MG), Campinas (SP), Picos (PI) e Santo André (SP) (INCLUSIVE, 2011).

No referido ano, foi convocada a I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT de Uberlândia, por meio do Decreto n. 12.953, de 28 de julho de 2011:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT de Uberlândia, com o tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT”.

Art. 3º A I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, em conformidade com a orientação da Conferência Nacional, terá os seguintes objetivos: I - avaliar e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação e à promoção dos direitos humanos e cidadania da população de LGBT; II - avaliar a implementação e execução de um Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e propor estratégias para o seu fortalecimento; III - propor diretrizes para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza e à discriminação da população LGBT (SHAMA, 2011).

Por meio desse decreto da Prefeitura de Uberlândia, ocorreu no dia 26 de agosto de 2011 a I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O evento, teve como tema “Por um país livre de pobreza e de discriminação: promovendo a cidadania LGBT”. Participaram da comissão organizadora os representantes dos poderes executivo e legislativo, da Secretaria Social de Desenvolvimento Social (SEDESE), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Militar, das organizações locais de LGBT e da sociedade civil (PORTAL UBERLÂNDIA, 2011).

Na conferência, foram extraídas as propostas e eleitos as/os delegadas/os municipais que representaram o município na etapa estadual, em outubro daquele ano, em Belo Horizonte. Todas as sugestões foram encaminhadas para a Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, que foi realizada entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, em Brasília (PORTAL UBERLÂNDIA, 2011). Nesse sentido, seguem as propostas aprovadas durante a 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT de Uberlândia (26 de agosto de 2011), convocada pelo Decreto Municipal n. 12.953, de 28 de julho de 2011:

- 1 - Incentivar e viabilizar a criação do Centro de Referência em Direitos Humanos LGBT, em Parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, o poder público municipal, a Universidade Federal de Uberlândia e os movimentos sociais LGBT.
- 2 - A criação do Disque Denúncia Municipal por Violação aos Direitos Humanos.
- 3 - Desenvolver projetos de capacitação e sensibilização em direitos humanos LGBT, com ênfase na identidade de gênero, homofobia e transfobia nos níveis municipal, estadual e federal, para dirigentes professores e outros servidores das redes de ensino.
- 4 - Oficializar através de Lei o Dia Municipal do Orgulho Gay (28 de Junho), o da Visibilidade Trans (29 de Janeiro), o da Visibilidade Lésbica (29 de agosto), e o do Combate a Homofobia (17 de Maio), na cidade de Uberlândia, inserindo as referidas datas no calendário oficial do município.
- 5 - Que o poder público municipal viabilize, promova e incentive eventos LGBT, destinando anualmente, recursos aos mesmos, nas áreas de educação, artes, saúde, direitos humanos, meio ambiente, segurança pública, e mostras culturais das identidades LGBT.
- 6 - Criação de Lei Municipal que penalize atos discriminatórios por orientação sexual e identidade de gênero. E que o texto da Lei contemple o desenvolvimento de campanhas que sensibilizem a população frente à temática, tendo como referência a Lei Estadual 14.170/2002.
- 7 - Incentivar e proporcionar cursos de capacitação em direitos humanos voltados para o público LGBT, visando a participação política e o exercício do controle social.
- 8 - Promover debates sobre a questão da prostituição na esfera municipal, visando a sua regulamentação e a diminuição da vulnerabilidade das travestis e transexuais que trabalham nas ruas.
- 9 - Capacitar os organismos de defesa social quanto à utilização do nome social e o atendimento humanizado da população LGBT.
- 10- Promover campanhas educativas visando à capacitação e sensibilização sobre a dependência química na população LGBT, junto às comunidades terapêuticas, aos Centros de Atenção Psicossociais em Álcool e outras Drogas, e demais entidades.
- 11- Criação de um núcleo municipal responsável pela articulação da política e demandas LGBT entre as secretarias municipais, fundações, autarquias, contratadas e prestadoras de serviços, estabelecendo um canal de comunicação direto com os movimentos sociais.
- 12 - Criação de um Decreto Municipal regulamentando o uso do nome social nas escolas, a exemplo do que já acontece em outros municípios.
- 13 - Promover anualmente seminários através da Secretaria Municipal de Saúde para divulgação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
- 14 - Promoção de Fóruns anuais através das Secretarias Municipal e Estadual de Educação, para a discussão da homofobia e transfobia nas escolas, amparadas nas diretrizes de Governo expressas no Programa Brasil sem Homofobia, que foi coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e que atualmente compõe o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3).
- 15 - Abertura Anual de editais públicos priorizando a temática LGBT, pela Secretaria Municipal de Cultura, para a produção e realização de filmes, documentários, exposições fotográficas e outras manifestações culturais e artísticas.
- 16 - Construir estratégias para a inserção de indivíduos, casais e famílias LGBT, nos programas sociais, garantindo principalmente os que estão em situação de maior vulnerabilidade social.
- 17 - Construir, fortalecer e ampliar estratégias em parceria com a Secretaria Municipal de Defesa Social, Polícia Militar, CEVIO (UFU), entre outros, para incrementar e divulgar as ações de resolução não violenta de conflitos.
- 18 - Desenvolver projetos de capacitação e sensibilização em direitos humanos LGBT, com ênfase na identidade de gênero, homofobia e transfobia em todos os níveis das administrações municipal, estadual e federal.
- 19 - Garantir a realização de conferência municipal LGBT, sempre que a Conferência Nacional for convocada.
- 20 - Abertura de editais públicos para a realização de ações em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Direitos Humanos, considerando os recursos financeiros do Município.

Quadro 1: Uberlândia, MG: Propostas aprovadas durante a I Conferência municipal de políticas públicas e direitos humanos de LGBT de Uberlândia, 2011.

Fonte: Disponibilizado por organizadores da Conferência, 2011. Org.: FREITAS, B., 2015.

No caso de Uberlândia, quando se realizou a primeira conferência em 2011, foram aprovadas 20 propostas (apresentadas acima). Dessas 20 propostas, apenas cinco foram executadas completamente (propostas 3, 11, 13, 18 e 19) e outras cinco, parcialmente (propostas 1, 4, 9, 10 e 17) – ainda assim, deve-se considerar que Uberlândia foi a cidade que teve a maior de propostas colocadas em prática. Por mais que tenha esse saldo negativo em relação às propostas, as que foram realizadas se constituem em uma forma de fortalecimento muito grande do movimento LGBT, principalmente no controle social do poder público.

Por meio de entrevista realizada com um dos representantes de ONGs, o inquirido foi questionado sobre a importância das conferências LGBT para Uberlândia, que entende que:

Estas conferências são muito importantes, sim. Assim como a parada, elas dão uma visibilidade, elas são reconhecidas pelo governo. Mesmo que se implantem ou implementem poucas propostas, a visibilidade que dá aos gestores de que o movimento não está solto, mas está organizado, está atuante e vai cobrar ações por parte do poder público (DEPOENTE V, 2015).

É perceptível que o município de Uberlândia tem ampliado a sua rede de atuação, pois vem realizando conferências LGBT em âmbito regional. Um dos representantes de instituições LGBT alega que o motivo de a conferência ser regional se deve ao plano do governo do estado: como houve uma solicitação do governo de Minas para que isso ocorresse, até para ampliar aos municípios onde não tem movimento organizado, eles passaram a ter suas falas, suas representações, a exemplo das cidades que integram o Triângulo Norte, onde se situa Uberlândia. Dessa maneira, foi possível escolher um número maior de delegados para a conferência estadual e, posteriormente, para a nacional.

Um exemplo disso é a idealização da I Conferência Regional de Políticas Públicas e Direitos Humanos da Pessoa LGBT de Uberlândia e Região³¹, autorizada por meio do Decreto n. 15.993, de 9 de setembro de 2015:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Regional de Políticas Públicas e dos Direitos Humanos da Pessoa LGBT de Uberlândia e Região, a ser realizada no dia 19 de setembro de 2015, sob a coordenação da Comissão de Organização. Art. 2º Integram a I Conferência Regional de Políticas Públicas e dos Direitos Humanos da Pessoa LGBT de Uberlândia e Região, os Municípios do Estado de Minas Gerais, que compõem a região do Triângulo Norte, obedecendo a divisão territorial dos Fóruns Regionais de Minas Gerais. Art. 3º A I Conferência Regional de Políticas Públicas e dos Direitos Humanos da Pessoa LGBT de Uberlândia e Região é etapa integrante da III Conferência Nacional de Políticas Públicas e dos Direitos Humanos da Pessoa LGBT e terá como tema central “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, cujos eixos de discussão serão: I – políticas intersetoriais, pacto federativo, participação social e sistema nacional de promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a população LGBT; II – educação, cultura, e comunicação em direitos humanos; III – segurança pública e sistemas de justiça na promoção e defesa dos direitos humanos da população LGBT; IV – marcos jurídicos e normativos para o enfrentamento à violência contra a população LGBT. Parágrafo único. A I Conferência Regional terá como objetivo, proporcionar a reflexão e a discussão sobre o protagonismo e o empoderamento e as consequências nas transformações sociais, como estratégia na garantia dos direitos da pessoa LGBT (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, 2015).

A referida conferência ocorreu com o objetivo de debater propostas e estratégias na composição de diretrizes para as políticas voltadas ao público LGBT. Diante disso, o poder público regional e as instituições jurídicas, juntamente com a sociedade civil, promoveram no dia 19 de setembro de 2015 a I Conferência Regional de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Pessoa LGBT. O evento contou com participantes de inúmeras cidades da região (conforme a figura subsequente), conseguindo uma abrangência regional, se considerar que muitas dessas cidades não possuem nenhuma legislação e/ou ação específica direcionada à minimização do preconceito a esse grupo social (PORTAL UBERLÂNDIA, 2015).

³¹ A Conferência em Uberlândia foi uma etapa da III Conferência Nacional de Políticas Públicas e dos Direitos Humanos da Pessoa LGBT. Em âmbito nacional, o objetivo é proporcionar reflexões e discussões sobre o protagonismo e o empoderamento, além de suas consequências nas transformações sociais, como estratégia na garantia dos direitos da pessoa LGBT.



Figura 15: Uberlândia, MG: Participantes de diversas cidades na I Conferência Regional de Políticas Públicas e Direitos Humanos da Pessoa LGBT de Uberlândia e Região, 2015.

Autor: FREITAS, B., 2015.

O tema escolhido pelas/os organizadoras/es da referida conferência regional foi “Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”. A conferência, promovida pela Prefeitura de Uberlândia por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e do NUDS, teve ainda a parceria da Associação Homossexual de Ajuda Mútua (SHAMA) e da UFU (PORTAL UBERLÂNDIA, 2015).

As discussões abrangeram quatro eixos temáticos, com o intuito de elaborar propostas condizentes a cada um. O primeiro abordou Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT; no segundo eixo, os debates foram sobre Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos; já o terceiro abrangeu Segurança Pública e Sistema de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT; e o quarto focou Marcos Jurídicos e Normativos para o Enfrentamento à Violência contra a População LGBT. Na sequência, apresentam-se as propostas aprovadas durante a referida conferência:

1. Criar o Conselho Estadual de Políticas para a Pessoa LGBT, bem como o fundo estadual de LGBT.
2. Criar leis estaduais que garantam o uso do nome social em instituições e serviços públicos.
3. Criar Centros de Referência Regionais Multidisciplinares para o atendimento às demandas da pessoa LGBT.
4. Capacitar servidores públicos para o atendimento à população LGBT, e o movimento LGBT para o enfrentamento de suas temáticas.
5. Implantar o Processo Transexualizador por meio do credenciamento de serviços especializados, em nível ambulatorial e hospitalar, no Estado de Minas Gerais.
6. Criar políticas públicas contra o genocídio da população negra e/ou pobre LGBT, e decretar o fim da lei dos autos de resistência, como garantia de apuração jurídica.

Quadro 2: Uberlândia, MG: Propostas aprovadas no Eixo 01: Políticas Intersetoriais; Pacto Federativo; Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT, 2015.

Fonte: Disponibilizado por organizadores da Conferência, 2015. Org.: FREITAS, B., 2015.

- 1 - Promover campanha institucional, ampliando a divulgação do decreto estadual número 8496/2011 SEPLAG/SEDESE para abranger todas as instâncias municipais, estaduais e federais, para que se estabeleça o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais, respeitando a identidade de gênero.
- 2 - Promover a formação continuada das/os servidoras (es) públicos em todos os níveis de governo em relação à diversidade sexual e identidade de gênero, criando e divulgando material informativo com a participação da sociedade civil, para esses servidores e sociedade em geral, sobre os principais conceitos da diversidade sexual capacitando a sociedade civil e gestores, administradores direta e indiretamente, como os comandos da polícia militar, bombeiros e defensores públicos.
- 3 - Possibilitar o recebimento de denúncias pessoais de discriminação LGBTfóbica e buscar alternativas para o acompanhamento integral, pelo fortalecimento da Defensoria Pública por meio de parcerias com universidades, articulando os órgãos de defesa de direitos humanos LGBT para apoio integral em caso violência e discriminação, garantindo abrigo específico a vítimas e pessoas sob ameaça de agressão LGBTfóbica, bem como atendimento 24 horas, 7 dias por semana, garantindo a reinclusão social.
- 4 - Promover a sensibilização e a formação continuada das(os) gestoras(es) das diretorias regionais de ensino, técnicas(os) da Secretaria da Educação e gestoras(es) das Unidades Escolares (discentes e diretoras(es), coordenadoras(es) pedagógicas, professores (as) e funcionárias(os), introduzindo a temática da diversidade sexual e de gênero no sistema educacional envolvendo a comunidade e família, na discussão sobre diversidade sexual a partir do resgate da escola como espaço público, dentro da perspectiva dos direitos humanos, valorizando as diferenças e colaborando para a prevenção e a eliminação da violência sexista e LGBTfóbica nas escolas.
- 5 - Criar um comitê técnico tripartite gestoras(es), professoras(es) e pesquisadoras(es) que atuam na temática da diversidade sexual e movimento social LGBT para monitoramento, avaliação e acompanhamento das ações adotadas para fomentar a produção de conhecimento e para o combate à violência e a discriminação LGBTfóbica.
- 6 - Criação de oficinas voltadas para capacitar grupos e artistas LGBT para elaboração e gestão de projetos culturais e captação de recursos junto às Leis de Incentivo à Cultura, promovendo a identificação e divulgação desses artistas, incluindo-os nas ações do projeto "Oficinas Culturais", estimulando o recorte voltado à diversidade sexual nos editais e chamamentos públicos do programa, criando a possibilidade de incubar projetos de visibilidade e da cultura da população LGBT.

Quadro 3: Uberlândia, MG: Propostas aprovadas no Eixo 02: Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos, 2015.

Fonte: Disponibilizado por organizadores da conferência, 2015. Org.: FREITAS, B., 2015.

1. Criminalização da discriminação em relação a orientação sexual e identidade de gênero como qualificadora de crime de injúria, sendo revista em 10 anos e com multa revertida para Fundo LGBT e/ou instituições LGBT locais. (Aprovada)
2. Fiscalização e efetivação do direito a cela especial para população LGBT, assim como a garantia da integridade física dessas pessoas e acesso a terapia de hormonização. (Aprovada)
3. Desmilitarização da polícia: formação adequada aos policiais e agentes penitenciários, bem como dos profissionais de Justiça. (Aprovada)
4. Criação de um programa similar ao transcidadania, assim como de projetos para a empregabilidade e geração de renda, como a inclusão do nome social na carteira de trabalho. (Aprovada)
5. Aprovação pelo STF do processo número XX/XXX que trata da alteração do nome registral de pessoas trans.
6. Fiscalização do atendimento das mulheres trans e travestis na Delegacia de Mulheres e utilização do nome social nos boletins de ocorrência em todas as Delegacias, conforme a Lei XX/XXXX

Quadro 4: Uberlândia, MG: Propostas aprovadas no Eixo 03: Segurança Pública e Sistema de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT, 2015.

Fonte: Disponibilizado por organizadores da conferência, 2015. Org.: FREITAS, B., 2015.

1. Modificação da Lei da Estadual 14170/2007, que proíbe a discriminação em locais privados de acesso público, revertendo o valor da multa aplicada as instituições de apoio a comunidade LGBT local.
2. Aprovação da Lei João Nery - Lei 5002/2013 (Aprovada)
3. Revogação do inciso IV art 64, da Portaria 2712/2013 do Ministério da Saúde, suprimindo o inciso que proíbe a doação de sangue por homens que tiveram relações sexuais com outros homens nos últimos 12 meses.
4. Normatização efetiva do crime de homofobia - Crimes de identidade de gêneros e orientação sexual.
5. Reservar as pessoas travestis e transexuais, devidamente cadastradas no Registro de Identificação Social, 5% das vagas oferecidas em universidades e nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
6. Reservas de 10% de vagas para a comunidade LGBT no Congresso Nacional e na candidatura nos partidos políticos, fazendo assim uma modificação na Lei Federal já existente e garantindo o uso do nome social e respeito à identidade de gênero.

Quadro 5: Uberlândia, MG: Propostas aprovadas no Eixo 04: Marcos Jurídicos e Normativos para o Enfrentamento à Violência Contra a População LGBT, 2015.

Fonte: Disponibilizado por organizadores da conferência, 2015. Org.: FREITAS, B., 2015.

Convém salientar que essas propostas foram encaminhadas para a conferência estadual. Pela participação enquanto delegado dessa conferência e de observações realizadas por meio dos debates ocorridos foi possível analisar que tais eventos funcionam como espaços democráticos relacionados ao apontamento de diretrizes para políticas que atendam à população LGBT.

Uma/m das/os representantes das ONGs pondera que essa conferência contou com 130 delegadas/os de 10 cidades da região do Triângulo Norte, que é composta por 30 municípios – dessas/es 130 representantes, foram encaminhados 35 para a 3ª Conferência Estadual realizada em Belo Horizonte, MG. O presidente da ONG acredita ter aumentado a representatividade dentro do próprio movimento LGBT, pois as/os delegadas/os vão defender propostas a nível estadual e nacional, para contemplar justamente a necessidade da nossa região. Considera-se uma das principais propostas aprovadas, que pode contribuir para o grupo LGBT, diz respeito à criação do Centro de Referência Regional:

Uma das mais importantes que a gente está vendo atualmente é a criação do Centro de Referência Regional, pois a gente precisa de um centro de referência LGBT, que seja um local de apoio ao LGBT em situações de abandono, situação de rua e quando são expulsos de casa. É um local de atendimento na área de segurança pública, na área de saúde e educação... a gente precisa deste centro de referência urgentemente e é uma proposta que passou, e é uma nova proposta que o governo estadual, com a criação da Secretaria de Direitos Humanos, está muito empenhado em colocar em prática. Então, eu acredito que a gente vai ter muitos avanços próximos, por isso a gente ainda continua lutando e fazendo a nossa obrigação social. A importância das conferências é muito grande em todos os níveis para que a gente consiga chegar no cumprimento das propostas dentro das necessidades locais (DEPOENTE T, 2015).

Pode-se afirmar que as conferências são essenciais, uma vez que elas possibilitam o diálogo entre poder público, ONGs, universidades, sociedade jurídica e sociedade civil que contribuem para o bom desenvolvimento do município. Elas se constituem em um momento de discussão, debate e criação de propostas em prol de políticas públicas para as minorias, a exemplo do grupo LGBT; em espaços de consulta popular para que a sociedade colabore na construção de políticas públicas voltadas à melhoria de sua cidadania; e em uma luta que visa garantir direitos às minorias.

Os principais projetos de lei e/ou ações foram criados(as) por meio das articulações do movimento organizado no município. Dentre as políticas públicas de Uberlândia, deve-se citar o Projeto de Lei (PL) de 28 de janeiro de 2013 (Anexo B), que tem por objetivo assegurar às(aos) travestis e transexuais o direito ao uso do nome social em instituições de ensino públicas e privadas da referida cidade, conforme o Art. 1º: “fica assegurado aos travestis e transexuais a utilização, mediante requerimento, a inclusão do nome social nos registros escolares internos de Instituições de Ensino Públicas e Privadas” (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2013).

Nesse PL, entende-se nome social enquanto “a forma pela qual as pessoas travestis e transexuais se reconhecem, são identificadas e denominadas pela comunidade e em sua inserção social” (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2013). Para a utilização do nome social por menores de 18 anos, estas/es deveriam estar acompanhadas/os de autorização, por escrito, dos pais ou responsáveis. Ele também propunha a capacitação dos servidores, que já vem sendo realizada por parte da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com universidades e escolas municipais.

Cumprido destacar que o referido PL foi apresentado à Câmara de Vereadores para que todas as instituições, órgãos e organizações da cidade adiram à política de uso do nome social de travestis e transexuais. Entretanto, o projeto foi protocolado, retirado da Casa e está parado há dois anos, sem previsão de ser apreciado pelo poder legislativo.

O chefe do NUDS alega que esse PL não foi aprovado pelas seguintes questões: “A transfobia e os preconceitos são grandes, além de termos uma bancada muito conservadora. Mas nós que estamos na linha de frente nessa luta, não vamos desistir e não nos falta vontade para garantir os direitos dos transexuais e travestis” (Portal G1, 2015b).

Ainda com as possíveis dificuldades que poderão ser encontradas, deve-se reconhecer que essa iniciativa, por parte do poder público municipal, contribui para o avanço na aquisição de direitos humanos no município estudado, uma vez que compreende as especificidades desses indivíduos (travestis e transexuais), no que se refere às próprias questões relacionadas à identidade de gênero e sexualidade. Tal iniciativa é um dos primeiros passos que asseguram os direitos desses sujeitos, sendo que na maioria das vezes se expressam de acordo com as imposições heteronormativas impostas pela sociedade.

Pode-se citar um PL que foi aprovado em Uberlândia e que pode ser considerado uma política afirmativa que contribuirá com mudanças de concepção da sociedade. Ele diz respeito à Lei n. 11.333, de 27 de março de 2013, que institui no calendário oficial de Uberlândia o dia municipal de conscientização à homofobia, conforme o Art. 1º: “Fica incluído, no calendário do Município de Uberlândia o Dia Municipal de conscientização à homofobia, a ser comemorado anualmente no dia 17 de maio” (PMU, 2013a).

Por meio de experiências vivenciadas, no âmbito profissional, em escolas municipais de Uberlândia, constata-se uma invisibilidade na comemoração dessa data no ambiente escolar. Há, de fato, uma resistência da maioria da estrutura organizacional escolar em trabalhar temáticas vinculadas a gênero, orientação sexual e/ou sexualidade – no que tange a essa data, inclusive, não foi realizada nenhuma atividade ou sequer ela foi lembrada, ao contrário do que acontece em outras comemorações, a exemplo do Dia do Índio, do Dia da Água e do Dia da Árvore. Vale ressaltar que não se desconsidera a importância de trabalhar essas temáticas, mas há a necessidade da estrutura educacional trabalhar variadas temáticas e não priorizar umas em detrimento de outras.

A abordagem de temáticas como gênero, sexualidades, violências e religiosidades talvez seja um dos aspectos que mais cria desconforto às/aos professoras/es, fazendo com que elas/es não discutam manifestações sexuais, descobertas corporais, violência sexual, aborto, diversidades sexuais, gravidez na adolescência, violência contra a mulher e visíveis marcas sociais desses atos. Muitas vezes se criam discursos de moralidade pautados em princípios religiosos e dogmáticos, esquecendo que o Estado “teoricamente” é laico. Sendo assim, ressalta-se que é impossível separar a escola dessa discussão, uma vez que o cotidiano escolar se configura num espaço sexualizado e generificado.

Em contrapartida, como forma de resistência, o movimento LGBT de Uberlândia, coordenado pela Shama e pelo NUDS da Prefeitura de Uberlândia, realizou no dia 17 de maio de 2015 um ato público contra a homolebobitansfobia, na Praça Sérgio Pacheco, com o seguinte objetivo:

Queremos denunciar, além dos crimes cometidos no Brasil, a carência de políticas públicas voltadas para a população LGBT, o comportamento leniente do Congresso Nacional que insiste em engavetar os projetos de lei que criminalizam a homotransfobia como já faz contra o racismo e a violência contra a mulher, e também exigimos despatologização das identidades trans e travestis nos mesmos moldes da homossexualidade (SHAMA, 2015b).

Outro aparato legislativo que contribui para a minimização do preconceito em Uberlândia diz respeito à Lei Municipal n. 11.357, de 30 de abril de 2013 que, em seu Art. 132 e 133, possibilitou a criação do NUDS:

Art. 132 O Núcleo de Diversidade Sexual tem por finalidade desenvolver ações sociais de inclusão e proteção à cidadania e contra a discriminação do grupo social de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais que vivem e convivem no Município de Uberlândia, defendendo os artigos 5º da Constituição Federal e 3º da Declaração Universal de Direitos Humanos, segundo os quais todos são iguais perante a lei e toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Art. 133 Ao Chefe de Diversidade Sexual compete: I - referenciar a administração Pública em questões LGBT; II - organizar ações de inclusão e de respeito no que se refere à Diversidade Sexual; III - acompanhar processos que envolvam ações afirmativas destinadas ao público atendido pelo Município de Uberlândia; IV - orientar a Rede de Serviços socioassistenciais sobre questões que envolvem temáticas específicas deste Núcleo; V - desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência (PMU, 2013b).

É possível afirmar que, por meio de luta das ONGs associadas à sociedade civil, às universidades e ao poder público municipal, houve a criação do NUDS em 2013, mais uma das 20 propostas aprovadas na Conferência Municipal LGBT de 2011. O referido núcleo tenciona desenvolver ações sociais de inclusão e proteção à cidadania e contra a discriminação e violência homofóbica a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na cidade. De acordo com representantes do poder público municipal, a criação desse órgão se constitui em um momento importante para a história de Uberlândia:

Esse é um marco histórico, reconhecer a importância de se valorizar e respeitar a diversidade sexual. O núcleo vem para ser uma referência, principalmente para as ações afirmativas de inclusão dessas pessoas que muitas vezes são discriminadas na sociedade por sua orientação sexual, vítimas de violência. O grande avanço é reconhecer isso enquanto uma necessidade e que essas pessoas se sintam representadas em mais uma ação afirmativa do governo”, disse o secretário municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho. Uberlândia tem avançado na questão e pode ser uma vitrine para outras cidades da região. Teremos a função de trazer a problemática” disse o chefe do Núcleo de Diversidade Sexual (PORTAL UBERLÂNDIA, 2013).

Convém salientar que por meio da implantação do NUDS, a cidade foi beneficiada, no que diz respeito à elaboração e desenvolvimento de ações sociais de inclusão e proteção à cidadania e contra a discriminação e violência por questões de gênero e sexualidade. Pode-se afirmar que os avanços foram poucos (mas significativos) na cidade estudada, pois instituições como esta colaboram com novas formas de criar proteção a essa população vulnerável. Por meio de entrevista realizada diretamente com a/o representante do referido órgão, nota-se como este é estruturado e executa suas ações.

De acordo com dados obtidos durante a entrevista, é notável que o NUDS está ligado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho (SDST), constituindo-se em equipamento dessa secretaria. Não possui linha de financiamento, pois funciona diretamente com recursos da SDST.

Foi alegado, ainda, que o núcleo entra no programa de governo do atual prefeito (Gilmar Machado), a partir de uma articulação realizada no período das eleições municipais de 2012, quando o movimento organizado conversou com todos os candidatos a prefeito de Uberlândia, solicitando que as propostas aprovadas na 1ª conferência municipal fossem colocadas no plano de governo de cada candidato. Desse modo, vista-se ampliar a área de atuação do NUDS, como pode ser verificado no depoimento a seguir:

Acredito que ao longo do tempo o NUDS vai fortalecer. A intenção é que ele vire muito mais que um núcleo, e sim uma Superintendência da Diversidade Sexual, que assim ele teria mais forma, mas que ele tenha um equipamento, que possa oferecer assistência jurídica, psicológica, social. Mas, na atualidade, em razão de ele estar dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, ele acaba tendo mais função assistencialista de cadastrar as pessoas LGBT no Programa Bolsa Família, no Minha Casa Minha Vida, ou alguma necessidade emergencial no âmbito social. Como a gente não tem essa demanda, a gente busca outras que a gente acha pertinente e importante, que são essas com o movimento social, as articulações com o legislativo, pra questão de fomentar e apresentar projetos de lei pra esta comunidade, apoiar os grandes eventos LGBT da cidade, como a conferência que foi chamada pelo núcleo, por meio da secretaria, que o prefeito validou. No entanto, o núcleo dá um caráter político mais forte para o movimento LGBT (DEPOENTE V, 2015).

Nesse contexto, A/o representante do núcleo afirma que, por meio do trabalho em rede, tal órgão é uma referência para todas as secretarias e autarquias da Prefeitura de Uberlândia pois a questão LGBT na Prefeitura é tratada no NUDS. Têm sido realizados alguns trabalhos com outras secretarias da Prefeitura, como a de Saúde, para fazer um trabalho de humanização no que tange ao atendimento a indivíduos do grupo LGBT, como o acolhimento com os servidores do Hospital e Maternidade Municipal de Uberlândia, para que entendam as particularidades desse grupo na hora do atendimento. Tal órgão pretende fazer isso nas escolas e já possui parcerias com a Secretaria Municipal de Educação e com a Superintendência Estadual de Educação. Na sequência, apresentam-se as principais atuações práticas dessas instituições.

4.5 Atuações Práticas Direcionadas à População LGBT Por Meio da Existência das ONGs

Como reflexo das ações de negação das práticas relacionadas à sexualidade, há o depoimento fornecido por uma/m das/os frequentadoras/es, quando foi questionado sobre como ele percebia a aceitação da população de Uberlândia, em relação ao grupo LGBT. A/o participante de um dos eventos organizados por uma dessas ONGs destaca que:

O pessoal de Uberlândia vive em uma falsa ideia de aceitação e não está preocupado em aceitar a diversidade. Eu penso que, sobre esse assunto, as pessoas têm um discurso que não têm preconceito, mas, na realidade e na prática, é diferente, pois as pessoas sempre têm algum tipo de preconceito, inclusive os gays entre os gays (Depoente W, 2014).

Nesses termos, a atuação das ONGs direcionadas aos interesses dos grupos LGBT contribui com a forma com que o poder público municipal atua na elaboração de políticas afirmativas (Quadros 2, 3, 4 e 5), que dizem respeito às tentativas de minimização desse tipo de preconceito acarretado a esses sujeitos socialmente marginalizados, por questões relacionadas à sexualidade e de gênero. As ações adotadas por esse poder contribuem (e tendem a contribuir) diretamente para a mudança de postura das pessoas, no que tange à minimização de preconceito. A partir disso, apresentar-se-ão as principais ações e conquistas obtidas das organizações que trabalham juntamente com o poder público e as universidades.

Uma das ações práticas diz respeito à realização de Paradas do Orgulho LGBT, as quais foram estudadas no período de execução desta pesquisa. Em razão da importância da realização deste evento, as ONGs, juntamente com articulações e lutas com o poder público municipal, conseguiram aprovar a Lei Municipal n. 12.339, de 21 de dezembro de 2015 que inclui no calendário oficial de datas e eventos do município de Uberlândia a “parada do orgulho LGBT”:

Art. 1º Fica incluído no calendário oficial de datas e eventos do Município de Uberlândia a “PARADA DO ORGULHO LGBT”, a ser realizada, anualmente, no terceiro domingo do mês de setembro.

Art. 2º A data comemorativa instituída por esta Lei integrará o calendário oficial de festividades do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (PMU, 2015).

Por meio de entrevista realizada diretamente com uma/m das/os organizadoras/es das Paradas do Orgulho LGBT no município estudado, é possível refletir sobre este acontecimento político. De acordo com uma/m das/os organizadoras/es, alegou-se a relevância das paradas:

Muita gente vê as paradas como um momento festivo, e isso é real; a gente não está ali pra chorar, nem pra ficar lamentando os problemas que a gente passa: a homofobia, a transfobia... A gente está ali pra de uma forma festiva, levar o nosso grito de protesto, as nossas reivindicações de forma muito alegre, né? Então, eu acredito que as paradas devem continuar por um bom tempo ainda, há quem diga que vai chegar um momento em que as paradas vão acabar, mas é inegável que as paradas se constituem em um momento de grande visibilidade para o movimento LGBT, isso eu não tenho dúvida (DEPOENTE V, 2015).

Por meio de diálogos tecidos com esta/e depoente, a/o mesma/o afirmou que vê uma mudança brusca nas paradas atuais, se comparado às primeiras Paradas do Orgulho LGBT realizadas, pois essas tinha um caráter de espetáculo e as atuais além de trazer uma discussão mais politizada das reais necessidades do LGBT na sociedade contemporânea, também conta com atrações e público que estão mais envolvidos com às questões de interesse do grupo LGBT.

Por meio de observações realizadas na 13ª Parada do Orgulho LGBT de 2014, foi possível constatar que milhares de pessoas de Uberlândia e região se reuniram no domingo (19 de outubro) durante a concentração e a caminhada desde a Praça Clarimundo Carneiro até a Praça Sérgio Pacheco, conforme podem ser visualizadas nas figuras subsequentes.



Figura 16: Uberlândia, MG: Concentração de pessoas nas proximidades do palco de shows da 13ª Parada do Orgulho LGBT, 2014. Autor: FREITAS, B., 2014.



Figura 17: Uberlândia, MG: Concentração de pessoas na Praça Clarimundo Carneiro durante a realização da 13ª Parada do Orgulho LGBT, 2014. Autor: FREITAS, B., 2014.

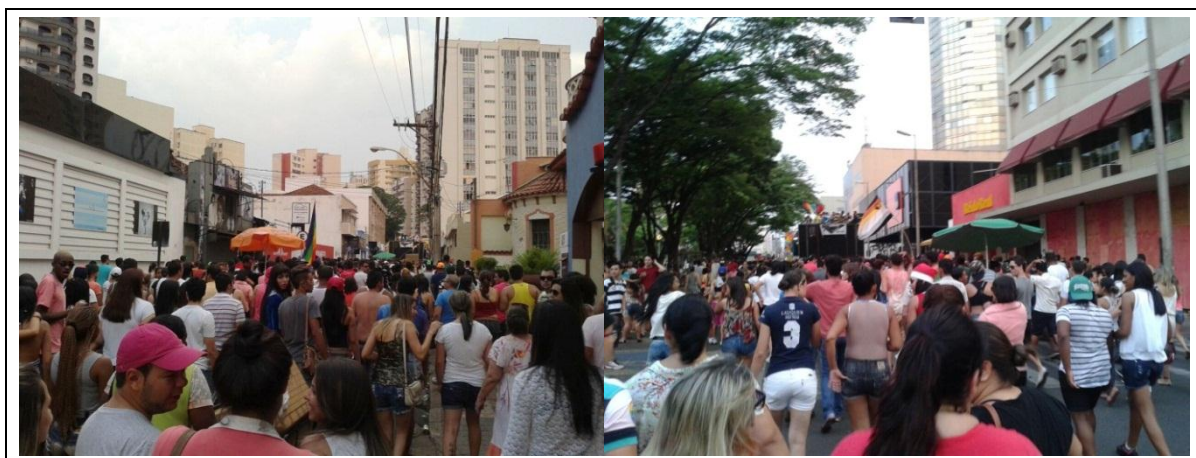


Figura 18: Uberlândia, MG: Pessoas caminhando durante a 13ª Parada do Orgulho LGBT, 2014. Autor: FREITAS, B., 2014.

Este evento contou com um público em torno de 30 mil participantes. Mas naquele ano, lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes souberam, como nunca, unir a alegria própria da diversidade sexual com consciência política. Houve aspectos positivos, além de denúncias veementes de assassinatos, discriminações e violências ocorridas em Uberlândia e região desde o ano passado contra a comunidade LGBT (SHAMA, 2014).

Organizada pela Shama, a parada teve importantes e inéditas parcerias para a sua realização, dentre elas a Prefeitura de Uberlândia, a OAB, a Faculdade Pitágoras e o Ministério da Saúde, como pode ser verificado neste depoimento de Edmar Sierota, atual presidente do Grupo Shama:

Cada vez mais compreendemos o que significa realizar o maior evento político-cultural da cidade. Significa que precisamos ter os nossos direitos instituídos e reconhecidos, pois estamos expostos ao preconceito de ordem sexual, gênero, religioso, familiar e policial o tempo todo, e precisamos dar um basta a isso (SHAMA, 2014).

Durante a 13ª Parada do Orgulho Gay, foi elaborado um abaixo-assinado para que o diretor do Hospital de Clínicas da UFU liberasse o credenciamento do processo transexualizador. Ao participar da coleta de assinaturas diretamente no evento, foi possível observar o envolvimento dos participantes para que o município de Uberlândia, juntamente com o Hospital de Clínicas da UFU, realize o procedimento cirúrgico de transexualização (figura 19).



Figura 19: Uberlândia, MG: Coleta de assinaturas durante a 13ª Parada do Orgulho LGBT, 2014.

Autor: FREITAS, B., 2014.

Nesse contexto, autoridades e personalidades da comunidade LGBT se alternaram com discursos em que cobraram a aprovação de uma lei municipal que penalize a homofobia, reconheça o nome social das/os travestis e transexuais, respeite as/os transgêneros e em convocações dos participantes para aumentar as participações no movimento.

Outra ação afirmativa realizada por estas instituições, diz respeito à realização de casamentos homoafetivos coletivos. De acordo com o portal G1 (2015a) cerca de 10% das uniões estáveis de Minas Gerais entre pessoas do mesmo sexo foram registradas em Uberlândia, ao passo que em todo o Estado, composto por 853 municípios, houve 97 lavraturas nos últimos cinco meses (na cidade estudada, chegou-se a dez, apenas).

Além disto, Minas Gerais é o segundo estado com maior número de lavraturas de declarações estáveis entre pessoas do mesmo sexo, sendo que São Paulo fica na primeira colocação, com 144 registros. As organizações da cidade contribuem para a realização anual de casamentos homoafetivos, pois realizam cerimônias coletivas destinadas aos casais homossexuais de baixa renda.

Ademais o NUDS, da PMU, a Shama, o Diretório Central de Estudantes da UFU e os coletivos LGBT da UFU realizam várias ações para marcar a Semana da Visibilidade Trans na cidade. Nessa semana, foram realizadas inúmeras atividades, como palestras e exposições de filmes e/ou documentários com temáticas LGBT, além de relatos das/os travestis e transexuais, das atividades de conscientização na entrada do Terminal Central e a mobilização para aprovar o nome social de travestis e transexuais na UFU (SHAMA, 2015b).

Por meio de manifestações na Reitoria da UFU³² para a aprovar a resolução em que transgêneros tenham o direito de usar nome social³³ dentro da referida instituição, a nova política foi votada por unanimidade pelo Conselho Superior Universitário (CONSUN), no fim de janeiro de 2015, e já pode ser aderida pelos interessados em requerer o direito (G1, 2015b).

³² A iniciativa partiu do DCE/UFU e foi apoiada pelo NUDS/SMDS Sexual da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Nuds), além da Associação Homossexual de Ajuda Mútua (Shama). Outro apoio que os movimentos LGBT do município têm recebido vem da Comissão de Diversidade Sexual da OAB Uberlândia.

³³ O nome social refere-se à forma pela qual as pessoas preferem ser chamadas e identificadas no meio social, a fim de evitar constrangimentos na medida em que o nome de registro civil não reflita na identidade do sujeito.

A UFU é a primeira instituição da cidade a oficializar a liberação de nome social. Por meio da decisão, fica garantido o uso do nome nos registros acadêmicos ou funcionais no âmbito da universidade, como crachás, cartão de identificação, certificados e listas de presença. Ainda falta definir se os certificados de eventos, com a participação de pessoas de fora da universidade, serão contemplados com a mudança.

Nesse sentido, conforme o Portal G1 (2015b), o nome pode ser incluído no ato da matrícula ou durante o ano letivo. Os maiores de 18 anos devem fazer um requerimento por escrito e entregá-lo na diretoria, ao passo que os estudantes que não alcançaram a maioria precisam apresentar um requerimento assinado pelos representantes legais – o próximo passo é conseguir implementar tal iniciativa no âmbito municipal como um todo. Para uma/m das/os representantes, o maior atraso na aquisição de direitos humanos se deve ao legislativo, conforme pode ser notado na fala a seguir:

O legislativo (em três esferas) é o grande atraso para a aquisição de direitos humanos. Uma prova disso e que é um atraso gigantesco é o medo da palavra “gênero”, pela qual os legislativos passaram agora neste ano na hora de votar os planos nacionais de educação. Há uma ignorância tão grande sobre a questão de gênero, que teve vereador fazendo festa por ter tirado a palavra “transversal” do plano, achando que se referia a travestis (DEPOENTE T, 2015).

Essa/e depoente descreve que o executivo municipal tem aberto as portas para a realização de ações voltadas ao grupo LGBT, mas com ressalvas. Como a sociedade em geral não possui uma aceitação positiva em relação a esse grupo, o poder público não irá fazer um trabalho que seja abertamente para o público LGBT e não enfrentará dizendo: “Vou fazer isso para o público LGBT porque eles precisam” (Depoente T, 2015).

Há, de fato, um receio das/os representantes públicos municipais em defender, de maneira significativa, esse grupo; se isso ocorrer, haverá um boicote político. Nesse entremeio, o Depoente T (2015) pondera que a maioria dos políticos (tanto do executivo, quanto do legislativo), por mais que queiram ajudar, atuam com muitas ressalvas, sendo que alguns não querem que seus nomes apareçam publicamente ou vinculados à ação LGBT desenvolvida, com medo de perderem popularidade com a sociedade, bem como possíveis votos.

Destarte, tais lutas e conquistas se deram à base de muita persistência, pois nenhum direito LGBT foi alcançado pelo legislativo – dos que foram obtidos à base de decretos por meio do Superior Tribunal Federal (STF), nenhum partiu da esfera legislativa. Ainda há muito que discutir no que diz respeito às questões tratadas neste trabalho, pois, apesar de existirem momentos de dificuldades, deve-se considerar que há avanços pequenos, por enquanto. O capítulo a seguir tece as considerações relacionadas aos resultados obtidos no presente trabalho.



5. *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

Acredita-se que por meio do estudo realizado, foi possível dar respostas aos seus objetivos propostos, pois foram analisadas as especificidades de um grupo socialmente marginalizado (LGBT) sob a ótica das questões ligadas à gênero e sexualidade. Além desta variável, foi compreendido como o perfil socioeconômico destas pessoas as possibilitam o acesso por meio do consumo nos empreendimentos estudados, o que de certa forma, as fazem se sentirem “inseridas” socialmente. E também foram analisados os processos espaciais em variadas escalas, bem como a exclusão social e os movimentos socioespaciais acarretados por estes indivíduos segregados espaço/socialmente.

Considerou-se que a metodologia adotada foi adequada para o desenvolvimento da presente pesquisa, isto porque, concomitante ao levantamento bibliográfico, documental e cartográfico, foram realizadas observações diretamente nas áreas de lazer estudadas e nas principais ONGs existentes na cidade, quando se constituiu em uma ação muito enriquecedora no sentido de produzir informações que ainda não tinham sido produzidas, justamente pela temática pesquisada não possuir um banco de dados suficiente para constituir um trabalho somente em informações secundárias.

Por meio de todas as experiências vivenciadas (leituras, análise de material documental, participação em eventos, disciplinas cursadas, entrevistas realizadas) durante a realização deste estudo, julga-se necessária a visibilidade das relações de gênero e sexualidade na análise geográfica e/ou espacial, que inúmeras vezes são ocultadas, ou negadas academicamente e/ou socialmente.

Entende-se que as questões tratadas neste estudo inerentes à sexualidade foram abordadas criticamente, gerando discussões e reflexões sobre a complexidade humana, com o objetivo de minimizar o preconceito ao grupo LGBT. Isto porque, a existência destas diferenças faz com que surjam inúmeras formas de preconceitos à estas minorias sociais. Acredita-se que só por meio do entendimento e aceitação destas diferenças é que se é capaz de dar-se início a uma mudança no câmbio de mentalidade da sociedade, fazendo que a mesma seja capaz de conviver e respeitar as diferenças humanas em sua plenitude.

Percebeu-se que há um desafio nas distinções entre os conceitos de sexo e gênero, que em geral, se deveu à própria legitimação das práticas heteronormativas na sociedade. Entretanto, ressalta-se que o reflexo da aceitação social de apenas duas formas de “classificar” os seres humanos: ser macho (masculino) ou fêmea (feminino) anula as diferenças humanas, contribuindo para a legitimação do preconceito às pessoas, por questões de gênero e sexualidade.

Em razão disto, estes indivíduos não devem ser entendidos e classificados a partir de um padrão homogêneo dominante, mas sim a partir de suas especificidades. No entanto, ressalta-se que as questões tratadas até o término deste estudo não são estanques e carecem de aprofundamentos constantes, justamente em função da complexidade que compõe o ser humano.

Em contrapartida, foi possível perceber que não apenas fatores relacionados à sexualidade são capazes de gerar preconceitos, mas também por questões socioeconômicas, de raça, etnia, geração, corpo, religião etc. Por meio dos resultados obtidos, é possível afirmar que as/os frequentadoras/es das áreas de lazer LGBT estudadas detêm um padrão de renda que os possibilitam consumir os serviços oferecidos pelos estabelecimentos LGBT, o que gera a ideia de “inclusão” social, que na verdade é prospectada pelo consumo.

Além disto, foi possível entender que a partir do preconceito gerado aos indivíduos deste grupo, surgem segmentos de mercado específicos às minorias sociais, cuja gênese está ligada às questões de sexualidade e consumo, que constituem em territorialidades geradas por empreendimentos direcionados eminentemente ao grupo LGBT no setor central da cidade de Uberlândia.

Foi possível detectar que o preconceito acarretado ao grupo LGBT é capaz de criar territórios comerciais no setor central da cidade de Uberlândia, que são derivados do consumo, lazer e/ou turismo, vida noturna e exclusão de grupos minoritários (em específico o LGBT), pois o capitalismo contemporâneo enxergou a possibilidade de obter lucros na especialização de serviços destinados às minorias sociais com poder de consumo.

No entanto, a gênese destes territórios se dá por questões econômicas (por parte dos empreendedores) e simbólicas (por parte das/os frequentadoras/es), pois estes últimos veem a possibilidade de se expressarem de acordo com seus desejos relacionados à sexualidade nos territórios gerados por este segmento de mercado. Entendeu-se que as/os usuárias/os se identificam com o segmento comercial ofertado, que se constitui em espaços privados de lazer que são capazes de criarem a ideia de “inclusão” às/aos mesmas/os.

Sobre o consumo destes serviços, é possível afirmar que as/os frequentadoras/es oriundas/os das pequenas cidades buscam este segmento de mercado em Uberlândia por se tratarem de empreendimentos diferentes dos existentes em suas cidades, além de verem possibilidade de se expressem com mais liberdade, no que se refere às questões de sexualidade, gerando a esperada “inclusão”, que em geral não é obtida em suas cidades de origem. Já em relação aos visitantes e/ou turistas das grandes cidades, foi possível constatar que, em geral, estendem suas viagens (a trabalho, negócios, estudos) para aproveitarem o tempo livre para fins de lazer no município estudado.

Em síntese, pode-se afirmar que os empreendimentos frequentados por sujeitos socialmente marginalizados, por questões relacionadas à sexualidade, em geral, são capazes de fazer com que estes indivíduos compartilhem uma sociabilidade LGBT, tornando-os quase exclusivamente voltados para estes grupos. A maioria das/os frequentadoras/es acredita estarem “inseridas/os” num processo de “inclusão” social. Entretanto, entende-se que esta falsa ideia de “inserção” se dá por meio do consumo e gera exclusão, principalmente por questões socioeconômicas.

Entendeu-se que estes espaços não são capazes de fato de evitar a marginalização e o preconceito em sua plenitude. Pois, mesmo se tratando de espaços compostos por grupos minoritários, ainda há o preconceito entre estes sujeitos e entre estabelecimentos. Aliás, convém esclarecer que os empreendimentos comerciais destinados eminentemente ao grupo LGBT também são alvos de preconceitos. Isto porque, em geral, a utilização destes espaços vinculados à sexualidade gera receios por parte de suas/seus frequentadoras/es do possível preconceito social gerado pela população local.

No entanto, deve-se considerar, que ao mesmo tempo em que existe uma organização urbana, que possibilita a “inserção” de determinado grupo (prospectada pelo consumo), existe outra realidade na cidade, que não possibilita estas mesmas possibilidades a estes indivíduos, que em sua grande maioria, são vítimas de homolebbitransfobia, com maior frequência, não sendo inseridas/os no mercado de trabalho. Em razão disto, há uma cidade que luta por aquisição de direitos para esta camada da população que é excluída socialmente, em especial às pessoas que não criaram mecanismos de inclusão social.

Foi possível perceber que o preconceito relacionado às questões vinculadas à sexualidade é capaz de criar movimentos socioespaciais, a exemplo do surgimento de ONGs, que se organizam politicamente na cidade estudada. Além disto, é detectou-se que estas instituições mantem relações entre si, e com o Poder Público Municipal, o que faz com que se caracterizem sua organização em forma de redes, constituindo em organizações interdependentes com o objetivo de ampliar o alcance de pessoas a serem atendidas pelas mesmas.

Neste sentido, foi possível perceber que a atuação das ONGs direcionadas aos interesses dos grupos LGBT contribuem para a atuação do Poder Público Municipal vem atuando na elaboração de políticas afirmativas, que dizem respeito às tentativas de minimização do preconceito acarretado a estes sujeitos socialmente marginalizados, por questões relacionadas à sexualidade e de gênero. Ademais, é possível afirmar que estas ações adotadas pelo Poder Público Municipal contribuem, e tendem a contribuir diretamente para a mudança de postura das pessoas, no que diz respeito à minimização de preconceito.

Além disto, foi pesquisado como o Poder Público municipal trata das questões de preconceito ao grupo LGBT. Neste momento foi possível constatar que em Uberlândia existem legislações e ações afirmativas que objetivam minimizar o preconceito acarretado aos sujeitos socialmente marginalizados por questões relacionadas à sexualidade e de gênero.

No entanto, estes termos legais não são capazes de garantir na prática o respeito e inclusão destas pessoas, pois em geral, a população, servidores públicos, empreendedores não estão e tem resistência para estarem preparados para lidarem com este público que é “estranho”, e ainda, possuem resistências vinculadas à questões pessoais e/ou religiosas que dificulta mais ainda que estas políticas sejam aplicadas com êxito, em diversos segmentos da cidade estudada.

Por fim, foi possível entender que os empreendimentos comerciais estudados não possibilitam a inserção social de suas/seus frequentadoras/es. Isto porque, esta “inserção” se dá por meio da aquisição de direitos sociais e/ou políticos direcionados a esta minoria social e não somente a partir do consumo. Acredita-se que com o estudo desta temática a própria cidade pode se beneficiar na medida em que terá a sua disposição dados referentes a sua dinâmica social e territorial, dados estes que podem ser incorporados a futuras políticas públicas destinadas à inclusão social de grupos minoritários, a exemplo o LGBT.


REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo Morelli (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: RelumeDumará. Brasília, DF: SEBRAE, 2004, p. 23-70.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. In: **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, v. 2, n.21, p.25-39, Jul./Dez., 2003.
- ALVES, Henrique Vitorino Souza. **Urbanização contemporânea: Uma contribuição para o estudo das cidades**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.
- ALVES, Lidiane Aparecida. **Os Processos Socioespaciais da Zona Periférica do centro: Um estudo da área central de Uberlândia (MG)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011.
- ANDION, Carolina. A Gestão no campo da economia solidária: Particularidades e desafios. In: **Revista de Ciências da Administração**, v. 9, n. 1, Jan./Mar., 2005, p. 79, 101. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v9n1/v9n1a05.pdf>>. Acesso em: 15 Jan. 2015.
- ASSOCIAÇÃO HOMOSSEXUAL DE AJUDA MÚTUA (SHAMA). **13ª Parada do Orgulho LGTB: Uniu alegria e consciência política pela primeira vez**, 2014. Disponível em: <<http://www.shama.org.br/2014/10/uberlandia-e-regiao.html>>. Acesso em 10 Abr. 2015.
- _____. **17 de maio Dia Mundial de Combate à Homotransfobia**, 2015a. Disponível em: <<http://www.shama.org.br/2015/06/17-de-maio-dia-mundial-de-combate.html>>. Acesso em 30 Set. 2015.
- _____. **Decreto nº 12.953, de 28 de julho de 2011**. Convoca a I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT de Uberlândia e dá outras providências, 2011. Disponível em: <<http://shama-udi.blogspot.com.br/2011/08/decreto-n-12953-de-28-de-julho-de-2011.html>>. Acesso em: 29 Set. 2014.
- _____. **Grupo Shama, NUDS, DCE e coletivos LGBT da UFU, realizam a Semana da Visibilidade Trans**, 2015b. Disponível em: <<http://www.shama.org.br/2015/01/grupo-shama-nuds-dce-e-coletivos-lgbt.html>>. Acesso em 28 Set. 2015.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Portugal: Edições 70, 2008.

BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. Geografia da diversidade: Breve análise das territorialidades homossexuais no Rio de Janeiro. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v.1, n.1, p.14-20, Jan./Jul. 2010.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Millet. 2 Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRASIL. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> Acesso em: 30 Mar. 2014.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em 30 Out. 2014.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade Sexual na Escola**. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://diversidade.pr5.ufrj.br/images/DiversidadeWeb.pdf>>. Acesso em 13 Mar. 2014.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007, p. 151-172.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto de Lei nº _____/2013**: Assegura aos travestis e transexuais o direito ao uso do nome social em instituições de ensino públicas e privadas do Município de Uberlândia e dá outras providências. 2013. Acesso em: <<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br/contaspublicas/arquivos/45621363002907.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

CAMPOS, Mayã Polo de; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José. Espacialidades Gays em Bares e Boates da Noite Curitibana. In: II Simpósio Internacional de Educação Sexual - Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares. **Anais...** Maringá - PR: UEM, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 5 Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARTA CAPITAL. **O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho**, 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/o-preconceito-contratransexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>>. Acesso em: 25 Jul. 2015.

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; SCHILLING, Flávia. Fronteiras da sexualidade, fronteiras do consumo: sobre os jovens homossexuais do subúrbio de São Paulo. In: Fazendo Gênero 9, 2010. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. 1999. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner Andre Moraes. A Produção Intelectual da Geografia Brasileira, entorno das Temáticas de Gênero e Sexualidades: uma visão a partir dos periódicos online. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 119 - 132, Ago./Dez, 2015.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Bases conceituais do desenvolvimento e do ecoturismo. In: QUEIROZ, Queiroz, Odaléia Telles Marcondes Machado (Org.). **Turismo e ambiente: temas emergentes**. São Paulo: Editora Alínea, 2006. p. 11-48.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2005.

_____. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. "**Dia da Cidadania**" discute inclusão de travestis e transexuais no mercado de trabalho, 2011. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/tag/triangulo-trans/>>. Acesso em: 25 Jul. 2015.

COSTA, Benhur Pinós da. Espaço Urbano, Cotidiano, Cultura e Espaços de Proximidade: o Caso das Microterritorializações de Sujeitos Orientados Sexualmente para o Mesmo Sexo. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva (Orgs.). **Território, Sexo e Prazer**: Olhares Sobre a Prostituição na Geografia Brasileira. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. p. 147-167.

_____. Geografias das interações culturais no espaço urbano: o caso das territorializações das relações homoeróticas e/ou homoafetivas. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 207-224, Ago./Dez, 2010.

_____. Pequenas Cidades e Diversidades Culturais no Interior do Estado do Rio Grande do Sul: O caso das microterritorializações homoeróticas em Santo Ângelo e Cruz Alta-RS. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 37-53, Jan./Jul, 2012.

COSTA, Ronaldo Pamplona da. **Os 11 Sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo: Editora Gente, 2004.

COUTO, Edvaldo Souza; SOUZA, Joana Dourado França de; NASCIMENTO, Shirlaine Pereira. Grindr e Scruff: amor e sexo na cibercultura. In: SIMSOCIAL: Simpósio em tecnologias digitais e sociabilidade, 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: EDUFBA, 2013. Disponível em: <http://gitsufba.net/anais/wp-content/uploads/2013/09/13n1_grindr_49464.pdf>. Acesso em 10 Set. 2015.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA. **Decreto nº 15.993, de 9 de setembro de 2015.** Convoca a I Conferência Regional de Políticas Públicas e Direitos Humanos da Pessoa LGBT de Uberlândia e Região, institui a comissão de organização, designa membros e dá outras providências. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/13615.pdf. Acesso em 20 Set. 2015.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Enfrentamento da Questão Social na Contemporaneidade: A Funcionalidade das ONGS. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Anais...** São Luís, MA, 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/c87b61e8701505617a24Janaina.pdf>>. Acesso em: 17 Nov. 2014.

EGYPTO, Antonio Carlos. Orientação Sexual nas Escolas Públicas de São Paulo. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade sexual e educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009, v. 32, p. 341-354.

FERREIRA, Jorge; CANSEIRO, Soraia, RODRIGUES, David. A Geografia das Redes Sociais: Cartografia e Tecnologias de Informação em Geografia. In *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*, Out. 2010. **Anais...** Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto). Disponível em: <<http://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/304.pdf>>. Acesso em 29. Jul. 2014

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares:** homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012. 282p

FREITAS, Bruno de; PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Sexualidade, Preconceito e Perfil Socioeconômico dos Frequentadores das Áreas de Lazer e/ou Turismo LGBT em Uberlândia, MG. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 6, p. 222-240, 2015.

_____. Cidade, consumo e minorias sociais: perfil dos frequentadores de eventos LGBT em Ituiutaba (MG). In: VII Simpósio de Turismo Sertanejo. **Anais...** Ituiutaba, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2013a. p. 13-20.

_____. Consumo, exclusão social e a dinâmica de produção do território LGBT na área central de Uberlândia, MG. In: **Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research medium**, v. 4, p. 539-560, 2013b.

GOOGLE MAPS. **Curitiba, PR:** Uma das saunas gays presentes na cidade, 2015a. Disponível em: <

https://www.google.com.br/maps/place/R.+Ubaldino+do+Amaral,+1664+-+Alto+da+Gl%C3%B3ria,+Curitiba+-+PR/@-25.4347975,-49.2548476,3a,75y,236h,90t/data=!3m7!1e1!3m5!1svdM3f71I_j_Q5B8Rv2xcnQ!2e0!6s%2F%2Fgeo3.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DvdM3f71I_j_Q5B8Rv2xcnQ%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dsearch.TACTILE.gps%26thumb%3D2%26w%3D86%26h%3D86%26yaw%3D236.9259%26pitch%3D0!7i13312!8i6656!4m2!3m1!1s0x94dce4454a846519:0x52f9da50c80673a4!6m1!1e1>. Acesso em 15 Jan. 2016.

_____. **Curitiba, PR:** Uma dentre as saunas gays presentes na cidade, 2014a. Disponível em:

<[_____. **Porto Alegre, RS:** Uma das saunas gays presentes na cidade, 2014b. Disponível em: <\[_____. **Rio de Janeiro, RJ:** Uma das saunas gays presentes na cidade, 2014c. Disponível em: <\\[GRINDR. **Imagens demonstrativas do aplicativo Grindr**, 2015. Disponível em: <<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.grindrapp.android>> Acesso em 20 Out. 2015.\\]\\(https://www.google.com.br/maps/@-22.9861957,-43.1987091,3a,89y,101.88h,98.91t/data=!3m6!1e1!3m4!1sDjOZCKsrlivHP41F3ln02w!2e0!7i13312!8i6656!6m1!1e1>. Acesso em 15 Jan. 2016.</p>
</div>
<div data-bbox=\\)\]\(https://www.google.com.br/maps/place/R.+Gen.+Couto+de+Magalh%C3%A3es,+621+-+S%C3%A3o+Jo%C3%A3o,+Porto+Alegre+-+RS,+90540-130/@-30.0166341,-51.1949049,3a,75y,171h,90t/data=!3m7!1e1!3m5!1su37MOkt_wOZjtjDp1qSXcg!2e0!6s%2F%2Fgeo1.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DU37MOkt_wOZjtjDp1qSXcg%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dsearch.TACTILE.gps%26thumb%3D2%26w%3D86%26h%3D86%26yaw%3D171.66524%26pitch%3D0!7i13312!8i6656!4m2!3m1!1s0x951979c42942ea5f:0x8faddc109dd1f7ba!6m1!1e1>. Acesso em 15 Jan. 2016.</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://www.google.com.br/maps/place/Av.+Sen.+Souza+Naves,+520+-+Alto+da+Rua+XV,+Curitiba+-+PR/@-25.4309213,-49.2526574,3a,75y,207h,90t/data=!3m7!1e1!3m5!1sgHlakWFgpArr3j-vA981RA!2e0!6s%2F%2Fgeo1.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DgHlakWFgpArr3j-vA981RA%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dsearch.TACTILE.gps%26thumb%3D2%26w%3D86%26h%3D86%26yaw%3D207.58566%26pitch%3D0!7i13312!8i6656!4m2!3m1!1s0x94dce44f6c367643:0xe65789fc7f8ae9e!6m1!1e1>.
Acesso em 15 Jan. 2016.</p>
</div>
<div data-bbox=)

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil:** relatório 2014. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relatc3b3rio-2014s.pdf>> Acesso em: 15 Mar. 2015.

_____. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil:** relatório 2013/2014. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homicidios-2013.pdf>> Acesso em: 15 Mar. 2015.

_____. **Assassinato de homossexuais no Brasil: 2010.** Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2012/04/tabela-geral-de-assassinatos-2010.pdf>>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

_____. **Assassinatos de homossexuais no Brasil: 2005a.** Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/assassinatos2005.html>>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

_____. **Homossexuais assassinados no Brasil: 1963-2007** Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

_____. **Homossexuais GLBT assassinados no Brasil: 2008.** Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2012/04/tabela-geral-de-assassinatos-2008.pdf>> Acesso em: 15 Mar. 2015.

_____. **Homossexuais GLBT assassinados no Brasil: 2009.** Disponível em <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2012/04/tabela-geral-de-assassinatos-2009.pdf>> Acesso em: 15 Mar. 2015.

_____. **Relatório 2011:** Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

_____. **Relatório 2012:** assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2013/02/relatorio-20126.pdf>>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

_____. **Relatório anual 2005:** assassinato de homossexuais no Brasil 2005b. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2012/04/tabela-geral-de-assassinatos-20053.pdf>>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

_____. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil:** o ano de 2012. Brasília, DF, Secretaria de Direitos Humanos, Jul., 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 04 Jul. 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas.** v. 1, n. 2, p. 39-52, 15 ago. 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HORNET. **Imagens demonstrativas do aplicativo Hornet,** 2015. Disponível em: <<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.hornet.android>> Acesso em 20 Out. 2015.

INCLUSIVE, Inclusão e Cidadania. **Etapas estaduais da 2ª Conferência dos Direitos Humanos LGBT começam em setembro.** Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/?p=20547>>. Acesso em 17 Out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada em 2014.** Disponível em <<http://cod.ibge.gov.br/233N6>>. Acesso em 17 de Jul. 2015 [e outros acessos].

_____. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: 2014 / IBGE,** Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://loja.ibge.gov.br/perfil-dos-estados-e-dos-municipios-brasileiros-2014.html>> Acesso em: 19 Out. 2015.

INSTITUTO PÓLIS. **Conferências Municipais.** Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/672/672.pdf>>. Acesso em 20 Set. 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa. *et al* (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 59-69.

LANZARINI, Ricardo Gomes Silva ; RIAL, Carmem. Turismo Gay na Ilha de Santa Catarina: homossociabilidades e perspectivas. In: Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades e deslocamentos. **Anais...** Florianópolis, SC: UFSC, 2010.

LEAL, Jorge Tadeu Borges. “Webgay&Gaymobile”: o fluxo da homossexualidade em rede. In: X POSCOM Seminário dos Alunos de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio, 2013. **Anais...** Disponível em: <<http://pucposcom-rj.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Jorge-Tadeu-Borges-Leal.pdf>>. Acesso em 04. Abr. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo, 1991.

_____. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - Fev. 2006.

LEMOS, André. **As estruturas antropológicas do ciberespaço**. Textos de Cultura e Comunicação, Salvador, n. 35, p. 12-27, jul. 1996.

LGBT, A Sua Parada Gay. **Gay-Friendly – O que é?**, 2015. Disponível em: <<http://www.lgbt.com.br/gay-friendly-o-que-e/>> Acesso em 19 Out. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MTRO. Calgary's raising of the Transgender flag marks a 'step forward'. Disponível em: <<http://www.metronews.ca/news/calgary/2015/09/05/transgender-flag-raised-outside-calgary-municipal-building.html>>. Acesso em 15 Mar. 2016.

MISKOLCI, Richard. “Discreto e fora do meio” – Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. In: **Cadernos Pagu**, v. 44, p. 61-90, 2015.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In.: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007, p. 125-150.

PAULA, Juarez de. Territórios, redes e desenvolvimento. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo Morelli (Orgs.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro : RelumeDumará / Brasília, DF : SEBRAE, 2004, p. 71-84.

PEREIRA, Severino Joaquim Nunes; AYROSA, Eduardo André Teixeira. Estigma, Consumo e Identidade de Gênero entre Gays. In: Encontro de Marketing da ANPAD, 2010. **Anais...** Florianópolis-SC. EMA, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 3, 2006, pp. 651 a 613. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a08v49n3.pdf>>. Acesso em: 20 Dez. 2014.

Portal G1. **Número de uniões homoafetivas em Uberlândia representa 10% de MG**, 2015a. Acesso em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/07/numero-de-unioes-homoafetivas-em-uberlandia-representa-10-de-mg.html>>. Acesso em 14 Out. 2015.

_____. **Transgêneros conquistam direito de usar nome social dentro da UFU**, 2015b. Acesso em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/02/transgeneros-conquistam-direito-de-usar-nome-social-dentro-da-ufu.html?noAudience=tru>>. Acesso em 14 Out. 2015.

_____. **Núcleo de Diversidade Sexual é lançado em Uberlândia**, 2013. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/noticia/4241/nucleo_de_diversidade_sexual_e_lancado_em_uberlandia.html>. Acesso em: 04 Jun. 2014.

_____. **Políticas públicas LGBT são debatidas em conferência**, 2015. Disponível em <http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/noticia/10505/politicas_publicas_lgbt_sao_debatidas_em_conferencia.html>. Acesso em 30 Set. 2015.

_____. **Primeira Conferência LGBT de Uberlândia será realizada nesta sexta-feira (26)**, 2011. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/noticia/958/noticia.html>>. Acesso em 10 Nov. 2014.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira; RABELO, Denise Lima. Prazer e contradição: aspectos da construção segregadora dos territórios de lazer. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**: São Paulo: Roca, 2001, p. 31-40.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA (PMU). **Bairros integrados por setor**. 2016. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/12965.pdf>. Acesso em: 16 Jun. 2016.

_____. **Lei nº 11.333, de 27 de março de 2013**. 2013a. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/7639.pdf>. Acesso em: 16 Jun. 2013.

_____. **Lei nº 11.357, de 30 de abril de 2013**. 2013b. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/7386.pdf>. Acesso em: 28 Mai. 2013.

_____. **Lei nº 12.339, de 21 de dezembro de 2015**. Inclui no calendário oficial de datas e eventos do município de Uberlândia a “parada do orgulho LGBT”, 2015. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/14026.pdf>. Acesso em 29 Dez. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

REVISTA FÓRUM. Politi-caguei: desarticulação LGBT à serviço da heteronorma. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/04/15/politica-lgbt-e-heteronorma/>>. Acesso em 15 Mar. 2016.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Dinâmica, Espacialidade e Relações Homocomerciais: o exemplo das saunas de boys na urbe carioca. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 213 - 234, ago. / dez. 2015.

SANCHO, Amparo. **OMT: Introdução ao turismo**. Tradução de Dolores Martin Rodriguez Comes. São Paulo: Roca, 2001. 371 p.

SANTOS, Andréa Pereira dos; GOMES, Suely Henrique de Aquino. Comunidades Gays do ORKUT: encontros, confrontos e (re)construção de identidades. In: **Informação & Comunicação**, v. 15, n. 2, p. 96-119, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/viewFile/22447/13326>>. Acesso em 20 Set. 2014.

SANTOS, Lionês Araújo dos; MEDEROS, Juan Felipe Sánchez. A mercantilização do corpo: mídia e capitalismo como principais agentes da promoção do consumo e do mercado. In: **Espaço Plural**. Ano XII. Nº 24. 1º Semestre 2011. Disponível em: <<http://e-vesta.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/7243/5313>>. Acesso em 05 Dez. 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 2005.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCRUFF. **Imagens demonstrativas do aplicativo Scruff**, 2015. Disponível em: <<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.appspot.scruffapp&hl=pt>> Acesso em 20 Out. 2015.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 8, p. 31-45, 2005.

SOARES, Beatriz Ribeiro, MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado** - imagens e representações no Triângulo Mineiro. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana)-Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2005.

STEFANI, Fabiane Cecile. Turismo Pink a segmentação do mercado turístico. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998, p. 284-301.

TIRELLI, Christian. Consumo de Entretenimento Noturno por Casais Gays. In: **Revista pensamento contemporâneo em administração**. Niterói, RJ: UFF, v. 5, p. 79-94, 2011.

TURRA NETO, Nécio. Áreas Centrais de Lazer Noturno e Estruturação do Espaço Urbano em Cidades Médias. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, **Anais...** 2014, Vitória, ES. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403977987_ARQUIVO_texto_completo_CBG_Necio_Turra.pdf>. Acesso em: 25 Jul. 2015.

UNITED NATIONS INFORMATION CENTRES (UNIC). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio/005 - Janeiro, 2009. Disponível em <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em 19 Mar. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). Programa de Pós-graduação em Geografia. **Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Rural e Urbano**, 2014. Disponível em: <<http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/46>>. Acesso em: 19 Jul. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Minorias Sociais: Estigmatização, Discriminação, Desigualdade e Resistência**. Programa de Pós Graduação em Sociologia: Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppgs/index.php?formulario=linhas&metodo=0&id=8>>. Acesso em 31 Jul. 2014.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DARBILLY, Leonardo Vasconcelos Cavalier. Redes em Organizações Não-Governamentais: estudo de caso do comitê para democratização da informática. In: **Revista de Ciências da Administração**, v.6, n.12, Jul./Dez. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/4733>>. Acesso em: 20 Dez. 2014.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007, p. 35-82.

**APÊNDICE A - Questionário aplicado com as
ONGs do município de Uberlândia**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA



QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS ONGS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Nome da Instituição:		Município:	
Logradouro:		CEP:	
Telefone(s):		E-mail:	
Nome do entrevistado(a):			
Cargo/função:			
Telefone(s)		E-mail:	
I - INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO			
1) Imóvel	() Próprio	() Locado	() Cedido
2) Com relação aos itens abaixo, considera que são suficientes e adequados ao funcionamento da ONG? Se sim, assinalar, e se não, apontar necessidades.			
	Sim	Não, quais as necessidades:	
Espaço Físico			
Mobiliário			
Equipamentos			

II – INFORMAÇÕES SOBRE O ASPECTO ORGANIZACIONAL	
2. Profissionais disponíveis (de suporte às ONGs):	
3. A ONG desenvolve atividades de mobilização? Se sim, assinale junto a quais segmentos e exemplifique as atividades; se não, exponha motivos/dificuldades.	
<input type="checkbox"/> Governo Local	
<input type="checkbox"/> Sociedade	
<input type="checkbox"/> Ongs	
<input type="checkbox"/> Mídia Local	
4. Linhas/políticas de financiamento de ações municipais:	
5. De que forma acontece a articulação entre instituições/ações/programas?	

6. Principais aspectos positivos da articulação entre instituições, ações e/ou programas:

7. Principais dificuldades da articulação entre instituições/ações/programas:

8. Com relação aos tipos de preconceito ao grupo LGBT no município, qual tem sido as principais ações que a Organização adota para a minimização e/ou combate do mesmo?

9. Qual(is) trabalho(s) é(são) bem sucedido(s) no enfrentamento do preconceito e/ou violência direcionada ao grupo LGBT no município? Por quê?

10. Sugestões para aprimorar o enfrentamento do preconceito contra o grupo LGBT no município:

APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 INSTITUTO DE GEOGRAFIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Estimada/o Representante de Organizações Não Governamentais de Uberlândia;

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada CIDADE, GÊNERO E TERRITORIALIDADES LGBT EM UBERLÂNDIA, MG, sob a responsabilidade dos/as pesquisadores/as Beatriz Ribeiro Soares e Bruno de Freitas.

Neste estudo, os/as pesquisadores/as estão buscando o objetivo de estudar a espacialização da oferta de lazer e turismo LGBT no setor central de Uberlândia (MG), entender como se deu o processo consolidação deste território, saber qual a contribuição das/os frequentadoras/es relacionados ao consumo e na movimentação da economia local, entender como o poder público trabalha a questão da inclusão dos grupos LGBT nas políticas públicas.

Na sua participação, o(a) Sr.(a) fornecerá informações que depois serão utilizadas de forma permitidas pelo(a) Sr.(a). Em nenhum momento o Sr.(a) será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. O (a) Sr.(a) não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Nesta pesquisa de ordem qualitativa o risco consiste na identificação dos participantes da pesquisa, de forma que nos comprometemos em não gerar prejuízos nem materiais, nem morais para os sujeitos envolvidos na presente pesquisa. O Sr.(a) está livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o(a) Sr.(a). Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com Beatriz Ribeiro Soares ou Bruno de Freitas, no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia no Tel: 34-3291-6302 ou no seguinte endereço: Av. João Naves de Ávila, n 2121. Bloco A, sala 224, campus Santa Mônica - Uberlândia-MG, CEP:39408-100; Fone: 34 3239-4131.

Sendo isto para o momento, registramos nosso apreço e agradecimentos.


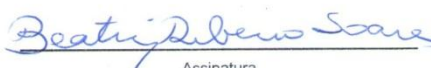
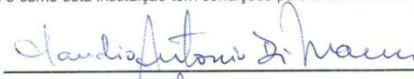

Uberlândia, ____ de _____ de 20 ____.

Beatriz Ribeiro Soares / Bruno de Freitas

Eu aceito participar do projeto voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

ANEXO A – Documentação encaminhada ao CEP/UFU

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: TERRITORIALIDADES LGBT E EXCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE UBERLÂNDIA, MG: LAZER, CONSUMO E REDES VIRTUAIS		2. Número de Participantes da Pesquisa: 50	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Beatriz Ribeiro Soares			
6. CPF: 181.987.326-91	7. Endereço (Rua, n.º): SANTOS DUMONT, número 562 CENTRO Apto 81 UBERLANDIA MINAS GERAIS 38400060		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (34) 3234-2723	10. Outro Telefone:	11. Email: beatrizribeirosoares1@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>07 / 10 / 2015</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG		13. CNPJ:	14. Unidade/Orgão: Instituto de Geografia
15. Telefone: (34) 3239-4169	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: 		CPF: <u>278457028-20</u>	
Cargo/Função: <u>Director</u>			
Data: <u>07 / 10 / 2015</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL		Universidade Federal de Uberlândia Prof. Cláudio Antonio Di Mauro Diretor do Instituto de Geografia Portaria R Nº737/13	
Não se aplica.			

ANEXO B - Projeto de Lei de 28 de janeiro de 2013***Câmara Municipal de Uberlândia***

Minas Gerais

PROJETO DE LEI N° ____/2013

Assegura aos travestis e transexuais o direito ao uso do nome social em instituições de ensino públicas e privadas do Município de UBERLÂNDIA e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Uberlândia APROVA:

Art. 1º. Fica assegurado aos travestis e transexuais a utilização, mediante requerimento, da inclusão do nome social nos registros escolares internos de Instituições de Ensino Públicas e Privadas.

Parágrafo Único- Para fins desta Lei, entende-se por nome social a forma pela qual as pessoas travestis e transexuais se reconhecem, são identificadas e denominadas pela comunidade e em sua inserção social.

Art. 2º. Os estudantes maiores de 18 anos deverão requerer por escrito na diretoria da Instituição de Ensino, a inclusão do nome social no ato da matrícula ou a qualquer tempo no decorrer do ano letivo.

Parágrafo Único- O requerimento de alunos menores de 18 anos deverá estar acompanhado de autorização por escrito dos pais ou responsáveis.



Câmara Municipal de Uberlândia

Minas Gerais

Art. 3º. As Instituições de Ensino deverão se adequar para o cumprimento desta lei, observando os seguintes requisitos.

§ 1º- Capacitação dos servidores e colaboradores para proceder com o devido registro do nome social nos documentos escolares internos.

§ 2º- viabilizar as condições de respeito à individualidade, através da promoção de programas educativos de combate a homofobia, assegurando ações e diretrizes previstas no plano nacional de cidadania e dos direitos humanos.

Art. 4º. Caberá ainda, a Instituição de Ensino providenciar o campo nos documentos escolares para registrar o nome social destas pessoas.

Art. 5º. São documentos em que deverá constar o nome social dos travestis e transexuais.

- I- Lista de presença escolar;
- II- Carteirinhas ou crachás de identificação instantânea;
- III-Boletins semestrais e anuais;
- IV-Declarações escolares;
- V- Outros documentos escolares internos.

Parágrafo Único- No ato da expedição do histórico escolar, certificado e diploma, constará somente o nome civil.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.



Câmara Municipal de Uberlândia

Minas Gerais

Art. 7º. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, 28 de Janeiro de 2013.

Michele Bretas - PV
Vereadora



Câmara Municipal de Uberlândia

Minas Gerais

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

A Carta Magna de 1988, estabelece que um dos objetivos do Poder Constituinte que promulgou esta Constituição consiste em “instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”.

Uma sociedade sem preconceitos é um princípio e um objetivo fundamental da referida Constituição, preconizado em seu Art. 3º, IV, que dispõe: “ Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Os travestis e transexuais lidam diariamente com o preconceito nas instituições de ensino, tendo em vista que o nome civil não reflete a sua identidade de Gênero o que acaba acarretando em piadinhas, brincadeiras inconvenientes, causando constrangimentos com graves repercussões de caráter psicológico a estas pessoas.

Assim, assegurar que travestis e transexuais possam ser identificadas pelo seu nome social nas Instituições de Ensino Públicas e Privadas do Município de Uberlândia, é uma forma de contribuir para diminuição da discriminação a que se submete esta comunidade no âmbito escolar.

Vale ressaltar que o Ministério da Saúde, em sua Carta de Usuários do Sistema Único de Saúde- SUS orienta o uso do nome social em toda a rede. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou a Portaria nº 233 de 18\05\2010 também



Câmara Municipal de Uberlândia

Minas Gerais

assegurando o direito do nome social em seu cadastro na área federal. De igual modo tem se posicionado o Ministério de Educação do Distrito Federal, que, em 2010 publicou portaria nesse sentido.

Nestes termos, e a fim de dar eficácia aos princípios constitucionais é que apresentamos, para os nossos pares, o presente projeto de lei que garante aos cidadãos travestis e transexuais o direito a inclusão do nome social nos registros escolares internos de Instituições de Ensino Públicas e Privadas.

Sala de Sessões, 28 de Janeiro de 2013.

Michele Bretas - PV
Vereadora

Professor Neivaldo - PT
Vereador

Ele
LGBT
Ela Dor
Família
Opressão
Liberdade
Trans Inclusão
Lésbica DSTs
Lazer Noturno
Travesti Educação
Respeito Gênero
Homofobia Saúde Bares
Geografia Consumo
Violência Exclusão Território
Trabalho Cidade Transexual
Sexualidade Paz Urbano
Uberlândia
Direitos
Boates
App
Sexo
ONGs
Resistência